

Para lá da institucionalização: que desafios encaram os jovens no processo de autonomização.

Cátia Daniela Sousa e Silva

Dissertação apresentada ao Instituto Superior de Serviço Social do Porto para a obtenção do Grau de Mestre em Intervenção Social na Infância e Juventude em Risco de Exclusão Social, sob orientação da Professora Doutora Idalina Machado.

Para lá da institucionalização: que desafios encaram os jovens no processo de autonomização.

Cátia Daniela Sousa e Silva

ISSSP, maio de 2020

Resumo

Em Portugal, a exposição de crianças e jovens a situações de risco e perigo é uma temática que tem suscitado grande preocupação ao longo dos últimos anos, seja por parte do sistema judicial, dos interventores sociais ou da população em geral. Pretende-se que esta população seja alvo de políticas de proteção que reduzam ou evitem a exposição a estas problemáticas e as orientem para respostas ajustadas às suas necessidades. Segundo o Relatório Anual de 2018 da Avaliação da Atividade das CPCJ, no âmbito das políticas de proteção na infância e juventude, o acolhimento residencial é a segunda medida de acompanhamento mais aplicada na proteção de crianças e jovens em situação de risco e perigo. Trata-se de uma resposta que se pretende temporária e que visa a preparação dos jovens para a reintegração na sociedade, seja por via da autonomização, seja por via do retorno à família de origem. Durante o período em que as crianças e os jovens se encontram integrados no acolhimento residencial, pretende-se que os técnicos de acompanhamento contribuam para a sua autonomização a nível cognitivo, emocional e funcional, através de um trabalho orientado para a aquisição de um conjunto diversificado de competências pessoais e sociais.

Através de uma amostra de bola de neve, fruto de contactos com instituições, associações e através da rede social da investigadora, realizaram-se entrevistas semiestruturadas a jovens que estiveram institucionalizados, de modo a analisar-se as suas experiências durante e após o processo de institucionalização. O trabalho desenvolvido permitiu compreender a diversidade de experiências vividas, desde as dificuldades sentidas durante o acolhimento residencial, as competências adquiridas e os desafios enfrentados após a saída da instituição.

Pretende-se que este estudo seja um reforço às boas práticas, através da observação dos sentimentos e visões daquele que vivenciaram esta medida de promoção e proteção, assim como um espaço de apresentação de sugestões para a melhoria das práticas profissionais.

Palavras-chave: processos de autonomização; acolhimento residencial; jovens.

Abstract

In Portugal, the exposure of children and young people to situations of risk and danger has raised a great concern over the last few years, whether by the judicial system, social interventors, or the population in general. It is intended that this group is the target of protective policies that reduce or avoid exposure to these problems and guide them towards responses tailored to their needs. According to the 2018 Annual Report of the CPCJ Activity Assessment, within the scope of protective policies for children and young people, institutional care is the second most applied measure to protect children and young people at risk. It is intended to be a temporary measure and that aims to prepare young people for reintegration into society, either through autonomy or through returning to the family. During the period in which children and young people are integrated in institutional care, it is expected that the professionals involved contribute to their autonomy at the cognitive, emotional and functional level, through oriented work of a diverse group of personal and social skills.

Through a snowball sample, built from contacts with institutions, associations and through the researcher's social network, semi-structured interviews were done with young people who were institutionalized, in order to analyze their experiences during and after the process of institutionalization. The work carried out made it possible to understand the diversity of experiences lived, from the difficulties felt during the institutional care, the skills gained and the challenges faced after leaving the institution.

This study is intended to be a reinforcement of good practices, through the observation of the feelings and views of those who experienced this protective measure, as well as a space to suggest improvement of professional practices.

Keywords: autonomy; institutional care; young people.

Resumé

Au Portugal, l'exposition des enfants et des jeunes à des situations de risque et de danger est un thème qui a soulevé une grande inquiétude au cours des dernières années, que ce soit du système judiciaire, des travailleurs sociaux ou de la population en général. Il est prévu que cette population soit la cible de politiques de protection qui réduisent ou évitent l'exposition à ces problèmes et les guident vers des réponses adaptées à leurs besoins. Selon le rapport annuel de 2018 de l'évaluation des activités des CPCJ, dans le cadre des politiques de protection de l'enfance et de la jeunesse, l'accueil résidentiel est la deuxième mesure d'accompagnement la plus appliquée en matière de protection des enfants et des jeunes à risque et en danger. Il s'agit d'une réponse temporaire qui cible à préparer les jeunes à la réinsertion sociale, soit par l'autonomisation, soit par le retour à la famille d'origine. Pendant la période où les enfants et les jeunes sont intégrés dans l'accueil résidentiel (foyer de jeunes), il est prévu que les professionnels contribuent à leur autonomie au niveau cognitif, émotionnel et fonctionnel, par un travail orienté vers l'acquisition d'un ensemble diversifié de compétences personnelles et sociales.

Grâce à un échantillon en boule de neige, fruit de contacts avec des institutions, des associations et par le réseau social du chercheur, des entretiens semi-structurés ont été menés auprès de jeunes qui ont été en institution, afin d'analyser leurs expériences pendant et après le processus d'institutionnalisation. Le travail développé nous a permis de comprendre la diversité des expériences vécues, des difficultés rencontrées lors de l'accueil résidentiel, des compétences acquises et des défis rencontrés après avoir quitté l'établissement.

Il est prévu que cette étude soit un renforcement des bonnes pratiques, grâce à l'observation des sentiments et des visions de ceux qui ont connu cette mesure de promotion et de protection, ainsi qu'un espace pour présenter des suggestions pour l'amélioration des pratiques professionnelles.

Mots-clés: processus d'autonomisation; maison d'enfance et de jeunesse; jeune

Agradecimentos

Aos jovens que me permitiram conhecer os seus percursos institucionais e tomar conhecimentos da perceção desta resposta social aos olhos dos que são acolhidos. Sem as vossas partilhas nada disto seria possível.

Aos meus pais, que sempre acreditaram na importância da minha educação e que me deixaram escolher os caminhos a seguir, confiando nas minhas decisões e transmitindo-me segurança em todos os momentos.

Às minhas companheiras de mestrado, pelo conforto no caminho percorrido e por todo o apoio dispensado. O caminho quando é feito com aqueles de quem gostamos é percorrido muito mais facilmente.

Ao meu companheiro das longas horas de estudo, foste essencial para a minha concentração e motivaste-me ao longo do tempo para atingir os meus objetivos e nunca desistir de os alcançar. Agradeço-te por todo o carinho e paciência demonstrados.

À minha orientadora, Professora Doutora Idalina Machado, que ao longo do meu percurso académico esteve presente como uma profissional exemplar. Obrigada por me ter apoiado em todos os marcos deste trabalho, e ao longo dos altos e baixos com que fui confrontada.

A todos os profissionais que direta ou indiretamente contribuíram para a meu interesse pelo Serviço Social, pelo trabalho com e para os outros. Que as boas práticas profissionais nos acompanhem ao longo dos nossos percursos profissionais.

Índice

Resumo	i
Abstract	ii
Resumé	iii
Agradecimentos	iv
Índice	v
Índice de figuras	vii
Índice de tabelas	viii
Índice de anexos	ix
Introdução.....	1
Capítulo 1. Do contexto familiar à institucionalização e processo de autonomização	4
1.1. <i>Família de origem: importância da existência de uma estrutura segura e o afastamento de situações de risco e perigo</i>	4
1.2. <i>Medidas de Promoção e Proteção: acolhimento residencial enquanto medida que promove a proteção de jovens e crianças em risco</i>	7
1.3. <i>Processo de autonomização: para uma integração plena nas sociedades modernas</i>	12
Capítulo 2. Problema científico, objetivos, modelo analítico e metodologia de investigação	18
2.1. <i>Objetivos de pesquisa</i>	18
2.2. <i>Método de investigação</i>	19
2.3. <i>População alvo</i>	20
2.4. <i>Técnicas utilizadas na investigação</i>	20
2.5. <i>Pressupostos éticos</i>	24
Capítulo 3. Da institucionalização à autonomização: percursos e desafios	26
3.1. <i>Caracterização da população</i>	26
3.2. <i>Período de institucionalização: que intervenção?</i>	29

3.2.1. <i>Projeto de vida</i>	30
3.2.2. <i>Capacitação para a realização das tarefas da vida doméstica</i>	33
3.2.3. <i>Competências ao nível da gestão económica</i>	37
3.2.4. <i>Competências pessoais e sociais</i>	41
3.2.5. <i>Principais dificuldades sentidas durante o período de institucionalização</i>	44
3.2.6. <i>Percurso institucional numa palavra</i>	51
3.2.7. <i>Avaliação do percurso institucional</i>	54
3.2.8. <i>Autonomização: acompanhamento prestado pelos profissionais</i>	56
3.2.9. <i>Figuras de referência dentro da instituição</i>	61
3.2.10. <i>Breve análise da relação existente entre o acompanhamento realizado junto dos jovens e das suas famílias: que contributos para a autonomização e supressão de problemas diagnosticados no seio familiar</i>	64
3.2.11. <i>O papel do Assistente Social num Lar de Infância e Juventude na visão dos jovens</i>	66
3.3. <i>O desafio da saída: que receios?</i>	69
3.3.1. <i>Receio quanto ao momento de saída</i>	69
3.3.2. <i>Principais dificuldades que sentiu depois de ter saído da instituição</i>	72
3.3.3. <i>Planos para o futuro</i>	76
3.3.4. <i>Contacto com a instituição após saída</i>	79
3.3.5. <i>Contactos com os serviços de Ação Social após saída da instituição</i>	82
3.3.6. <i>Sou economicamente independente e estável?</i>	85
3.3.7. <i>Conselhos aos profissionais</i>	88
Conclusão	94
Bibliografia	99

Índice de figuras

Figura 1. <i>Motivo de integração na instituição</i>	28
Figura 2. <i>Percurso institucional numa palavra</i>	52
Figura 3. <i>Atividades Desenvolvidas pelo Assistente Social no Lar de Infância e Juventude</i>	67

Índice de tabelas

Tabela 1. <i>Caracterização sociodemográfica dos entrevistados</i>	26
Tabela 2. <i>Percurso institucional dos entrevistados</i>	29
Tabela 3. <i>Avaliação do percurso de institucionalização: aspetos positivos e negativos</i>	55
Tabela 4. <i>Contactos estabelecidos entre instituição/família e jovem/família</i>	64

Índice de anexos

Anexo 1. <i>Guião de entrevista semiestruturada</i>	103
Anexo 2. <i>Consentimento informado, livre e esclarecido</i>	106
Anexo 3. <i>Caracterização Sociodemográfica dos entrevistados</i>	108

Introdução

O bem-estar de crianças e jovens, em todo o mundo, tem suscitado crescente preocupação e originado a criação de legislação e de medidas para a proteção dos seus direitos. A visão da criança como um quase adulto que apenas necessitava de satisfação das necessidades básicas foi sendo ultrapassada, dando lugar à preocupação com o seu bem-estar não apenas físico, mas também emocional.

Na esfera internacional, a Declaração dos Direitos da Criança é o documento que define dez princípios fundamentais para a proteção de todas as crianças. Destaca a vulnerabilidade desta franja da população e o dever dos seus responsáveis – sejam os progenitores, os tutores ou demais adultos que com ela contactem – em cumprir com os procedimentos que garantam o seu pleno desenvolvimento e total cumprimento dos direitos nela plasmados.

Numa esfera nacional, a proteção de crianças e jovens também foi alvo de atenção, pelo que foram criados, em 1911, a Lei de Proteção à Infância e os tribunais de menores (Tutorias de Infância). Este primeiro marco orientava a promoção dos direitos por parte do poder político e governativo. Em 1978 foram aprimorados os procedimentos e orientações anteriormente estabelecidos. A família passou a ser vista como eventual potenciadora de proteção e elemento capaz de aplicar as medidas decretadas pelos órgãos decisores (Cansado, 2008).

Atualmente, a promoção e proteção das crianças e jovens residentes em território nacional rege-se pela Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (LPCJP), com a versão original datada de 1999 (Lei n.º 147/99, de 01/09), tendo sido atualizada em 2018 (Lei n.º 26/2018, de 05/07). Sabe-se que apesar de serem regulados, os direitos são frequentemente postos em causa e não cumpridos, pelo que cabe aos legisladores a inclusão de medidas claras para a proteção da faixa etária em questão.

A aplicação da LPCJP e a efetiva proteção das crianças e jovens carece de uma atenção redobrada por parte de órgãos de segurança pública, interventores sociais e pelos adultos que possam ter conhecimento de situações de incumprimento, risco e perigo em que aquelas sejam colocadas. A LPCJP diz que as Comissões de Proteção de Crianças e Jovens devem fazer cumprir a Lei e garantir o bem-estar das crianças e jovens, assim como das suas famílias, promovendo também a prevenção da eventual situação de risco e perigo.

Segundo o relatório anual de 2018 da Avaliação da Atividade das CPCJ, foram efetuadas 39 053 denúncias de situações de perigo em 2018, verificando-se um aumento de sinalizações dos últimos 10 anos, o que demonstra uma crescente preocupação com os direitos das crianças. Dessas denúncias, foram diagnosticadas 13 905 situações de perigo efetivas. (CNPDP CJ, 2019)

Pese embora a forte aposta no trabalho com as famílias e a valorização da integração das crianças e jovens no seio familiar, verifica-se que no âmbito das Medidas de Promoção e Proteção aplicadas pelas Comissões, no ano de 2018, o acolhimento residencial foi a segunda medida mais aplicada, sendo a negligência o principal motivo de integração nesta resposta social. (CNPDP CJ, 2019).

Esta medida de proteção e acolhimento de crianças e jovens em risco caracteriza-se pela retirada à família e integração numa estrutura organizada da qual fazem parte outras crianças e jovens, assim como profissionais, interagindo entre si com vista à satisfação das necessidades da população alvo.

O acolhimento residencial prevê-se que seja de curta duração, no entanto existem famílias que não reúnem competências ajustadas para reintegrar em tempo útil as crianças e jovens. Assim, cabe aos profissionais o trabalho de proximidade com as crianças e jovens que integram esta resposta, focando a sua intervenção na transmissão de conhecimentos que permitam a autonomização à data da saída da instituição. Os profissionais serão as figuras de referência no quadro de uma estrutura que se pretende de plausibilidade (Berger & Luckmann, 1996) e a eles compete a transmissão de normas e valores, bem como a dotação dos jovens de competências para a vida.

Neste estudo será dado a conhecer, através da experiência de dez jovens que se encontraram acolhidos em Lares de Infância e Juventude, o modo como os jovens são preparados para a vida autónoma após residência prolongada neste tipo de resposta social.

O trabalho encontra-se organizado em três capítulos principais, para além da introdução e da conclusão. No primeiro faz-se uma abordagem teórica centrada na importância da família como alicerce de segurança e bem-estar para as crianças e jovens e estrutura da comunidade, e a quem é atribuída a responsabilidade de cuidar e proteger as crianças e jovens que dela fazem parte. Analisa-se a LPCJP que indica quais os direitos desta população e em que circunstâncias são postos em causa, dando lugar à aplicação de medidas que regulam e definem que procedimentos devem ser adotados caso se verifique uma situação de perigo.

A medida de acolhimento residencial será a medida de promoção e proteção em destaque, uma vez que este estudo pretende perceber como foram trabalhadas as competências durante o percurso institucional dos dez jovens entrevistados. Neste sentido, no último ponto deste primeiro capítulo faz-se uma abordagem ao conceito de competência e das suas diversas dimensões, articulando essa reflexão com a importância da ressocialização e do processo de alteração do “*habitus*” (Pinto & Pereira, 2007).

O segundo capítulo espelha os objetivos definidos para esta dissertação, assim como os procedimentos que foram levados a cabo para a recolha de dados. Apresentou-se como o objetivo principal *identificar e explicar as perceções dos jovens que se encontraram em situação de acolhimento em Lares de Infância e Juventude, no que toca à saída do meio institucional e regresso à vida em comunidade*. Por forma a alcançar os objetivos propostos, foram realizadas entrevistas semiestruturadas a dez jovens que se encontraram institucionalizados. Neste capítulo explicitam-se, igualmente os procedimentos para o tratamento da informação. Conclui-se com uma reflexão em torno do cumprimento dos pressupostos éticos inerentes a qualquer pesquisa científica no domínio das ciências sociais.

O terceiro, e último, capítulo abarca o tratamento das informações recolhidas durante a realização das entrevistas, percorrendo a história de vida dos jovens, através do momento de saída da família de origem, o período em que se encontraram institucionalizados e a saída da instituição para uma vida autónoma.

É neste último capítulo que se realiza a caracterização sociodemográfica da população alvo e que se analisam os motivos que conduziram à integração no acolhimento residencial. São analisadas, igualmente, as perceções dos jovens acerca do período de institucionalização, particularmente no que concerne a preparação para a vida autónoma. Analisa-se a (in)existência de um Projeto de Vida, elaborado de forma personalizada e heterogénea para, e com, cada jovem, de acordo com as orientações do Manual de Boas Práticas¹. O culminar dos anos de institucionalização dará lugar à análise dos receios dos jovens quanto ao momento de saída da instituição e os desafios que estes encontraram após a quebra do vínculo institucional.

¹ Grupo de Coordenação do Plano de Auditoria Social CID - Crianças, I. e.-C. (2005). Manual de Boas Práticas. Barcelos: CEM - Artes Gráficas.

Capítulo 1. Do contexto familiar à institucionalização e processo de autonomização

Neste capítulo pretende-se compreender o papel da família na proteção das crianças e jovens, bem como do acolhimento residencial, uma das medidas usadas para a proteção das mesmas, quando a família não cumpre os seus deveres de proteção. Procedese, ainda, à reflexão sobre os processos de autonomização dos jovens aquando da saída da instituição e todo o percurso necessário para que esta seja efetivada.

1.1. Família de origem: importância da existência de uma estrutura segura e o afastamento de situações de risco e perigo

De acordo com Abrantes, “pela sua natureza social, o ser humano apenas pela socialização pode sobreviver, desenvolver-se e tornar-se pessoa. Ao nível das estruturas estritamente genéticas, é dos animais pior preparados para uma vida independente, dependendo de outros durante mais tempo e de forma mais intensa.” (2011, p. 122). O processo de socialização é, por isso, extenso e de longa duração, já que quando se fala de uma criança não se prevê que esta seja autónoma e capaz de bastar-se a si própria nos primeiros anos de vida.

Cabe à família a tarefa de introduzir a criança nos primeiros passos do longo processo de socialização, criando as condições para que aquela adquira os valores, os modos de pensar, sentir e agir socialmente valorizados no quadro da sociedade e/ou dos grupos mais específicos a que pertence.

Enquanto “grupo primário, espontâneo”, a família “surge como o núcleo de toda a organização social, a mais simples, a primeira, a mais universal de todas as formas de associações. Encontra-se sob uma forma ou outra no interior dos sistemas mais complexos. É, em definitivo, a célula base da estrutura social.” (Carneiro, 1997, p. 557). E é a ela que compete a socialização primária, entendida enquanto aquela que acontece mal a criança nasce e se depara com um mundo novo, cheio de novas aventuras e materiais para explorar.

É através do contacto inicial com “o outro significativo” que o ser humano adquire conhecimentos, apreende o mundo através da observação e repetição de comportamentos, sendo que o irá compreender à semelhança dos adultos com quem se relaciona. Estes adultos são diretamente influenciados pelos contextos sociais onde estão inseridos e pela

forma como os percebem. Na infância “desenvolvem-se as estruturas cognitivas e emocionais dos indivíduos – mediadas por quadros de interação social e por configurações culturais do meio envolvente – que irão desempenhar um papel decisivo nos modos de interpretar e de agir no mundo social, condicionando a permeabilidade a processos de socialização posteriores.” (Abrantes, 2011, p. 124).

Tendo em conta a importância da família enquanto instituição onde se dá lugar a socialização primária, “... é hoje seguro afirmar-se que a ausência da família ou pertença a uma família desequilibrada são fatores de alto risco para o desenvolvimento do menor e que potenciam o aparecimento de condutas desviantes.” (Carneiro, 1997, p. 558). Deste modo, é necessário garantir que a família onde se encontra inserida a criança tem competências para potenciar o seu pleno desenvolvimento e garantir o seu bem-estar, ou seja, é fundamental que a família se destaque pela sua estabilidade, quer seja económica, social ou simbólica, três dimensões chave que são fortemente abordadas quando falamos de situações de exclusão.

A família é fortemente responsável pela construção do *habitus*² que influencia tudo aquilo que fazemos, nomeadamente os nossos gostos e as relações sociais que estabelecemos, sendo que temos tendência a associarmo-nos aos nossos semelhantes. Mas nem sempre as formas de ver o mundo e de estar integrado nele, transmitidas pela família, são favoráveis para o desenvolvimento das crianças e jovens, podendo estes estar expostos a comportamentos de risco, até mesmo negligentes, pondo em causa o seu bem-estar e proteção.

Ao longo dos tempos, tem-se assistido à alteração da conceção de criança e de família, sendo cada vez mais questionadas as práticas da família em relação aos elementos que a compõem. É sabido que somente no século XX existe uma viragem na perspetiva da definição de criança, sendo que anteriormente esta era observada como um mini adulto, principalmente pelas classes populares, desenvolvendo tarefas semelhantes à do adulto, e onde o afeto e a relação não eram tão valorizados como nos dias de hoje (Kellerhals, Troutot, & Lazega, 1984).

Enquanto seres frágeis, e no decurso do seu desenvolvimento, as crianças carecem de um constante apoio de adultos responsáveis que promovam o seu conforto e

² O *habitus* é um “sistema de disposições mentais, resultante, não só da incorporação das formas culturais que correspondem a condições e estilos de vida próprios de um determinado lugar, como, também, da percepção dos agentes acerca das distâncias que separam os diferentes lugares da estrutura social.” (Pinto & Pereira, 2007, p. 75)

comodidade, sendo que a ausência de competências e estabilidade por parte destes poderá ser uma rampa para a existência de situações de risco e perigo. Deste modo, e sendo necessário regular o que seja a efetiva situação de perigo, a Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, determina, no n.º 2 do seu artigo 3º, que a criança ou jovem se encontra em perigo quando: a) está abandonada ou vive entregue a si própria; b) sofre maus tratos físicos ou psíquicos ou é vítima de abusos sexuais; c) não recebe os cuidados ou a afeição adequados à sua idade e situação pessoal; d) está aos cuidados de terceiros, durante período de tempo em que se observou o estabelecimento com estes de forte relação de vinculação e em simultâneo com o não exercício pelos pais das suas funções parentais; e) é obrigada a atividades ou trabalhos excessivos ou inadequados à sua idade, dignidade e situação pessoal ou prejudiciais à sua formação ou desenvolvimento; f) está sujeita, de forma direta ou indireta, a comportamentos que afetem gravemente a sua segurança ou o seu equilíbrio emocional; g) assume comportamentos ou se entrega a atividades ou consumos que afetem gravemente a sua saúde, segurança, formação, educação ou desenvolvimento sem que os pais, o representante legal ou quem tenha a guarda de facto se lhes oponham de modo adequado a remover essa situação.

Note-se que quando se aborda as questões familiares e situações disfuncionais que possam ocorrer no seio desta, existe tendência em associar a disfuncionalidade e as problemáticas de risco e perigo a famílias que apresentam baixos níveis de rendimentos e situações de carência económica. É relevante compreender que as famílias que apresentam comportamentos de risco não são necessariamente pobres, podendo estar integradas em qualquer estrato social, cultural ou económico. A grande diferença é que, tendo em conta situações de pobreza, é mais fácil esta problemática ser observada pelos serviços de ação social e pelas instituições que trabalham com a comunidade (Sousa, 2005).

Nas sociedades atuais são diversas as entidades que visam assegurar o bem-estar dos indivíduos, proporcionando serviços ajustados às suas necessidades. Nomeadamente, é de grande importância referir todas aquelas que trabalham com crianças e jovens individualmente e em articulação com as famílias, como é o exemplo das respostas ao nível da educação, da saúde e diversas Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS). Cabe a estas entidades efetuar um trabalho contínuo de enriquecimento dos indivíduos e orientação para boas práticas parentais, de modo a evitar situações de efetivo perigo e risco. No entanto, sabe-se que, por motivos diversos, nem sempre é possível para estas entidades alcançarem os seus objetivos. Assim, atendendo às situações acima

referidas e à verificação da exposição de crianças e jovens a estas, a Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (LPCJP) estabelece um conjunto de respostas que promovem a proteção da população alvo. Com vista ao seu cumprimento, foram criadas as Comissões de Proteção e Promoção de Crianças e Jovens em Risco (CPCJ), “que visam promover os direitos da criança e do jovem e prevenir ou pôr termo a situações suscetíveis de afetar a sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento integral.” (Lei n.º 147/99, de 1 de setembro). Por sua vez, cabe às CPCJ pôr em prática as medidas de promoção e proteção legisladas, a saber: apoio juntos dos pais; apoio junto de outro familiar; confiança a pessoa idónea; apoio para a autonomia de vida; acolhimento familiar; acolhimento residencial e confiança a pessoa selecionada para a adoção.

1.2. Medidas de Promoção e Proteção: acolhimento residencial enquanto medida que promove a proteção de jovens e crianças em risco

Quando surge a necessidade de uma criança ou jovem ser integrado numa instituição (acolhimento residencial), subentende-se que algo no seu percurso de vida não ocorreu como o esperado e que este se irá deparar com uma mudança estrutural na sua vida.

Por muitas situações de perigo às quais tenham sido expostos e por muito que uma estrutura de acolhimento seja vista como uma resposta ajustada para o cuidado destas crianças e jovens, sabe-se que a integração neste novo contexto residencial implica passar por diversas fases de adaptação. A ausência dos seus familiares e a quebra de relações diárias têm implicações na vida daqueles que as vivenciam. É, deste modo, imperativo que este tipo de respostas seja regulado de modo a promover a efetiva proteção das crianças e jovens que o integram, cumprindo determinados critérios e apoiando-os a vivenciar cada uma das fases do processo de acolhimento residencial de forma ajustada.

A LPCJP define claramente este tipo de medida de promoção e proteção, sendo que esta “consiste na colocação da criança ou jovem aos cuidados de uma entidade que disponha de instalações, equipamento de acolhimento e recursos humanos permanentes, devidamente dimensionados e habilitados, que lhes garantam os cuidados adequados”. E tem como finalidade “contribuir para a criação de condições que garantam a adequada satisfação de necessidades físicas, psíquicas, emocionais e sociais das crianças e jovens e o efetivo exercício dos seus direitos, favorecendo a sua integração em contexto sociofamiliar seguro e promovendo a sua educação, bem-estar e desenvolvimento integral”. (Assembleia da República, 1999)

Claro é que todas as instituições de acolhimento têm de cumprir um conjunto de regras ajustadas à população alvo, abrangendo diversos critérios ao nível dos recursos materiais e humanos, assim como projetos socioeducativos ajustados às necessidades de cada indivíduo e que tenham em consideração que cada um se trata de um ser singular e diferenciado.

A bagagem que é carregada por cada uma das crianças e jovens que integram a instituição é semelhante apenas no que toca à exposição a uma ou mais situações de risco e perigo que as fizeram deparar-se com este marco significativo – processo de institucionalização – nos seus percursos de vida. Fora este ponto comum, trata-se de percursos de vida e personalidades bastante distintas, aos quais não é possível deixar de dar atenção, sendo estes o ponto de partida para uma intervenção ajustada e multidisciplinarmente rica.

“No âmbito das instituições de acolhimento de crianças e jovens, o conceito de projeto de vida configura uma estratégia de intervenção da estrutura residencial em parceria com outros atores sociais, implicando fortemente com as crianças e jovens acolhidos e suas famílias, tendo como objetivo principal a sua desinstitucionalização segura.” (Manual de Boas Práticas, 2005, p. 104). Deste modo, é fundamental ter-se em consideração, não só a importância da elaboração de projetos de vida, mas também da sua adequação às especificidades de cada criança e jovem. O acolhimento residencial é uma medida que se prevê de grande brevidade, com o objetivo de que a criança ou jovem regresse à sua família de origem, fique a cargo de um familiar, seja orientado para um processo de adoção, entre outros, ou que, caso não seja possível a saída, permaneça no meio institucional e sejam com eles trabalhadas competências para que, num futuro e fora da estrutura de acolhimento, se possam autonomizar e integrar na sociedade.

O “Manual de Boas Práticas – Um guia para o acolhimento residencial de crianças e jovens”, elaborado pelo Instituto da Segurança Social, é um instrumento que apresenta diretrizes que, quando cumpridas, garantem a adequação das estruturas residenciais nos mais variados níveis.

Para que possa ser efetuado um acompanhamento ajustado a cada criança e jovem, é necessário que exista um diagnóstico interdisciplinar, do qual conste a avaliação em diferentes domínios que vão desde a saúde, o percurso escolar, as redes relacionais, os aspetos legais, entre outros, com vista à total compreensão da situação atual e passada por forma a orientar a atuação futura para que o tempo de estadia na instituição seja rico e ajustado às suas necessidades. Prevê-se a existência de articulação entre a instituição e a

comunidade, com vista à desinstitucionalização, para que quando a saída aconteça estejam garantidos todos os recursos necessários para que o jovem não se encontre em situação de desproteção e precariedade (Manual de Boas Práticas, 2005),

Enquanto instituição de acolhimento, e local de residência de duração (in)determinada para as crianças e jovens que a integram, esta estrutura deve garantir o cumprimento de valores e objetivos, que estão estabelecidos na lei, com vista a promover o bem-estar daqueles que acolhe.

Segundo o Manual já referido, para um bom funcionamento destas estruturas devem ser respeitados os seguintes princípios e valores: dignidade, respeito, individualidade, autonomia, capacidade de escolher, privacidade e intimidade, confidencialidade, igualdade e equidade e participação.

É importante referir que todas as crianças e jovens institucionalizados devem ser respeitados enquanto seres humanos detentores de direitos e tratados pelos membros da instituição de modo adequado, ou seja, um tratamento que garanta a autovalorização e a construção de um autoconceito positivo. Deve ser potenciado o tratamento individualizado de cada um, respeitando as suas vivências passadas e adequando as práticas à história de vida individual, respeitando as crenças, modos de estar e gostos que os caracterizam. A discriminação no que toca ao sexo, idade, prática religiosa, entre outras, é totalmente proibida, pelo que cada resposta institucional deve promover a igualdade e equidade dos seus utilizadores.

Cabe a estas instituições promover a autonomia das crianças e dos jovens, responsabilizando-os no que toca aos seus deveres para com a instituição e para com todas as pessoas que os rodeiam, promovendo assim a responsabilização dos mesmos no contexto institucional já que, à semelhança do que acontece numa família, todos têm funções e tarefas associadas.

Deve falar-se, também, acerca da capacidade de escolha e a possibilidade de as crianças e jovens, sempre que possível e adequado à situação em causa, poderem ter autonomia para decidirem sobre o seu dia a dia, seja no que toca à escolha dos espaços onde preferem estar, de que forma querem organizar o seu espaço pessoal, ou o lugar onde se sentar na hora das refeições.

A privacidade e intimidade destas crianças é, também, um fator de extrema importância, tendo em conta que apesar de estarem integradas numa instituição continuam a ser indivíduos que necessitam do seu espaço pessoal, que deve ser respeitado. Esta privacidade está diretamente relacionada com os seus percursos de vida antes do

acolhimento e durante o mesmo, na medida em que os técnicos devem reger-se pelo dever da confidencialidade profissional que lhes assiste. Note-se que os Assistentes Sociais³, tratando-se de uma categoria profissional que mantém vínculos institucionais com este tipo de resposta, se rege por um código deontológico que regula as suas práticas profissionais.

As instituições de infância e juventude que têm como objetivo promover a efetiva satisfação das necessidades das crianças e jovens que acolhem, devem ter em consideração as profundas mudanças que se registam na vida dos mesmos, particularmente no que concerne a quebra de relações que acontece quando são retirados às suas famílias. A quebra de ligação com os adultos, e demais pessoas, que constituíam os seus contextos diários deve ser tida em conta, procurando que os menores criem laços afetivos com os profissionais que os rodeiam e com as restantes crianças e jovens institucionalizados, de modo a tornar a sua estadia na instituição menos penosa.

Quando uma criança/jovem se encontra em situação de risco pretende-se que este tenha acesso a cuidados que até ao momento se viam fragilizados, negligenciados ou eram, até mesmo, inexistentes. Para o efeito, é crucial trabalhar-se no sentido de criar uma efetiva situação de proteção. De modo a corresponder a estas expectativas é necessária a elaboração, por parte dos interventores sociais, de um diagnóstico psicossocial que permita perceber quais os principais problemas e potencialidades do menor e do contexto onde este se encontra/encontrava inserido de modo a construir um plano de intervenção.

Nesta linha de pensamento, e para que a intervenção com estes menores seja concertada e vá ao encontro dos objetivos esperados, Canhão (2007) apresenta um modelo de intervenção do Governo Inglês, que assenta nas seguintes premissas para a elaboração de um diagnóstico e plano de intervenção: “necessidades de desenvolvimento da criança”, “competências parentais” e “fatores familiares e ecológicos”.

No que concerne às necessidades de desenvolvimento das crianças, a autora refere que se deve potenciar o seu desenvolvimento, seja física ou mentalmente, acompanhando e explorando temas associados com o seu crescimento.

Deve promover-se o acompanhamento na educação, de modo a que as crianças/jovens sejam devidamente orientadas no decorrer do seu percurso escolar, assim como promover a sua capacidade de interagir com os outros, por meio da comunicação

³ APSS (2018). *Código Deontológico dos Assistentes Sociais em Portugal*. Lisboa: APSS

oral e escrita, e o desenvolvimento da capacidade de participar em jogos, trabalhando o brincar, entre outros aspetos.

O desenvolvimento emocional e comportamental e a identidade dos menores são também temas abordados pela mesma autora que se refere à importância de estimular a expressão das emoções e construção das mesmas em relação aos seus significativos (família, vizinhos, amigos e até mesmo técnicos que intervêm diariamente com a crianças) e a si próprios, controlando as suas frustrações e sentimentos de rancor, trabalhando ainda para a inclusão e identificação com o meio em que se encontram.

É importante referir a necessidade de trabalhar na imagem pessoal do jovem e na sua capacidade de autonomia. No primeiro caso, é fundamental demonstrar a importância da forma como nos apresentamos em público e quais as vantagens e desvantagens de nos vestirmos de certo modo tendo em conta o contexto em que estamos inseridos, produzindo assim nos outros uma ideia de quem somos e transmitindo uma imagem que nos agrada. No segundo caso, é fundamental trabalhar a independência, fomentando a aquisição de competências que, de uma forma progressiva, lhes permita depender menos de terceiros.

Pretende-se, assim, que a intervenção feita com estas crianças lhes satisfaça diferentes tipos de necessidades, mais concretamente as referidas por Maslow (1954), estando estas divididas em necessidades primárias (fisiológicas e segurança – que incluem o acesso a alimentação, higiene e abrigo e afastamento de situações de perigo) e necessidades secundárias (sociais e de afeto, autoestima e autorrealização – que incluem dimensões mais direcionadas para a relação que se estabelece com terceiros, connosco e com a nossa capacidade de atingir o sucesso e a realização pessoal). Segundo Maslow (1954), a satisfação das necessidades deve fazer-se cumprir em determinada ordem, começando pelas primárias e seguindo-se das secundárias. Esta lógica rege-se por uma perspetiva biológica, sendo que o ser humano não terá capacidade de se focar na satisfação de nenhuma necessidade secundária se as primárias não estiverem satisfeitas.

Note-se ainda que os procedimentos que não têm em conta a individualidade de cada criança e jovem institucionalizado acabam por contribuir para a “mortificação do eu”, desenvolvendo um sentimento de ausência de liberdade e singularidade. Este tipo de procedimentos e acompanhamento dos residentes de forma homogénea eram observados nos primeiros hospitais e asilos (Goffman, 1961). Nas instituições atuais os modos de atuar são diferenciados e heterogéneos, procurando sempre que possível salvaguardar a identidade de cada utente.

As instituições adotam agora diferentes modos de ação, sendo mais inclusivas no que toca ao apoio de instituições da comunidade. Esta forma de trabalho e de inclusão dos jovens na vida em comunidade não se enquadra na ideia de instituição total de Goffman (1961), uma vez que se verifica que a vida do jovem não é centrada apenas na instituição e que integra a vida social como diversos outros jovens que não se encontram abarcados por esta medida institucional.

Mas como é que isso acontece na prática? Como são preparados os jovens para a situação de autonomia futura e saída do meio institucional?

1.3. Processo de autonomização: para uma integração plena nas sociedades modernas

Segundo Abrantes, “entendemos a socialização como o processo através do qual os indivíduos, ao longo da sua vida, participam na vida e, simultaneamente, incorporam um conjunto de referências que potenciam essa participação, incluindo linguagens, conhecimentos, crenças, valores, disposições, etc.” (Abrantes, 2016, pp. 12-13).

A socialização, enquanto alicerce de uma sociedade, consiste na transmissão de conhecimentos por parte de adultos para crianças e jovens. Este processo é o resultado da necessidade de dar a conhecer as normas e os costumes de uma determinada cultura, e garantir que os elementos mais novos de uma determinada comunidade conseguem adquirir e pôr em prática o que está previamente definido no grupo e comunidade a que pertencem.

Bandura (1979), ao apresentar a teoria da aprendizagem social, espelha o funcionamento da socialização e os processos envolvidos. Verifica-se, segundo o autor, que a aquisição dos conhecimentos durante o processo de socialização ocorre através da observação do outro, através da imitação e da observação dos reforços positivos e negativos de que a criança é alvo. O processo de aprendizagem decorre da imitação e interiorização de um determinado comportamento, que é analisado pelo observador ao contemplar o modelo. Contudo, a aquisição de conhecimentos não acontece de forma linear, sendo necessário que tanto o observador como o modelo possuam determinadas características, como por exemplo o estabelecimento de uma relação afetiva prévia entre ambos e a capacidade cognitiva do observador em processar a informação e o grau de interesse naquilo que observa.

Na perspetiva de Berger & Luckmann (1996), a construção social da realidade trata-se de um processo que é definido socialmente, sendo através das nossas relações sociais que iremos compreender a sociedade onde estamos inseridos. A socialização

primária, fruto da vivência no contexto familiar, trará até às crianças e jovens a realidade objetiva. Esta realidade abarca os modos de estar e de pensar de uma determinada sociedade e é algo que é prévio à existência do indivíduo que dela fará parte. Pretende-se, durante o processo de socialização, que a realidade objetiva seja aprendida para que seja possível ao indivíduo compreender a mesma e comportar-se de acordo com o esperado. Cabe ao outro significativo (pessoas de referência para a criança) o papel de transmitir estas informações, sendo que tudo o que é partilhado é tido como a realidade absoluta daquela criança.

Quando as crianças e jovens são confrontados com a integração numa instituição, sendo afastadas da sua família, poderá estar em causa o choque entre as diferentes realidades. O que era tido como a realidade construída na socialização primária, tida como única realidade da criança e do jovem, é confrontada com uma nova realidade, na instituição, à qual terá de se adaptar.

Durante a institucionalização, os jovens serão expostos a novas formas de estar e pensar. O que eles assumem como correto poderá ser distinto dos padrões estabelecidos pela instituição em que estão integrados, pelo que será necessária a sua adequação aos mesmos. Segundo Berger & Luckmann (1996) a transmissão de novas dinâmicas deve ser reforçada no quadro de uma estrutura de plausibilidade, que é marcada pela relação de afetos com o indivíduo em causa e que reforça constantemente as normas e valores que se considera ajustados para a vivência em sociedade. A estrutura de plausibilidade será constituída pelos outros significativos, que serão os profissionais que vão interagir com as crianças e jovens de uma forma semelhante à ocorrida na socialização primária. Serão estes os agentes da mudança para a criação de novos significados e alteração da realidade subjetiva da criança ou jovem.

A ressocialização está então diretamente relacionada com a mudança de mentalidades e a atribuição de um novo sentido à realidade. Trata-se da compreensão de que aquilo que foi transmitido e interiorizado não é uma realidade única e que existirão outras formas de pensar, estar e agir, que irão potenciar uma melhor qualidade de vida, dotada de outro sentido. Esta mudança de significados será mais ou menos bem-sucedida quanto mais dotada de significado se encontrar a estrutura de plausibilidade.

Segundo os autores, “a realidade subjetiva depende assim sempre de estruturas específicas de plausibilidade, isto é, da base social específica e dos processos sociais exigidos para sua conservação” (Berger & Luckmann, 1996, p. 205). Ora, quando analisamos a integração de uma criança ou jovem no acolhimento residencial, é

necessário compreender que esta se encontra vinculada a uma família detentora de um determinado *habitus* e que as suas predisposições poderão ser distintas das apresentadas pela estrutura que acabaram de integrar.

Note-se que o meio em que estamos inseridos e as constantes interações com os indivíduos que nos rodeiam, acabam por moldar a nossa realidade, quer objetiva, quer subjetiva. Com a exposição contínua, acaba por se verificar o ajustamento da realidade objetiva à realidade subjetiva. Não obstante, verifica-se que esta alteração terá mais ou menos efeito quanto mais fortes forem as relações afetivas entre os indivíduos e a estrutura de plausibilidade, e que se trata de uma mudança que acarreta uma dor profunda, sendo fundamental que a criança e/ou jovem perceba que a situação em que se encontra não é da sua responsabilidade. Só assim, poderá estar disponível para a mudança.

À luz dos contributos da psicologia cumpre-nos compreender que existem diversos conteúdos teóricos que analisam a fase da adolescência, etapa do desenvolvimento onde podemos considerar que existirá, ou que deverá existir, um investimento na autonomia do jovem. Remetendo para o ponto a) deste capítulo, percebemos que a conceção de criança se foi alterando ao longo dos anos, pelo que é importante perceber que as passagens pelas diferentes fases do desenvolvimento do ser humano também ocorrem de forma distinta dependendo da sociedade em que estamos inseridos. Mead (1928) verificou, durante as suas investigações em Samoa, e em comparação com outras investigações posteriores, que os adolescentes vivenciavam as fases do desenvolvimento de forma distinta, dada a exposição a diferentes culturas. Em Samoa, a transição da fase da adolescência para a idade adulta era algo vivenciado de modo fluido, sem que fosse considerada como relevante a fase de transição entre a infância e a vida adulta. Esta ausência verificou-se uma vez que as experiências a que estavam expostas estas faixas etárias eram semelhantes às experienciadas pelos adultos, fosse no que toca à educação distinta, e o papel que desempenhavam na vida em comunidade.

Numa diferente abordagem, Erikson (1968), psicanalista responsável pela elaboração da abordagem dos diferentes estágios de análise do ser humano, fala-nos da fase da adolescência como a fase da construção da identidade, sendo esta uma fase crítica no percurso de vida do homem, já que é aqui que irá descobrir o que pretende fazer com o seu futuro e que passos dar em direção a um caminho completamente novo e que lhe é desconhecido. (Papalia & Olds, 1981)

Essa descoberta encontra-se integrada em diversas áreas da vida dos jovens, nomeadamente nos seus processos de inserção social e profissional. Bataller, Codina, & Coll (1991), analisam estes processos de inserção e deparam-se com diversos fatores que os influenciam, tendo em conta que o jovem é membro de uma sociedade em movimento. Notam que o processo de transição da adolescência para a vida adulta é prolongado, atendendo à existência de um investimento na formação de competências ao nível da educação, pelo que os jovens estudam até mais tarde – fruto da escolaridade obrigatória e existência de investimento na formação complementar. Este investimento é resultado das alterações presentes no mercado de trabalho e na exigência de cada vez mais competências para o desempenho de funções específicas no quadro da atividade profissional que o indivíduo irá integrar.

Note-se que as dificuldades na transição para a vida adulta não são condicionadas apenas pela necessidade de aquisição de competências escolares. As competências pessoais são também essenciais para a plena integração das sociedades atuais, uma vez que a capacidade de gestão emocional das diversas dificuldades existentes, como é o caso da ausência de poder de compra, a ausência de habitação acessível e o confronto com diversas outras problemáticas de cariz social, é também relevante. (Bataller, Codina, & Coll, 1991).

As várias oportunidades de ocupação na vida adulta também foram mudando ao longo dos anos, sendo exemplo disso os trabalhos em tempo parcial, a existência de projetos de curta duração, trabalho em regime de voluntariado e até a possibilidade de conciliar a integração no mercado de trabalho com a formação escolar – existindo estatutos de trabalhador estudante –, que apresentam diversas possibilidades de organização e caminhos a seguir. De realçar, ainda, as disparidades geográficas e de oportunidades que influenciam o processo de integração/transição para a vida adulta. Assim, a região onde o jovem se encontra e as diferentes oportunidades a que este tem acesso em função do seu meio familiar, condicionam os processos de transição: quanto mais rica for a integração social, económica e cultural dos indivíduos, mais oportunidades de uma transição frutífera (Bataller, Codina, & Coll, 1991).

Durante a integração no acolhimento residencial pretende-se que os jovens possam ser dotados de competências pessoais e sociais que lhes proporcionem a capacidade de se tornarem adultos autónomos e independentes, uma vez considerada a impossibilidade de retomarem à família em tempo útil.

Alves (2007), refere-se ao processo de aprendizagem e desenvolvimento dos jovens como um processo de aquisição e partilha de conhecimentos entre estes e os adultos, com avanços e retrocessos. Esquematiza o jovem como sendo detentor de características biopsíquicas, interesses pessoais e áreas de vulnerabilidade que interagem com a socialização e a aquisição de competências. Foca a necessidade de estímulo das “competências sociais” (capacidade de comunicar, escutar, ser empático, recusar comportamentos de risco, ser alvo de e fazer críticas e negociar), das “competências de controlo emocional e resolução de problemas” (controlo de emoções em momentos de tensão, privilegiando a calma vs. stress e capacidade para avaliar as situação de conflito em que se encontre) e “competências linguísticas e académicas” (capacidade de aprendizagem e hábitos de estudo). Quando investimos neste tipo de capacidade e competências, esperamos que os jovens possam adquiri-los e transformá-los em conhecimentos úteis para a vida adulta, de modo a que consigam fazer face aos desafios da vida quotidiana.

Dias, Gomes, Peixoto, Marques, & Ramalho (2012) falam acerca da necessidade de serem trabalhadas “competências de vida” e do modo como se verifica a aquisição de competências e a sua interiorização, através da capacidade de os jovens transporem os conhecimentos adquiridos de forma transversal em todas as dimensões das suas vidas. Verificam que a transmissão de competências pode abarcar diversas dimensões, como a comportamental, cognitiva, intrapessoal e interpessoal.

Para o trabalho destas dimensões exemplificam a possibilidade de as crianças e jovens serem alvo de vários projetos e iniciativas, sendo necessário optar por um caminho bem definido, com vista ao alcance dos objetivos pretendidos. A transmissão de conhecimentos não se trata, assim, de algo pontual e único, pelo que consideram a necessidade de ser efetuado um acompanhamento longitudinal, de modo a que possa ser comprovada a eficácia da intervenção. Referem, ainda, que a aquisição de competências num determinado momento do ciclo vital não significa que as crianças/jovens as venham a reter e as venham a reproduzir ao longo dos seus percursos de vida.

Existem várias formas de compreender a autonomia e os processos de autonomização. Segundo a pesquisa de Reichert & Wagner (2007) a autonomia poderá ser observada como a crescente independência dos jovens em relação aos elementos adultos. Trata-se de uma progressiva alteração das dinâmicas familiares, sendo que não é necessário que os jovens se tornem completamente desligados daqueles que para eles são uma referência. Marca-se pela crescente capacidade para refletir, julgar, tomar decisões

e traçar objetivos, de forma individual e responsável, sendo este um processo que é influenciado pelas práticas educativas das figuras de referência dos jovens.

Fruto de uma análise de publicações realizadas sobre o tema, Barbosa & Wagner (2013) verificam que a autonomia tem vindo a ser estudada por diferentes autores e visualiza uma multiplicidade de conceitos e falta de clareza dos mesmos, tornando-se um conceito bastante complexo. Diferentes autores focam aspetos distintos: uns centram-se na autonomia comportamental (orientada para a tomada de decisões), outros na autonomia emocional (através do desprendimento dos pais e compreensão de que é um ser individual, assim como os progenitores) e outros na autonomia cognitiva (construção do próprio pensamento) (Barbosa & Wagner, 2013).

Mota & Rocha (2012) também referem a importância do relacionamento com as figuras de referência para o sucesso dos processos de autonomização e como rampa de lançamento para a possibilidade de o jovem se explorar de forma individual. Este relacionamento positivo com os demais estende-se também às relações com irmãos e grupos de pares, sendo que quanto mais seguro o jovem se sentir mais possibilidade terá de se autonomizar com sucesso.

Face ao exposto, compreende-se a importância que poderão ter os profissionais da resposta de acolhimento residencial, uma vez que a estes compete a promoção de espaços securizantes onde as crianças e jovens consigam desenvolver competências que no futuro serão essenciais para as suas vidas autónomas. Todo o percurso institucional dos indivíduos merece especial atenção e dedicação, de modo a que possam ser atingidos os objetivos propostos com sucesso, sendo dotados de sentido e sustentados em relações de proximidade e de segurança.

Capítulo 2. Problema científico, objetivos, modelo analítico e metodologia de investigação

O desenvolvimento de um trabalho de investigação pressupõe a definição das estratégias de recolha e de tratamento e análise da informação. Neste capítulo reflete-se sobre este assunto, partindo da clarificação dos principais objetivos que nortearam a pesquisa.

2.1. Objetivos de pesquisa

O objetivo geral deste trabalho consistiu, assim, em *identificar e explicar as percepções dos jovens que se encontraram em situação de acolhimento em Lares de Infância e Juventude, no que toca à saída do meio institucional e regresso à vida em comunidade.*

Para além deste objetivo, o trabalho norteou-se, igualmente, pela procura de resposta a um conjunto de objetivos específicos que passamos a elencar:

- a) Compreender de que forma, no contexto institucional, os jovens foram orientados para a vida adulta após a saída da instituição;
- b) Analisar a relação existente entre os jovens e os seus progenitores, e perceber de que forma a mesma foi parte integrante do seu processo de autonomização;
- c) Perceber de que modo foram trabalhadas competências básicas durante o período de institucionalização;
- d) Conhecer o modo como foram elaborados projetos de vida para cada jovem durante o período em que se encontraram institucionalizados e em que medida estes foram, ou não, ao encontro das motivações e expectativas do jovem;
- e) Analisar quais os receios sentidos pelos jovens no que toca à saída do mundo institucional, e de que forma os mesmos conseguiram encontrar um suporte institucional (ou outro tipo de suporte) para os ultrapassar;
- f) Avaliar os principais receios e dificuldades atuais na vida quotidiana de cada jovem, e a relação que estabelecem com a integração em acolhimento residencial;
- g) Compreender a visão dos jovens quanto ao papel do assistente social no processo de acolhimento, analisando as suas funções enquanto regulador/supervisor da medida de promoção e proteção;

- h) Avaliar as repercussões do acolhimento residencial no jovem acolhido, particularmente no que toca ao estabelecimento de relações afetivas no seio institucional;
- i) Compreender em que medida os projetos de vida estão a ser concretizados, caso estes existam.

2.2. Método de investigação

O trabalho desenvolvido teve um carácter qualitativo na medida em que o que se pretendeu foi dar voz aos participantes e compreender o modo como estes veem e pensam o mundo em que vivem e por que experiências passaram ao longo da sua vida. As palavras foram, por isso, o foco principal da pesquisa de modo a melhor compreender-se de que forma os jovens analisam e avaliam o seu percurso institucional e processo de autonomização. O método qualitativo assenta numa perspetiva que requer e valoriza “uma apreciação das perspetivas, culturas e ‘visões do mundo’ dos autores envolvidos.” (Moreira, 1994, p. 94). Deste modo, “aqueles que são investigados não são vistos como objetos com certas propriedades – atitudes, normas, características comportamentais – que possam ser adequadamente medidas, mas como atores cujos respetivos quadros de referência necessitam investigação detalhada antes que as suas ações possam ser devidamente interpretadas e explicadas.” (*idem, ibidem*)

Pretendeu-se que a partilha de vivências dos diferentes jovens entrevistados fosse analisada de forma particular, não sendo qualificada através de números, já que a especificidade de histórias e do percurso de vida de cada um, por muito que possa ser semelhante, é bastante heterogénea, no sentido em que as suas perceções, que é o que se pretende analisar, é distinta e está diretamente relacionada com as suas emoções, vivências passadas e situação em que se encontram atualmente.

Os processos de autonomização dos jovens que se encontraram integrados no meio institucional é de grande pertinência e relevância, sendo que os mesmos foram encarados como algo único e com necessidade de espelhar de forma singular. Por isso o foco foi a voz aos elementos entrevistados.

O objetivo da investigação não se prende com uma recolha de dados generalizada, com vista à obtenção de um estudo que permita a generalização de resultados. Pelo contrário, pretende-se o estudo em profundidade e amplitude dos diferentes casos. A prioridade é a avaliação de um vasto número de dimensões, conseguindo compreender diferentes aspetos do percurso de vida dos jovens durante e após a institucionalização.

2.3. *População alvo*

Para a realização deste estudo optou-se pela amostragem não probabilística com recurso à amostra em “bola de neve”. Os jovens entrevistados no âmbito deste estudo encontram-se, na sua maioria, desvinculados das instituições onde se encontraram inseridos e, atendendo à ausência de acesso a uma base de dados com informações que permitissem alcançar de forma privilegiada os contactos, este tipo de amostra foi a que se revelou mais vantajosa para aceder à população alvo.

Segundo Vinuto (2014), este tipo de amostragem é marcado por vantagens e desvantagens. A principal vantagem é que permite alcançar o público alvo que poderá ser difícil de localizar sem ser através de um intermediário; a principal desvantagem consiste no facto de, no final, a amostra tender a ser homogénea (neste caso pessoas com um conjunto de experiências e vivências similares) uma vez que cada entrevistado indicará outros que conhece e que, por isso, terão com ele afinidades. Traduz-se, por isso, numa amostra não representativa, já que os elementos que a compõem não foram selecionados de forma aleatória e não há garantia de que a sua estrutura final corresponda à mesma estrutura da população da qual os casos foram selecionados.

Os elementos que participam do estudo surgem dos contactos com as redes de relacionamento pessoal da investigadora e da articulação com profissionais que acompanharam os jovens no meio institucional.

Foram realizadas dez entrevistas a jovens com idades compreendidas entre os 20 e os 29 anos, sendo três elementos do sexo masculino e sete do sexo feminino. A esmagadora maioria dos entrevistados esteve integrado em instituições na Região Norte do país, sendo que somente um dos elementos esteve integrado em instituições na zona Centro de Portugal continental.

2.4. *Técnicas utilizadas na investigação*

A técnica privilegiada para a recolha da informação foi a entrevista enquanto “modo particular de comunicação verbal, que se estabelece entre o investigador e os participantes com o objetivo de colher dados relativos às questões de investigação formuladas.” (Fortin, 2003, p.245). Dos diferentes tipos de entrevistas elegeu-se a entrevista semiestruturada pelo seu maior grau de flexibilidade já que se norteia por um guião com temas e questões orientadoras, mas permite a introdução de novas temáticas de acordo com as particularidades de cada caso.

A guião de entrevista⁴ utilizado divide-se em três grandes momentos: *a) caracterização geral do entrevistado, b) período de institucionalização e c) pós institucionalização*. Pretendeu-se a realização de questões para a identificação de cada um dos entrevistados, com questões associadas à idade, escolaridade, ocupação, entre outras. Posteriormente dá-se lugar a questões orientadas para o período institucional, desde o momento da integração e o que motivou a mesma, passando pelo contacto com os profissionais e competências adquiridas. Termina-se com a avaliação do percurso institucional e a vivência fora da instituição, com avaliação de todo o percurso e trabalho desenvolvido.

As entrevistas foram realizadas no período compreendido entre julho e setembro do ano de 2019, tendo ocorrido presencialmente e através de videochamadas. Privilegiou-se a realização das entrevistas presenciais, com contacto visual, porque isso permitiu a criação de uma relação de maior confiança com o entrevistado e, nesse sentido, assegurar uma maior validade da informação recolhida. Numa fase inicial foi questionada a pertinência de ser realizada uma entrevista em suporte digital, através de uma plataforma online de construção de instrumentos de investigação. Este modelo poderia alargar o número de entrevistas realizadas, uma vez que poderia ser enviado o link para a realização da entrevista e o entrevistado responderia autonomamente, quando lhe fosse mais conveniente. Este modelo abria a possibilidade de aceder a testemunhos de um número superior de pessoas e de diferentes pontos do país. Pese embora se trate de uma opção apelativa no que toca à facilidade de contacto com terceiros, rentabilidade do tempo dispensado e possibilidade de rececionar respostas em simultâneo e num curto espaço de tempo, considerou-se que a opção mais viável seria a aplicação de entrevistas presenciais, por diversos outros fatores. Foi entendido que a realização autónoma do preenchimento da entrevista por parte dos entrevistados poderia ser uma forma de perda de informação, ora por ausência de compreensão das questões colocadas, ora por elaboração de respostas curtas e pouco refletidas. A impossibilidade de contacto privilegiado com o entrevistado poderia deixar a investigadora com questões e dúvidas que nunca seriam respondidas, tendo em conta que não conheceria o entrevistado e não teria a possibilidade de solicitar esses esclarecimentos.

Assim, estas dificuldades seriam mais facilmente contornáveis num contacto presencial: esclarecimento quanto às questões, bem como compreensão das reações e

⁴ Ver anexo 1.

emoções dos entrevistados. O contacto presencial permitiu, ainda, colocar outras questões que não se encontravam inicialmente contempladas no guião de entrevista e a possibilidade de se solicitar esclarecimentos acerca de termos menos comuns ou desconhecidos da investigadora.

A realização de entrevistas presenciais implicou a organização de um calendário, tarefa dificultada pelo facto de quer a investigadora, quer uma parte considerável dos entrevistados, se encontrarem a trabalhar a tempo inteiro. Neste sentido, o desafio de conciliação de horários foi considerável e, nalguns casos, não permitiu a realização de algumas entrevistas inicialmente previstas. Acresce, ainda, a disponibilidade de um espaço ajustado para a sua realização. A não realização por ausência de comparência ao local combinado e a desmarcação e ausência de remarcação de entrevistas, também foram dois dos fatores que contribuíram para que o número total de entrevistas não tenha correspondido àquele que era o nosso objetivo inicial (mínimo de 15 entrevistas).

Conscientes de que há um conjunto de fatores que podem condicionar a condução das entrevistas e os dados recolhidos, procurou-se garantir que os mesmos interferiam o menos possível no processo de recolha da informação.

Assim, e quanto à situação/contexto da entrevista, procurou-se sempre garantir a realização das entrevistas num espaço escolhido pelos entrevistados, salvaguardando, sempre que possível, que se tratava de um espaço adequado. O espaço privilegiado pela investigadora era o Instituto Superior de Serviço Social do Porto, por dispor de salas que garantiam o silêncio e a privacidade necessários. Este foi o espaço utilizado em três entrevistas, tendo-se conseguido, nestes casos, uma gravação de melhor qualidade devido ao silêncio e à ausência de interrupções. As restantes entrevistas decorreram ou no espaço residencial dos entrevistados, ou num espaço comercial. À exceção de uma das habitações, estes espaços não dispunham de características consideradas benéficas para a realização das entrevistas, isto porque se verificou a interrupção da entrevista por pessoas estranhas que entravam no espaço onde a mesma se encontrava a decorrer causando constrangimentos no seu curso. Estes constrangimentos traduziram-se em diálogos paralelos que, embora escassos, foram desestabilizadores para o fio condutor da conversa.

A terceira opção escolhida, espaço comercial, tinha música de fundo, pelo que inicialmente foi considerada pela investigadora uma opção que poderia colocar alguns entraves. Não obstante, a entrevista decorreu de forma ajustada e sempre sem interrupções.

No que toca à realização da entrevista por videochamada, esta tornou-se uma ferramenta fundamental nos momentos em que a distância geográfica poderia tornar inviável a realização da entrevista. Não obstante, é importante referir que, apesar dos avanços tecnológicos, se registaram falhas na comunicação por esta via devido a falhas na ligação da internet. Esta opção também não permitiu garantir que o entrevistado se encontrava sozinho no local em foi realizada a ligação via internet, pelo que não se controlaram eventuais constrangimentos devido a potencial presença de outras pessoas. Numa das entrevistas um dos entrevistados encontrava-se junto de crianças que frequentemente interromperam a entrevista e desorientavam pontualmente o discurso do jovem.

Um segundo fator a ter em consideração prende-se com o próprio entrevistador, nomeadamente a sua competência técnica. Na generalidade dos casos, a partilha de informação ocorreu de forma desinibida, contrariando os receios iniciais da investigadora. Os jovens responderam às questões colocadas sem demonstrarem qualquer tipo de obstáculo no que toca aos temas abordados. Foram mais os receios da investigadora, fruto de alguma inexperiência com esta faixa etária, que a constrangeram na colocação de algumas questões. Estas dificuldades foram desaparecendo à medida que as entrevistas se iam sucedendo.

De modo a garantir a correta transcrição das informações obtidas por via da entrevista, todos os entrevistados autorizaram a sua gravação de áudio. A opção pela gravação prendeu-se com duas razões: por um lado, porque esta permitia estar na entrevista com a atenção necessária para acompanhar o raciocínio, as dificuldades e compreender as emoções dos entrevistados; por outro lado, porque permite registar as palavras efetivas dos entrevistados. A aceitação da gravação do áudio e da sua posterior transcrição permitiu que a entrevista decorresse sem paragens, de forma fluída e informal, bem como garantiu a transcrição integral dos diálogos.

No que concerne à linguagem, é importante referir que aquela que foi utilizada pela investigadora no decorrer da entrevista levou, por vezes, à incompreensão das questões colocadas, sendo necessária a reformulação e a exposição de exemplos para a sua melhor compreensão. Apesar disso, verificou-se, por vezes, que mesmo após questionamento usando outras palavras, as respostas não eram totalmente claras.

Em média, as entrevistas duraram aproximadamente 50 minutos, tendo a mais curta durado 25 minutos e a mais longa 100 minutos. A duração média das entrevistas

reflete a disponibilidade dos entrevistados para partilhar as suas experiências e o domínio do guião de entrevista por parte da investigadora.

A partilha de informações que não estavam contempladas no guião da entrevista revela a necessidade dos jovens em partilhar passagens das suas vidas. Existiram momentos em que foi clara a necessidade de partilha, pelo que nestes momentos abdicamos de ser tão rigorosos na aplicação do guião deixando os entrevistados falar sobre temáticas que eram relevantes para eles naquele momento e que espelhavam as dificuldades que se encontravam a enfrentar.

2.5. Pressupostos éticos

“A ética coloca problemas particulares aos investigadores decorrentes das exigências morais que, em certas situações, podem entrar em conflito com o rigor da investigação. Na persecução da aquisição dos conhecimentos, existe um limite que não deve ser ultrapassado: esse limite refere-se ao respeito pela pessoa e à proteção do seu direito de viver livre e dignamente enquanto ser humano.” (Fortin, 2003, p. 113). Tendo em conta o que é referido pela autora, tiveram-se em consideração as várias questões éticas no decurso da pesquisa, nomeadamente: o direito à autodeterminação, o direito à intimidade, o direito ao anonimato e à confidencialidade, o direito à proteção contra o desconforto e o prejuízo e o direito a um tratamento justo e equitativo. Todo o trabalho assentou na obtenção prévia do consentimento informado dos participantes.

Tendo em conta os objetivos propostos, com vista à análise e melhor compreensão do sistema de acolhimento residencial e o processo de capacitação para a autonomia desenvolvido junto dos jovens, verifica-se que todos os elementos inquiridos nesta pesquisa escolheram participar na mesma e foram informados da possibilidade de abandoná-la caso fosse do seu interesse. Sendo claro que as questões colocadas abarcavam o íntimo do percurso de vida dos jovens inquiridos e que implicavam a partilha de aspetos relacionados com os períodos de institucionalização e atual situação de autonomização, garantiu-se o anonimato e a confidencialidade das declarações prestadas. Para este efeito, foram usadas estratégias para que os mesmos não fossem identificados por parte daqueles que terão acesso ao estudo realizado, nomeadamente ausência de colocação de identificação através do nome ou alcunhas que levam ao reconhecimento, bem como qualquer outra informação que possa permitir a identificação do entrevistado.

A partilha dos objetivos do estudo foi espelhada no Consentimento Informado, Livre e Esclarecido⁵, assinado pelos entrevistados.

Partindo do pressuposto de que todos os estudos realizados com indivíduos não devem potencializar situações de desconforto ou prejuízo, trabalhou-se no sentido da promoção de uma conversa fluída e descontraída, de modo a que os jovens partilhassem as informações solicitadas de forma serena e com a percepção de que estariam a contribuir para a melhor compreensão do que é a vida numa instituição e quais os obstáculos e benefícios com os quais se depararam. Uma vez que as informações transmitidas são de carácter íntimo e que carecem de um tratamento empático que faça jus à visão dos entrevistados e que não ponha em causa em momento algum o seu bem-estar, o trabalho seguiu o princípio da beneficência, não prejudicando aqueles que foram objeto de estudo.

Não foi esquecido, igualmente, que todos os participantes têm o direito a um tratamento justo e equitativo, na medida em que se promoveu a transmissão de informação de todo o procedimento da pesquisa, nomeadamente objetivos, duração da pesquisa e possibilidade de acesso aos resultados (caso estivessem interessados em obtê-los).

A realização desta pesquisa não tem por base uma retribuição positiva na vida dos indivíduos entrevistados, já que os seus resultados não trarão qualquer benefício ou alteração dos seus percursos de institucionalização. Trata-se de um estudo que vai ao encontro do desejo de uma futura intervenção com a população que integra a medida de acolhimento residencial e melhor compreensão das suas avaliações em relação a uma parte das suas vidas que trouxe implicações para os seus futuros. Pese embora a ausência de influência, é gratificante a ideia de que a pesquisa proporcionou a estes jovens a possibilidade de partilharem as suas experiências de vida, ou seja, deu voz aos alvos de intervenção de uma resposta social que afeta em larga escala a vida daqueles que nela são inseridos.

⁵ Ver Anexo 2.

Capítulo 3. Da institucionalização à autonomização: percursos e desafios

Neste capítulo procede-se à análise da informação recolhida através das entrevistas realizadas a um conjunto de jovens que estiveram institucionalizados.

3.1. Caracterização da população

Para a realização deste estudo foram entrevistados dez jovens, com idades compreendidas entre os 20 e os 29 anos, que se encontraram institucionalizados durante a sua infância/adolescência.

O contacto com os jovens foi motivado pela procura de informação acerca do período em que se encontraram integrados na resposta social denominada de Acolhimento Residencial, e realizadas questões orientadas para o percurso pré institucional, institucional e pós institucional.

Tabela 1. Caracterização sociodemográfica dos entrevistados

	Masculino	Feminino	Total
<i>Grupo etário</i>			
20-24 anos	-	4	4
25-29 anos	3	3	6
<i>Nível de escolaridade</i>			
1º ciclo do ensino básico	1		1
2º ciclo de ensino básico	1	2	3
Ensino Secundário	-	6	6
<i>Estado civil</i>			
Solteiro/a	2	4	6
União de facto	1	3	4
<i>Condição perante o trabalho</i>			
Empregado/a	3	6	9
Trabalhador-Estudante	-	1	1
<i>Profissão (CPP – 1 dígito)</i>			
Profissões das Forças Armadas (Grupo 0)	1	-	1
Técnicos e profissões de nível intermédio (Grupo 3)	-	1	1
Pessoal administrativo (Grupo 4)	-	1	1
Trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores (Grupo 5)	-	4	4
Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices (Grupo 7)	2	-	3
<i>Situação na profissão</i>			
Trabalhador por conta de outrem	3	6	9
Trabalhador por conta própria	-	1	1
<i>Tipo de agregado familiar</i>			
Isolado/a (vive só)	2	2	4
Família nuclear	1	2	3
Família alargada	-	3	3
TOTAL	3	7	10

Fonte: construída a partir da informação obtida nas entrevistas.

Na tabela 1⁶ encontram-se caracterizados os entrevistados de acordo com um conjunto de variáveis sociodemográficas. Dos dez entrevistados, sete são de sexo feminino e três de sexo masculino, tendo estado integrados maioritariamente em Lares de Infância e Juventude no Distrito de Porto. Todos os entrevistados têm idades situadas no grupo etário dos 20 anos, embora predominem os que têm entre 25 e 29 anos, sendo a média de idades de 25 anos. Quatro entrevistados encontram-se a viver em união de facto e seis estão solteiros.

Verifica-se que mais de 50% dos entrevistados têm um nível de escolaridade correspondente à atualmente obrigatória (12.º ano). Todos se encontram integrados no mercado de trabalho, sendo que uma das entrevistadas estuda e simultaneamente trabalha. Apenas um entrevistado trabalha por conta própria. Todos os outros são trabalhadores por conta de outrem. Nenhum dos elementos entrevistados se encontra a desempenhar uma profissão não qualificada, segundo a tabela nacional de classificação das profissões, desempenhando funções dos Grupos 0, 3, 4, 5 e 7.

As tipologias dos agregados familiares que os jovens integram são famílias isoladas⁷ - quatro entrevistados -, famílias nucleares⁸ - três entrevistados - e famílias alargadas⁹ - três entrevistados.

Tratando-se de jovens institucionalizados, recolheu-se informação sobre os principais motivos que, de acordo com os jovens entrevistados, estiveram na base do processo de institucionalização. As principais razões subjacentes ao processo de institucionalização aparecem associadas sobretudo a diversas problemáticas relacionadas com os agregados familiares em que se encontravam inseridos à data da institucionalização. Ou seja, exposição a fatores de perigo. Os excertos seguintes traduzem, precisamente, essas situações:

“Na altura os meus pais não tinham condições de vida. Nós éramos para estar todos juntos, se a minha mãe não me abandonasse.” (Ent.1, sexo feminino, 20 anos, solteira)

“Porque era vítima de maus tratos por parte da minha avó. Os meus pais abandonaram-me e eu fui viver com a minha avó paterna. Só que havia muitas

⁶ Para informação detalhada sobre os entrevistados consultar anexo 3.

⁷ Família isolada: composto por um único elemento adulto.

⁸ Família nuclear: agregado familiar composto apenas por um casal (sem filhos).

⁹ Família alargada: agregado familiar composto pelo casal e ascendentes e/ou descendentes, podendo incluir também outros elementos que se integram a família através de relações de afetivas (através do matrimónio com um dos elementos ou união de facto). Exemplo: filho, mãe, pai, avó, avô e tio.

queixas de que ela me dava maus tratos. Vizinhos que testemunhavam. A minha pedopsiquiatra também testemunhou...” (Ent.6, sexo feminino, 25 anos, em união de facto)

“Eu não sabia. Depois quando estava com 14 anos, quando era mais crescida, eu perguntei à dra. (...) e ela aí é que disse que a minha mãe não tinha possibilidades, que a culpa foi dos adultos, que não foi nossa, das crianças, não é?” (Ent.7, sexo feminino, 21 anos, em união de facto)

“Na altura a minha mãe vivia só com a minha avó, os meus tios eram toxicodependentes, vivíamos num bairro social e a minha mãe não me queria naquele meio.” (Ent.9, sexo masculino, 29 anos, solteiro)

A figura 1¹⁰ sintetiza o motivo de integração na instituição dos dez entrevistados, sendo que alguns dos motivos apresentados foram referidos por vários entrevistados e estes apresentarem, em algumas situações, mais do que um motivo para a sua integração no acolhimento residencial.

Note-se que a imagem se encontra dividida em duas categorias que motivaram a integração na instituição: fatores familiares e fatores pessoais.

Figura 1. Motivo de integração na instituição



Fonte: Construída a partir da informação obtida nas entrevistas

¹⁰ Os números que se encontram entre parenteses na Figura 1 representam o número de vezes que os entrevistados referiram que aquele era o ou um dos motivos para a sua integração na instituição.

Através da entrevista procurou-se compreender, igualmente, o percurso institucional dos entrevistados: quanto tempo passaram em instituições (em anos), com que idade foram institucionalizados pela primeira vez e com que idade saíram definitivamente da instituição.

A tabela 2 agrega esta informação. Quanto ao número de anos passados em instituições, predomina o intervalo dos 6 a 10 anos (para 4 entrevistados), mas logo seguido do intervalo dos 11 a 15 anos (para 3 entrevistados). Em média os entrevistados passaram 9,6 anos em instituições de acolhimento. O número mínimo de anos foi de 4 e o máximo 16.

Tabela 2. *Percurso institucional dos entrevistados*

	Nº Entrevistados
<i>Número de anos passados em instituições</i>	
0 a 5 anos	2
6 a 10 anos	4
11 a 15 anos	3
16 a 20 anos	1
<i>Idade de entrada da primeira instituição</i>	
0 a 5 anos	3
6 a 10 anos	2
11 a 15 anos	5
<i>Idade com que saiu da instituição</i>	
16 a 17 anos	4
18 a 19 anos	1
20 a 21 anos	4
A frequentar	1
TOTAL	10

Fonte: Construída a partir da informação obtida nas entrevistas

O entrevistado que foi institucionalizado mais cedo tinha apenas dois anos de idade quando integrou uma instituição de acolhimento. O que foi institucionalizado pela primeira vez mais tarde tinha quinze anos. No momento da realização das entrevistas apenas um dos jovens se encontrava ainda integrado na instituição, no caso em apartamento de autonomização.

3.2. Período de institucionalização: que intervenção?

Durante a integração no acolhimento residencial espera-se que o jovem seja dotado de competências que lhe permitam, à data da sua saída, serem canalizadas para construção de uma vida autónoma. Espera-se que seja elaborado um projeto de vida,

orientado para a individualidade de cada criança e jovem, sendo ajustado às suas características e necessidades. É sobre essa preparação que se debruça este ponto.

3.2.1. Projeto de vida

A necessidade de inculcar responsabilidade nos jovens e de os comprometer com o seu presente e futuro, através do projeto de vida, da definição de objetivos a atingir a diferentes prazos, constitui-se como uma tarefa indispensável para quebrar ciclos de reprodução de pobreza.

No que diz respeito à construção do projeto de vida, as entrevistas permitem identificar três situações distintas: existência de realização do projeto de vida, partilhada por cinco jovens; desconhecimento de realização de projeto de vida, referido por três jovens; realização do projeto de vida sem a sua participação, situação em que se encontram dois jovens. Os excertos seguintes traduzem a primeira situação:

“Deu-me... inclusive ajudou-me a fazer o meu currículo, incentivou-me a procurar trabalho, percebes? Sentou-se comigo “[nome da jovem], o que é que tu precisas para parares. Para parares de te portar assim”. Eu disse-lhe e ela orientou-me em tudo o que eu precisava.” (Ent.4, sexo feminino, 24 anos, em união de facto)

“[as técnicas] falaram muitas vezes comigo sobre isso. Mas foi a única instituição onde o fizeram. Porque eu no lar nº1 só estive uma semana, não deu para nada. No lar nº2 tive 2 anos e tal, mas eu sempre disse a toda a gente que não falava com ninguém sobre isso porque eu queria sair dali.” (Ent.6, sexo feminino, 25 anos, em união de facto)

“Sim, sim. Tantas vezes, tantas vezes. Eu falava de tudo o que estava ao meu alcance com a dra. (...) E claro, ela sentava-se comigo e falava sobre essas coisas todas. Ela sentava-se comigo, sim. Mas não me lembro das conversas todas que tive com ela”. (Ent.7, sexo feminino, 21 anos, em união de facto)

“Foi. Conhece o Programa Escolhas? Eu fui para lá, estive lá 2 mandatos. (...) E uma das coisas que se tinha que fazer antes de ir para aquele apartamento de autonomia era fazer um projeto individual de vida, “ok, a partir de agora como é que vai ser? Tu tens de começar, vais começar a aprender a viver sozinho e isso tudo. Tens que começar a pensar na tua vida e no que é que vais fazer.” (Ent.9, sexo masculino, 29 anos, solteiro)

“Sim, foi na altura o apartamento de autonomização que eu frequentei. (...) É assim, o apartamento de autonomização que nos foi fornecido foi a dar-nos as bases para que quando saíssemos de lá tivéssemos as bases necessárias para estarmos sozinhos numa casa.” (Ent.10, sexo masculino, 28 anos, em união de facto)

A realização do projeto de vida prende-se com a necessidade de, conjuntamente com o jovem, traçar um conjunto de objetivos para a vida. Este trabalho decorre da elaboração prévia do diagnóstico por parte dos profissionais e respetiva avaliação das necessidades do jovem. Essa avaliação deverá incluir diversos fatores, nomeadamente de ordem pessoal e familiar, já que deverá ser avaliada a possibilidade de retorno à família de origem ou, caso essa hipótese seja eliminada, ponderação para uma eventual adoção. Caso nenhuma das duas opções se verifique ajustada, deve ser programado o trabalho com o jovem para a preparação do seu processo de autonomização, desenvolvendo competências de autonomia cognitiva, emocional e funcional (Reichert & Wagner, 2007).

Os jovens entrevistados que partilharam a existência de um trabalho conjunto na elaboração do seu projeto de vida mostram-se incluídos do processo, tendo consciência de que foram parte integrante na sua construção e aparentam consciência da importância do apoio prestado pelos profissionais. Para além da importância do trabalho desenvolvido com os profissionais, um dos jovens salienta também a importância da participação em programas complementares, como o programa Escolhas, para a elaboração do seu projeto de vida. Criado em 2001, este programa encontra-se atualmente na sua 7ª geração, tendo sofrido melhorias ao longo dos anos. É orientado para integração de crianças e jovens provenientes de contextos socialmente vulneráveis, visando a promoção do desenvolvimento de atividades numa esfera territorial e próxima das populações, capacitando os jovens que as integram para uma plena inserção na sociedade atual.

A inclusão do jovem na elaboração do seu projeto de vida fará com que este se sinta mais motivado e mais cooperante, uma vez que o que se propõe a fazer é algo do seu interesse e que vê como vantajoso. Pelo contrário, a ausência da auscultação dos jovens pode levar a sentimentos negativos (ausência de rumo, sentir-se perdido) e a uma experiência institucional menos positiva. É o que se evidencia nos excertos seguintes:

“Não, nunca foi feito... eu sinceramente enquanto estive lá nunca pensei nisso. Só mais tarde é que comecei a pensar nisso. No tempo em que estive lá sempre considerei que aquelas pessoas fossem da minha família.” (Ent.2, sexo feminino, 27 anos, solteira)

“Não. Eu quando saí do colégio eu fiquei um bocadinho “à nora”. ” (Ent.3, sexo feminino, 29 anos, solteira)

“Comigo não é tudo o que eu sei fazer aprendi cá fora. (...) Não, com ninguém. Quem viesse cá para fora era “desenrasca-te”. Havia quem tirasse lá cursos, os mais velhos iam para os cursos. Só que os cursos eram uma “chachada”. ” (Ent.8, sexo masculino, 26 anos, solteiro)

A ausência da realização de um projeto de vida com o jovem poderá levá-lo a pensar que nada está a ser feito e que o tempo de integração na instituição não foi vantajoso. Três dos jovens entrevistados mostraram desconhecer a existência da elaboração de qualquer projeto de vida que lhes dissesse respeito. Referem, por isso, que se sentiram desorientados no momento de transição para a vida fora da instituição e acabam por avaliar o tempo de institucionalização como uma mera fase passageira e não de preparação para as suas vidas de jovens adultos.

Freire (1987) expõe a necessidade de o educador e o educando estabelecerem uma relação de igual para igual, ausentando relações de poder e subordinação, excluindo orientações dadas unicamente pelo elemento dominante. O educador deve conhecer as aspirações, medos e receios do educando, e orientá-lo no sentido da supressão dos seus medos e construção dos seus objetivos. A criação de relações de proximidade e compreensão têm influências positivas do processo de autoconhecimento e exploração das aspirações e do mundo que nos rodeia.

Apesar da ausência de realização conjunta dos projetos de vida, duas das entrevistadas referem que eles existiam e que sabiam da sua elaboração. Porém, salientam que os mesmos não foram estruturados com a sua colaboração direta:

“Eu acho que nunca falaram sobre isso comigo (...), porque eu acho que nós já sabíamos o que é que nós queríamos. Nós tivemos que crescer muito novinhas. (...) Portanto eu acho que elas nem nos perguntaram nada, porque nós fomos dizendo. Também acho que foi por isso que a [nome da técnica] nunca nos perguntou. Nós íamos falando com ela, como por exemplo “ó [nome da técnica] já me vejo daqui a não sei quantos anos”, ... nós íamos falando por nós próprias.” (Ent.1, sexo feminino, 20 anos, solteira)

“É assim, não tenho exatamente noção em que é que consistia o projeto de vida, mas sei que existia. Porque a minha educadora falava muitas vezes disso. E depois também estivemos no projeto de autonomia. Nós tínhamos várias atividades para

fazer e tínhamos pontos. E depois esses pontos determinavam quem poderia ir para a casa de autonomização, porque havia uma casa à parte onde só moravam meninas.”
(Ent.5, sexo feminino, 20 anos, solteira)

Apesar de não terem plena consciência do trabalho que estava a ser elaborado relativamente ao projeto de vida, o relacionamento de proximidade das duas entrevistadas com as técnicas de referência permitia-lhes saber que o mesmo era efetuado. Porém, os discursos acabam por evidenciar uma certa atitude paternalista por parte dos profissionais: “fazer pelos jovens” e não “fazer com os jovens”.

Se a construção da autonomia se trata da capacidade de estabelecer objetivos, tomar decisões e traçar um rumo para a sua vida adulta (Reichert & Wagner, 2007), percebe-se que a ausência de implicação na elaboração dos projetos de vida por parte dos jovens poderá orientar para a ausência de concordância com o que é pré-definido pelos profissionais e o que é esperado e desejados pelos próprios jovens.

Não obstante a disparidade de situações retratadas pelos entrevistados, há um domínio de preparação para a vida do qual todos beneficiaram, em maior ou menos grau: aquisição de competências do dia a dia, nomeadamente competências associadas com a gestão da vida quotidiana.

3.2.2. Capacitação para a realização das tarefas da vida doméstica

A aprendizagem das tarefas associadas à gestão da vida quotidiana, nomeadamente organização de uma habitação no que toca à sua higienização e arrumação, é importante no quotidiano dos jovens pois permite que, no futuro, as consigam realizar de forma autónoma. Segundo o Manual das Boas Práticas (2005, p. 136) “a participação das crianças e jovens nas atividades domésticas da estrutura residencial deve ter por objetivos a aprendizagem das referidas tarefas, no sentido de preparação para a autonomia, a participação ativa na vida da estrutura residencial, mas também, tanto quanto possível, a perceção de que o bem-estar de todos se constrói com a colaboração de cada um, para além de responsabilizar os próprios pelo cumprimento das tarefas com rigor e sentido de aperfeiçoamento”. Como se pode constatar pelo discurso dos diversos entrevistados, esta preparação era uma preocupação das instituições que os acolheram:

“Sim, nós tínhamos as tarefas. Eram divididas pelas meninas. Mas isso era mais com as funcionárias. Por exemplo, a roupa para lavar, nós íamos com as funcionárias. Arrumar a cozinha... nós arrumávamos o nosso quarto, fazíamos as camas, limpávamos a casa no geral.” (Ent.1, sexo feminino, 20 anos, solteira)

“Nós fazíamos tarefas domésticas. Mas eramos nós, os utentes, que fazíamos. Limpávamos a cozinha, limpávamos o nosso quarto, ... tínhamos uma espécie de cronograma que dizia o que tínhamos que fazer.” (Ent.2, sexo feminino, 27 anos, solteira)

“Sim. Isso fazíamos. A tia ensinava-nos e nós fazíamos. Sabíamos limpar a casa, cozinhar. A roupa era a tia. Ajudávamos só a estender a roupa ou a apanhar, mas em termos de máquina era ela que mexia.” (Ent.3, sexo feminino, 29 anos, solteira)

“Imagina, tínhamos funcionárias para tudo. Mas depois haviam tarefas divididas, mais nas férias. Porque durante as aulas ninguém ia para a lavandaria ou para a cozinha. Fazíamos só as tarefas do andar, que era limpar a sala, o quarto e a casa de banho. E eram rotativas. Depois havia a cozinha e a lavandaria ao fim de semana e nas férias. E também era rotativo. E nós ficávamos a ajudar tanto na cozinha como na lavandaria. A dobrar a roupa, a ajudar a cozinhar. E depois cada uma com as capacidades que já tinha fazia mais ou menos. Mas íamos sempre ajudar. E depois também podíamos ir por livre vontade.” (Ent.5, sexo feminino, 20 anos, solteira)

“As funcionárias, a [nome de uma funcionária] e assim, estava sempre em cima de nós. Nós limpávamos o nosso quarto todos os fins de semana. Limpávamos lá as casas de banho e essas coisas. Isso andavam um bocadinho em cima de nós. Alguma coisa que estivesse mal... Ensinavam. Nós fazíamos a limpeza e elas iam supervisionar. Alguma coisa que estivesse mal, elas perguntavam às meninas daquele quarto ou daquela hora da limpeza quem é que fez e o que estivesse mal não ia só uma, mas íamos todas. Por exemplo, imagina que era o meu grupo que fazia a limpeza na casa de banho, ia o meu grupo todo. Alguma coisa que estivesse mal ela ensinava-nos a todas. Não ensinava só aquela que errou.” (Ent.6, sexo feminino, 25 anos, em união de facto)

“Para o quarto por exemplo, a lavar roupa é por quarto, pelo que eu me lembro. Calhava sempre por quarto. Por exemplo, no quarto tinha 3 meninas e essas 3 meninas na 5ª feira vão descer a roupa e vão pôr a roupa para lavar. A cozinha tinha um dia que, por exemplo, era eu na 4ª feira a lavar a loiça, e isso repetidamente cada semana. Todas as 4ª feiras eu lavava a loiça, lá na cozinha. Era a minha tarefa. Mas depois ia intercalando também, lavar loiça, depois para o próximo mês era secar o chão, para o próximo mês era limpar. Pronto. (...) Também tinha uma tabela para limpar o quarto. Tinha tabelas para tudo basicamente. Para limpar a casa de banho

e descer a roupa. Até para as mais novas. Porque as mais novas não lavam a sua própria roupa, mas têm que descer. Era superorganizado aquilo também. Mas claro que às vezes gerava conflitos, não é? Mas solucionável ali.” (Ent.7, sexo feminino, 21 anos, em união de facto)

A existência de cronogramas permite organizar o quotidiano, estabelece rotinas e, nesse sentido, permite igualmente trabalhar a importância das regras. Simultaneamente, a existência de rotatividade na distribuição das tarefas garante a possibilidade de aprendizagem de várias atividades (limpeza, confecção de refeições, tratamento de roupa, entre outras). Para além disso, a supervisão da realização de tarefas surge como um aspeto positivo já que permite a correção atempada, ou seja, garante a aprendizagem e melhoria dos conhecimentos. Contudo, quando a realização das tarefas domésticas aparece associada a um determinado tipo de punição, a sua concretização poderá ter apenas uma finalidade instrumental e não representar a interiorização da importância das mesmas para a vida, ou seja, não encaram a sua realização como parte integrante da vida da instituição e como algo benéfico para o futuro que se adivinha (Manual de Boas Práticas, 2005, pp. 136,137). Veja-se o exemplo seguinte:

“Eu aprendi a limpar casas mal entrei no meu primeiro colégio. Só me deixavam vir de fim de semana quando eu fazia a minha parte das limpezas. Era a regra. No primeiro era sempre a regra. Tinha de limpar tudo. Tinha que ficar tudo impecável e só depois é que podia sair. Então a ideia era sempre “olha vamos despachar que eu quero ir embora”. E era por aí. O segundo também. O segundo eu fiz muito isso porque eu não tinha nada para fazer, basicamente.” (Ent.4, sexo feminino, 24 anos, em união de facto)

Globalmente, porém, pode depreender-se das entrevistas que a realização das tarefas era conseguida e que os jovens compreenderam a importância da sua aprendizagem. Salientam, ainda, que na vida fora da instituição a realização deste tipo de tarefas é diferente e até mais exigente: mais tarefas e menos pessoas com quem as dividir.

De acordo com o relato dos entrevistados, ressalva-se o ajustamento da realização das tarefas domésticas às idades das crianças e jovens institucionalizados. Assim, as crianças mais novas não desempenhavam atividades elaboradas, mas sim as mais básicas, garantindo, também, que estas se sentiam parte do todo que era a instituição.

Apesar da maioria dos entrevistados ter referido a realização de tarefas domésticas durante o período institucional, três dos entrevistados, todos do sexo masculino,

partilharam que a tarefa que realizavam, durante o período institucional, eram a realização da arrumação da sua cama.

“Havia sempre alguém que fazia por nós. A gente só fazia as camas. (...) Não, nunca me ensinaram a descascar batatas, nem a lavar roupa. (...) Não, a gente não fazia nada disso.” (Ent.8, sexo masculino, 26 anos, solteiro)

“A cama sempre foi desde pequenino, cada um tinha que fazer a sua cama. Havia um dia para trocar lençóis, uma pessoa começou-se a habituar a essa rotina, porque é assim mesmo, porque uma pessoa vai fazendo uma tarefa, faz a cama, uma tarefa concluída e um gajo esmera-se mais para fazer outra e outra e outra. Se não correr bem ao fim do dia sempre nos podemos deitar na cama que nós fizemos, e temos orgulho em alguma coisa.” (Ent.9, sexo masculino, 28 anos, em união de facto)

“Na instituição não dá para fazer muito isso. (...) Não fazia parte da norma. Só no apartamento de autonomização é que nos ensinavam as coisas básicas. Cozinhar, limpar a casa... a tratar de uma casa. Pagar as contas, etc.” (Ent.10, sexo masculino, 29 anos, solteiro)

Até que ponto a ausência da incumbência da realização de tarefas mais variadas e específicas, que foram apresentadas pelas entrevistadas do sexo feminino, estarão de algum modo relacionadas com os papéis de género e as representações associadas às sociedades tradicionais, onde era a mulher a responsável pela realização da vida doméstica e o homem o responsável pelo trabalho fora da habitação? Ou este aspeto não passa apenas de uma mera especificidade institucional?

Verifica-se, ainda, que apesar dos entrevistados referirem que a única tarefa que lhes era atribuída na instituição era a realização da arrumação da cama, o sentimento associado a essa tarefa é distinto. Os entrevistados 9 e 10, apesar de não terem sido muito orientados para a realização de tarefas domésticas dentro da instituição, numa fase inicial, foram desenvolver essas competências quando integrados nos apartamentos de autonomia em que se encontraram inseridos. Esse acompanhamento foi realizado e as atividades desenvolvidas supervisionadas à semelhança daqueles que as realizaram nas instituições. Não obstante, verifica-se que os segundos foram alvo dessa aprendizagem durante um período mais reduzido e de forma mais intensa.

É importante que os jovens, independentemente do sexo, tenham consciência dos diferentes papéis que poderão vir a desempenhar no futuro (Berger & Luckmann, 1996),

sendo que na vivência diária fora da instituição, nomeadamente no contexto familiar, também terão que se ocupar de tarefas deste tipo.

3.2.3. Competências ao nível da gestão económica

Uma dimensão fundamental da autonomia, especialmente para jovens institucionalizados, prende-se com o desenvolvimento de competências orientadas para a gestão económica.

A vida adulta acarreta responsabilidades no que toca à existência de poder económico para suportar os pagamentos relacionamos com a habitação, a alimentação e outros gastos pessoais. Aprender a gerir o dinheiro é, por isso, uma competência fundamental a ser trabalhada com os jovens, particularmente nos contextos atuais de maior precarização do emprego e, portanto, de maior instabilidade no que diz respeito à obtenção de recursos económicos por via do trabalho, bem como de apelo constante ao consumo como critério de inserção social (Gaulejac & Taboada-Léonetti, 1994).

É importante que durante o período de institucionalização os jovens sejam dotados de competências económicas que lhes permitam adquirir ferramentas para que, após a sua saída, possam gerir os seus rendimentos de forma adequada, em função do local em que residem, fazendo face às suas necessidades. Os excertos seguintes retratam a visão dos entrevistados relativamente a esta matéria:

“Quando eu comecei a trabalhar eu tinha 16 anos, e ela disse-me “Alice, você já tem um bom dinheiro aqui”. Nós recebíamos ao dia, então guardávamos dentro de um envelope. Tínhamos muito dentro do envelope. E foi aí que nós abrimos a nossa conta. Nós eramos menores, e a [nome da técnica] disse “nós abrimos a conta e o dinheiro fica lá”. E todas as segundas feiras da semana íamos depositar. Foi assim que a [nome da técnica] nos ensinou. Nós tínhamos uma mesada, lá da instituição. Era consoante os anos da escola... foi assim que também comecei a dar um pulo para a vida. Fui juntando mais dinheiro.” (Ent.1, sexo feminino, 20 anos, solteira)

“Elas iam connosco ao banco e mostravam-nos como é que se faziam levantamentos, transferências e assim. E também, mas isso foi implementado mais no fim, os produtos de higiene que nós pedíamos – imagina, eles atribuíam-nos um x, que não era dinheiro, mas era como se fosse dinheiro, e nós tínhamos que dividir esse x dinheiro pelos produtos de higiene. Elas davam-nos uma vez por mês o dinheiro e nós tínhamos que comprar os produtos de higiene e geri-los durante o mês. (...) Conforme o ano de escolaridade recebíamos uma mesada. (...) Sim, o dinheiro estava sempre com as

Educadoras. Nós tínhamos que ir lá pedir e dizer para o que era e elas assinavam.”
(Ent.5, sexo feminino, 20 anos, solteira)

“Nós tínhamos a mesada. E eu sei que, por exemplo, o passe, eramos nós que pagávamos porque tínhamos o dinheiro da escola. Nós tínhamos a mesada e ela... disseram que a mesada era 20€ e nós durante um mês tínhamos que saber como é que queríamos gastar essa mesada. E nós depois tínhamos uma folha para apontarmos o que nós gastávamos. E nós apontávamos, por exemplo, se tirássemos dinheiro para gomas sabíamos que isto foi para gomas, isto foi para lazer, isto foi para roupa que eu preciso, etc. Elas sempre nos ajudaram com isso. E por exemplo nós dizíamos “eu não gastei isto tudo” e estava lá a folha a comprovar, com a nossa assinatura, que nós tínhamos gastado aquilo tudo.” (Ent.7, sexo feminino, 21 anos, em união de facto)

Das dez entrevistas realizadas apenas três jovens fizeram referência à promoção da capacitação financeira por parte das instituições onde se encontraram inseridos. Esse investimento era realizado através da criação de contas poupança, atribuição da mesada e capacitação do jovem para a sua gestão, nomeadamente através da responsabilização pelos gastos, tendo sempre a orientação da equipa técnica como retaguarda.

Esta responsabilidade incutida aos jovens é avaliada de forma positiva, tendo os entrevistados reconhecido que se tratou de uma aprendizagem significativa para a sua vida presente. Pode afirmar-se que o trabalho realizado com os jovens é fundamental para a sua vida futura, uma vez que o conhecimento interiorizado numa situação pode ser transferido para novas situações.

A crescente alteração das condições económicas da Europa no século XXI tem impacto nas formas de exclusão social, pelo que se observa o surgimento de novas pessoas, grupos e classes profissionais afetadas (Capucha, 2005). Deparamo-nos com alterações rápidas da economia e necessidade de adaptação a novas formas de integração no mercado de trabalho, com modelos de emprego diversificados e muitas vezes precários. É com esta incerteza que é preciso contar, pelo que se torna fundamental trabalhar com os jovens e dotá-los de competências no plano da gestão dos recursos económicos.

Apesar desta visão, os restantes participantes não apresentam de forma tão positiva a atribuição de mesada: nalguns casos, a equipa técnica chamava a si a gestão do dinheiro dos jovens (criando contas bancárias onde colocavam o dinheiro), não havendo lugar ao treinamento da competência de gestão do dinheiro; noutros, a mesada era usada como um instrumento para garantir a conformidade às normas, ou seja, comportamento

desadequado tinha como consequência a ausência de atribuição de mesada (castigo/sanção negativa):

“Eu nunca tive direito a isso. Porque elas usavam isso, no primeiro, como castigo. Era do género “portaste-te mal já não recebes”. Eu muito honestamente estava-me pouco marimbando para isso, percebes? [questionada sobre a capacitação para a gestão] Não nunca aconteceu. Eu sabia mais ou menos e tinha noção das coisas. E aí a minha família também ajudou muito porque eu sempre fui aquela miúda que ia aos supermercados ou que ia à mercearia e sabia o preço de tudo. Eu sempre soube o preço de tudo. E então eu acabei por aprender isso naturalmente. Agora, nunca houve esse incentivo por parte da instituição. Nunca. Acho importante.” (Ent.4, sexo feminino, 24 anos, em união de facto)

“Nós não tínhamos acesso a isso, nem as tias nos falavam muito disso. Nós depois quando saíamos do colégio é que nos íamos apercebendo. Alias, eu quando saí do colégio vim para aqui para a minha mãe e ela é que me foi explicando como é que funcionavam as coisas. Que tinha que ir ali e ali buscar aquilo que já tinha idade e podia e ela disse “ó [nome] vais buscar aquilo e aquilo, chegas à caixa e pagas, e o que ela disser tu dás” e eu “ok”. Não tínhamos mesada. Ou o que tínhamos era, por exemplo Natal, anos e Páscoa os nossos padrinhos do estrangeiro e de Portugal eles mandavam assim dinheiro para nós. E então o que eles faziam era pôr na nossa conta para que quando nós saíssemos do colégio tivéssemos aquele dinheiro.” (Ent.3, sexo feminino, 29 anos, solteira)

Estes dois excertos revelam que a aprendizagem nesta matéria acabou por acontecer, para estas duas entrevistadas, após a saída da instituição e no contexto da família. Outros dois entrevistados referem, igualmente, que apenas após a saída da instituição, e já em contexto de apartamento de autonomia, tiveram o acompanhamento no que diz respeito à gestão do dinheiro:

“Nós ao irmos para o apartamento de autonomia recebíamos um apoio da Segurança Social, 500€ por cada cabeça. Eramos 6, estamos a falar de três mil euros, tinha que sair o ordenado do técnico, o ordenado dessa senhora também que nos ajudava, que estava envolvida ali, pagar as nossas contas, tínhamos internet, tudo bem, e fazer a gestão. Nunca nos faltou nada. Às vezes até íamos ao cinema os 6 juntos e isso tudo. Claro, sempre a mostrar as faturas. (...) Na instituição alguns de nós tínhamos dinheiro, mas era de, sempre que a instituição fazia anos havia uma entrega de prémios. Eu por acaso recebia quase sempre por bom comportamento [risos] ... esses

prémios só davam a alguém com um elevado patamar de responsabilidade. Por isso é que só eram atribuídos aos melhores.” (Ent.9, sexo masculino, 28 anos, em união de facto)

“Havia alguns que estavam em cursos profissionais, mas a instituição é que suportava as despesas. Dava-nos o dinheiro. Nós tínhamos um responsável na altura, o responsável ficava com o dinheiro e chamava-nos. Nós tínhamos reuniões várias vezes, uma vez por semana. E quando as coisas estavam mais complicadas nós tínhamos outras vezes. Mas ele é que nos dizia quanto dinheiro é que tínhamos, o que é que precisávamos de comprar e era basicamente isso. Isto no apartamento de autonomização. Agora, na instituição não. (...) mas tudo o que precisássemos pedíamos aos responsáveis e eles tentavam chegar a um acordo para nos dar.” (Ent.10, sexo masculino, 29 anos, solteiro)

Verifica-se que a gestão económica vivenciada pelo entrevistado 9 criou uma responsabilidade distinta dos jovens integrados nas instituições, uma vez que no apartamento de autonomia tinham de suportar todas as despesas, nomeadamente alimentação, despesas fixas com a habitação e pagamentos de funcionários. Esta gestão assemelha-se, em maior escala, à gestão da vida doméstica de uma família, uma vez que compreende funções de responsabilidade e gestão semelhantes, ao contrário do que acontece nas instituições, em que a gestão efetuada pelos jovens e o dinheiro disponibilizado é canalizado apenas, ou em grande parte, para a aquisição de bens secundários, que não estão diretamente relacionados com as suas necessidades básicas.

Sabendo que não se trata apenas de uma questão de conhecimento ao nível da gestão económica, e onde priorizar ou não a aplicação do dinheiro, a aposta da consciencialização por via de atividades lúdicas que permitam aos jovens investir nesta dimensão poderá ser, no futuro, garantia de melhor conhecimento e consciencialização na gestão da vida quotidiana. Este investimento é importante na medida em que, quando se fala do fenómeno da pobreza, é-se rapidamente orientado para a questão monetária e a capacidade ou não para garantir a subsistência ou um conjunto de bens essenciais. Esta escassez e exposição à pobreza poderá ser um fator desencadeador de outras limitações, podendo transferir-se, por exemplo, para a esfera social, potenciando o isolamento e a quebra de relações sociais (Rodrigues, 2010). É assim importante a valorização desta dimensão durante o período de institucionalização.

3.2.4. Competências pessoais e sociais

A aquisição de competências pessoais e sociais reveste-se, igualmente, de grande relevo. Ser social por excelência e em constante interação social, o ser humano necessita de aprender a relacionar-se com o outro. Segundo Gaulejac & Taboada-Léonetti “a inscrição de um indivíduo nas redes de sociabilidade primária – familiar, de amigos, relacional, associativa – preenche funções essenciais: troca de serviços, de informações, de comunicação, de imagens identificatórias que permitem ao indivíduo representar-se a si próprio no seio do seu grupo e em relação à sociedade global e identificar o seu lugar e o seu papel nesta sociedade” (Gaulejac & Taboada-Léonetti, 1994, p. 55)¹¹. O trabalho de competências associadas ao relacionamento com o outro, modo de contactar com diferentes indivíduos com distintos estatutos e papéis, é, sem dúvida, uma necessidade para combater a exclusão social na sua dimensão social. Cabe às instituições a adoção de estratégias inovadoras para a transmissão de competências pessoais e sociais, sejam elas a empatia, a preocupação com o outro, a gestão de conflitos, a resiliência, o autocontrolo e a capacidade crítica, entre outras. O trabalho destas competências esteve presente nas experiências institucionais de alguns dos entrevistados:

“Nós lá dentro também tínhamos grupos... tipo o grupo de quarta-feira. Era aí que falávamos das ferramentas, falar sobre a vida. Era dos conhecimentos, sobre as ferramentas que podemos adquirir para o futuro. Coisas do género. (...) Víamos um filme, com uma moral no final da história, e depois a [nome da técnica] pedia-nos para sermos nós a explicar o nosso ponto de vista. E depois ela dizia-nos “tu na vida vais não sei o quê”, e depois nós também tínhamos um quadro, escrevia no quadro o que nós achávamos correto na sociedade ou o que nós não achávamos. E ela ajudava-nos a organizar, tipo assim. Foi assim que nós fomos, pelo menos eu, aprendendo.”
(Ent.1, sexo feminino, 20 anos, solteira)

“A psicóloga falava connosco. Porque imagine, havia discussões entre uns e outros e ela resolvias os conflitos. E falava também porque havia lá crianças muito complicadas - eu era uma delas, estava sempre a ir para lá. Porque eu qualquer coisa batia. E então eu ia para lá para ela falar comigo, para me acalmar, e explicar que não podia ser assim.” (Ent.3, sexo feminino, 29 anos, solteira)

“Nós tínhamos sessões. Ela juntava um grupo de meninas e nós tínhamos dinâmicas de grupo. E nós aí falávamos sobre o stress ou agonias, sobre algum tema. Sobre

¹¹ Gaulejac, V., & Taboada-Léonetti, I. (1994). La lutte des places. Insertion et désinsertion. Paris: EPI, Hommes et Perspectives. Texto traduzido e adaptado.

essas ferramentas. Ela gosta de chamar ferramentas. Que nos ajudarão no futuro. Nós tínhamos isso e ela via connosco. Mas não me lembro se ela fazia individual. Ela juntava sempre um grupo, porque era mais fácil falar para toda a gente, do que uma a uma. (...) Ela dividia-nos em grupo e um grupo era isto e um grupo era aquilo. E ela fazia como é que cada grupo resolve um problema. E claro que cada grupo tem diferentes soluções para resolver o problema. E ela gostava dessas diferenças. E depois tínhamos que chegar a um consenso e ficar com apenas uma solução e nós tínhamos, claro. É como ela disse, lá dentro a vida e a personalidade é igual ao que é cá fora. Se lá dentro nós não gostamos de uma, lá fora se calhar vai haver milhões que nós não gostamos. Pronto, e foi essas coisas que eu fui aprendendo também.”
(Ent.7, sexo feminino, 21 anos, em união de facto)

“(...) no teatro do oprimido nós fazíamos histórias (...) que acontecem no nosso dia a dia, que tem a ver com drogas, com a gravidez na adolescência, violência doméstica, entre outros. Esse tipo de atividades ajudou-nos a desenvolver algumas competências. Depois nós contávamos estas histórias ou porque ouvíamos na escola ou que aconteciam com amigos nossos... Nós pegávamos na história, criávamos o oprimido e depois o opressor... o desfecho é sempre o errado. (...) Depois questionamos o público “então, o que é que se passa, está tudo bem aqui?”. E depois eles começam a dizer sem saber o que se vai passar a seguir... A ideia era que as pessoas discutissem sobre aquilo e sugerissem soluções que poderíamos encontrar para aquele tipo de situações.” (Ent.9, sexo masculino, 28 anos, em união de facto)

Os excertos revelam impressões positivas acerca da realização das atividades, nomeadamente, vantagem na gestão de conflitos, análise de situações de tensão, desenvolvimento da capacidade crítica e análise de problemas sociais que afetam o quotidiano dos indivíduos.

O ambiente protegido em que se encontravam os jovens, e o apoio permanente e supervisão de profissionais qualificados, permitiu-lhes construir um leque de competências que, fora da instituição, seriam trabalhadas de modo informal no contacto com os grupos de pares e elementos próximos.

A existência da intervenção em grupo, através de dinâmicas ajustadas às faixas etárias dos grupos com os quais o interventor interage, observa-se vantajosa, uma vez que através de materiais didáticos, com diferentes temas, pode levar à discussão saudável dos temas propostos. Permitirá a partilha de diferentes perspetivas, enriquecendo as interações e a interiorização de conhecimentos. (Carmo, Esgaio, & Pinto, 2014)

Pese embora apenas três entrevistados tenham definido de forma clara a realização de atividades orientadas para a aquisição de competências pessoais e sociais através do

contacto individualizado com os técnicos das instituições e dinâmicas de grupo, existiu a partilha semelhante da realização de atividades com o mesmo fim por parte dos seguintes elementos:

“Eu na instituição estive nos escuteiros, na catequese, jogava futebol e depois fui para os Bombeiros. Tinha sempre um horário preenchido enquanto estava na instituição. Nós fazíamos atividades manuais, ponto cruz, esse tipo de atividades. Mas nunca foi feito “ora bem, vamos fazer aqui uma atividade para perceber se vocês se saem bem a comunicar com outras pessoas e isso”. Nunca.” (Ent.2, sexo feminino, 27 anos, solteira)

“É assim, atividades propriamente lá não eram muito feitas. Depois, chamavam muitas vezes era outros projetos ou outras Associações para virem fazer atividades lá, ou nós íamos fazer fora. Nós tínhamos muitas atividades fora, mas lá em concreto não faziam. Depois nós falávamos muitas vezes com a nossa Educadora e ela é que geria as discussões, falava connosco sobre os nossos problemas. E também tínhamos marcação com a Psicóloga uma vez por semana.” (Ent.5, sexo feminino, 20 anos, solteira)

A possibilidade de participação em instituições da sociedade civil, em diferentes domínios, e o seu incentivo, constitui, igualmente, uma fonte de aprendizagem e exercitação de competências diversas, das quais se salientam as sociais.

Os restantes entrevistados partilharam a ausência de experiências significativas na aquisição de competências sociais e pessoais durante o período de acolhimento residencial. A entrevistada 6 (sexo feminino, 25 anos, em união de facto) partilhou a existência de chamadas de atenção quando se registavam conflitos entre as jovens integradas na resposta social; o entrevistado 8 (sexo masculino, 26 anos, solteiro) referiu que, para além do exercício físico matinal, que considerava desajustado, não existiam outras atividades; o entrevistado 10 (sexo masculino, 29 anos, solteiro) referiu que desenvolveu competências de gestão de conflitos por via da vivência e convívio com os seus pares na instituição, referindo, porém, que não existiam atividades específicas para o desenvolvimento de competências pessoais e sociais.

Como seres sociais, a ausência de contacto com outros indivíduos é bastante improvável, se não nula. Assim, a capacitação para as capacidades comunicacionais poderá contribuir para o reforço dos laços sociais e da inclusão social (Gaulejac & Taboada-Léonetti, 1994). As habilidades comunicacionais e empáticas, anteriormente referidas, reforçam a inclusão do indivíduo no mundo social e nas diferentes esferas de

uma sociedade, sendo uma ferramenta importante em todas as dimensões da vida do jovem, seja em termos de relações de amizade, relacionais na esfera íntima ou das relações do mercado de trabalho. Se os ensinamentos transmitidos nas instituições ou na comunidade, aquando da integração em atividades dos tempos livres, forem interiorizados poderão, mais tarde, ser canalizados para a atuação em diferentes esferas da vida do indivíduo (Dias, Gomes, Peixoto, Marques, & Ramalho, 2012). Caso isso aconteça, verificamos a efetiva interiorização dos conhecimentos.

3.2.5. Principais dificuldades sentidas durante o período de institucionalização

A integração na instituição implica, sempre, adaptação a um novo ambiente que é estranho. Para além de se tratar de um espaço físico diferente, a instituição constitui igualmente uma ordem social distinta daquela que vivenciavam no contexto familiar, nomeadamente em matéria de regras e normas, bem como de relações sociais, papéis e estatutos. Compreender como se processou esta integração constituía uma das áreas abordadas junto dos entrevistados.

Os jovens entrevistados afirmam terem sido confrontados com dificuldades durante o período de institucionalização. Estas dificuldades variam, podendo dizer-se que se relacionam com: processo de construção da relação com os pares; saudades da família; contacto prematuro com o sistema judiciário (comparência em tribunais); necessidade de acompanhamento clínico especializado; necessidade de cumprir as regras estabelecidas pela instituição; integração prolongada na instituição; e características pessoais dos jovens.

O estabelecimento de relações entre pares, fruto das diferentes personalidades e *habitus*, pode constituir um obstáculo à integração inicial e, eventualmente, uma dificuldade ao longo do tempo de vivência no lar de infância e juventude. Os seguintes entrevistados relatam as dificuldades sentidas no contacto com o grupo de pares dentro da instituição.

“Eu acho que foi mais lidar com as miúdas. O convívio. Porque havia miúdas mesmo birrentas. Que não estavam bem com nada. Que só implicavam. E metiam-se. Por exemplo, você não podia estar a fazer nada que se metiam consigo.” (Ent.1, sexo feminino, 20 anos, solteira)

“Sei lá, a convivência com pessoas assim... sabe? Eu queria ficar no meu canto e só falava com a [nome de uma jovem]. Tanto que eu não fiz assim tantas amizades... vá,

a única amizade, amizade forte, que eu fiz foi a [nome] e a [nome], que já não estão lá. O resto era olá e boa tarde. Educada claro. Mas viver com elas todas ali é um bocado estranho, sabe? Claro que tu não te sentes em casa, entendes? Então é aquela coisa, eu sei que estou aqui e então pronto. Só foi isso a única coisa que eu não gostei muito de ter agora para relembrar. Só isso.” (Ent.7, 21 anos, sexo feminino, em união de facto)

“Problemas de pancadaria.” (Ent.8, sexo masculino, 26 anos, solteiro)

A necessidade de interação entre os jovens no meio institucional é um fator relevante para a boa vivência diária, sendo que se pretende que esta aconteça de forma positiva. Como em todas as famílias, as relações interpessoais nem sempre são fáceis. A vida na instituição diferencia-se da vida familiar, uma vez que se trata de construir relações, por vezes passageiras, com outros jovens que se sentem revoltados com a situação em que se encontram. A exclusão em que as crianças/jovens se encontram pode desencadear situações de agressividade entre pares, assim como a perturbação da privacidade fruto da proximidade existente no local da residência, como é o caso da partilha de um quarto (Manual de Boas Práticas, 2005, p. 110).

Estes comportamentos que se consideram desajustados em crianças/jovens que se encontram integradas em lares têm que ver com fatores globais não podendo descurar a sua história de vida. Assim, “uma criança ou um adolescente anti-social teria sofrido sempre uma profunda privação emocional; seria alguém que provavelmente teve qualquer coisa que experienciou como boa e depois a perdeu, numa perda que interferiu seriamente com o sentimento de integração e continuidade («going-on-being»)” (Strecht, 2002, p. 179).

A ausência de contacto com a família também é uma das dificuldades apresentadas pelos jovens:

“Saudades da família (...) Foi não ter a minha família comigo. De resto não tive dificuldade nenhuma.” (Ent.2, sexo feminino, 27 anos, solteiro)

“(…) nunca me adaptei na instituição. Mesmo com o apoio de toda a gente. Em [local] não tanto, mas na [nome da última instituição] com a Dra. [nome] e tudo sempre a apoiar-me, e as minha colegas a [nome] e etc, eu nunca me adaptei à instituição. Nunca me senti bem. (...) Porque estava longe da minha família. Mais especialmente por causa dos meus irmãos.” (Ent.6, sexo feminino, 25 anos, em união de facto)

“Saber lidar. Primeiro eu era uma miúda revoltada. Não entendia porquê que tinha que ir para ali se tinha pais. Depois, era muita gente e eu como era um pouco fechada e era... não conseguia. Para mim não fazia sentido estar ali. Não percebia também o porquê de estar ali. Mas depois com o tempo foi fácil.” (Ent.3, sexo feminino, 29 anos, solteira)

Independentemente das condições materiais de vida e das problemáticas associadas a cada agregado familiar que tenham motivado a retirada do jovem do contexto familiar, existe uma ligação à família que não é possível esquecer. As ligações de afeto com os progenitores devem ser respeitadas, e deverá ser trabalhado com as crianças e jovens o motivo que as levou a integrar a instituição, pois só desta forma poderá ser efetuado um trabalho com elas (Strecht, 2002).

Frequentemente as crianças maltratadas e expostas a situações de perigo tendem a culpabilizar-se pela situação em que se encontram, adotando uma tentativa de salvação dos seus progenitores que se encontram “doentes” (Strecht, 2002).

Por mais que os elementos responsáveis no acolhimento residencial tentem proporcionar um ambiente familiar, o ambiente não deixa de ser marcado por procedimentos formais, associados ao cumprimento de disposições legais de funcionamento. Os lares de infância e juventude são estruturas que integram vários jovens, o que dificulta a criação de relações de proximidade e a aproximação ao que é a vivência no ambiente familiar (Alves, 2007).

O contacto prematuro com o sistema jurídico através da presença em tribunais, no âmbito do acompanhamento aos jovens, também foi um dos fatores apresentados por uma das entrevistadas. Apesar da sua capacidade de persuasão e de contornar as regras, a entrevistada refere que não era capaz de pôr em prática essa habilidade perante um juiz.

“Os tribunais. Por incrível que pareça, os sermões das Juízas. Para mim era o que me matava. E era quando eu não podia fazer mesmo nada percebes? ...e as sessões. As sessões de psiquiatria ao início foi uma coisa que mexeu um bocadinho comigo. Usava-se muito aquela coisa de “hã, são os malucos que fazem isso e não sei quê”... E eu sentia um bocado de vergonha. Mas depois comecei a levar aquilo na boa. E lá está, é o que eu digo, hoje em dia se calhar eu olho e foi das melhores coisas que me podiam ter acontecido ao nível das terapias e por aí.” (Ent.4, sexo feminino, 24 anos, em união de facto)

Para além da dificuldade de gestão do acompanhamento no âmbito dos tribunais, esta jovem partilha, também, a necessidade de acompanhamento em pedopsiquiatria, e os preconceitos associados a esta especialidade clínica. À doença mental está muitas vezes associado o estigma e representações que dificultam não só a procura da ajuda, mas também a aceitação da doença mental e a resistência da realização da terapêutica recomendada. “O estigma é, portanto, uma reação social que isola certos atributos, classifica-os como indesejáveis e desvaloriza as pessoas que os possuem” (Miles, 1982, p. 70). O desconhecimento sobre a doença mental, conduz ao olhar sobre aqueles que dela padecem como pessoas perigosas, desajustadas e com quem se deve evitar o contacto. (Miles, 1982). A aceitação da sua condição por parte do indivíduo, é um passo decisivo para a melhoria do seu estado de saúde, uma vez que assim poderá ser alvo de intervenção (Goffman, 1988). A situação desta jovem retrata bem esta ideia pois, ao compreender a necessidade de quebrar os seus próprios preconceitos, acabou por encarar a experiência de acompanhamento em saúde mental como positiva e com implicações no presente.

Os jovens vivenciam a sua integração no acolhimento residencial de forma distinta, daí ser necessário um acompanhamento personalizado, adequando a intervenção às necessidades de cada um. De acordo com o Manual de Boas Práticas (2005, p. 112) “os horários de uma estrutura residencial são importantes para o seu funcionamento adequado e para o estabelecimento de rotinas, as quais desempenham um papel essencial como elementos securizantes e promotores do equilíbrio da criança ou jovem”. Note-se que em todas as sociedades é necessário o estabelecimento de regras, leis, que devem ser cumpridas por todos os cidadãos. Estas regras são também transpostas para as associações, empresas e em casas particulares – no meio familiar e esfera privada. Quando avaliamos as estruturas que promovem o acolhimento residencial, compreendemos que a sua boa gestão está dependente da existência de regras orientadoras do quotidiano.

Ora, um dos problemas identificado pelos entrevistados, ao nível da integração, diz respeito à necessidade do cumprimento das regras institucionais. Ainda que fundamentais para o eficaz funcionamento da instituição, essas regras, por vezes, são mal recebidas pelos jovens, ora porque as consideram muito exigentes e inflexíveis, ora porque ao longo da sua socialização, principalmente no contexto familiar, nunca foram alvo de qualquer tipo de orientação diária e essa é uma condição que lhes é estranha.

A existência de regras, o conhecimento das mesmas e a aplicação destas por parte dos jovens são procedimentos necessários para que estes possam estar integrados na casa de acolhimento e, posteriormente, noutras instituições sociais nas quais se venham a

integrar, por exemplo, no âmbito profissional ou no âmbito cultural e de lazer. As normas ajudam os indivíduos a viver em sociedade, na medida em que constituem um fio condutor que orienta as suas ações para o que é socialmente esperado. Contudo, nem sempre é fácil fazer compreender a estas crianças e jovens a importância e necessidade de existência e implementação de regras. A utilização de dinâmicas semelhantes aos estilos parentais autorizantes (Reichert & Wagner, 2007) permitem ao jovem ouvir e aprender as regras impostas pela instituição e, simultaneamente, ter a possibilidade de as negociar. Este estilo parental, que deverá ser transposto para a esfera institucional, dá a conhecer aos jovens o motivo da implementação das regras e a necessidade de estas existirem. Trata-se de um estilo democrático de estabelecimento de limites, de acordo com o ajustado à situação/jovem. As regras e as normas apenas serão assimiladas e acatadas pelos jovens se estes compreenderem o porquê da sua existência.

A aquisição de regras numa perspetiva de autonomização futura, e a consciência de que estas existem em todas as esferas sociais, irá facilitar os processos de socialização secundária dos jovens. Note-se que os jovens poderão no futuro não se identificar com as regras a que são expostos, mas verem-se forçados a assumir determinados papéis (Berger & Luckmann, 1996), pelo que o conhecimento da necessidade de se adaptarem aos diferentes contextos é fundamental.

“As principais? Foi quando entrei, sem dúvida. Foi a dificuldade de ter horários para tudo, porque na instituição por mais que nós quiséssemos ficar acordados e por mais que nós quiséssemos ficar mais 5 ou 10 minutos na cama não podíamos (...) porque eu pelo menos estava habituado a deitar-me à hora que eu quisesse e se quisesse estar a ver mais um bocado de televisão podia, se quisesse ir dormir ia, se não quisesse não ia. Até se quisesse estar a brincar um bocado. Mas quando eu entrei na instituição levei com umas regras totalmente diferentes daquelas que eu tinha. Foi às tantas a parte mais complicada foi a de aceitar as regras. Mas depois de habituar uma pessoa já faz tudo.” (Ent.10, sexo masculino, 29 anos, solteiro)

O Manual de Boas Práticas (2005) orienta no sentido da aplicação de regras, uma vez que as considera fundamentais para a gestão de uma “casa” das dimensões dos lares de infância e juventude. Paralelamente refere a necessidade de existir alguma flexibilidade e de se abrir a possibilidade de criação de horários ajustadas a cada criança, tendo sempre em atenção os horários escolares e os compromissos que cada uma tem.

“No início, nos primeiros anos, não sentia dificuldade nenhuma. Estava no meu paraíso porque, pronto, tinha mais liberdade lá do que quando estava em casa. Elas sempre confiaram muito em mim, porque também nunca tiveram razões de queixa. Então deixavam-me sair quase sempre que eu pedia. Tinha outra liberdade que a maioria das miúdas lá não têm. Mas quando vim para a faculdade aí já senti dificuldade, porque eles não estavam em contacto comigo, sempre. Queriam que eu fosse lá todos os fins de semana, e às vezes era chato ir ou era impossível porque tinha trabalhos ou tinha uma festa para ir. Depois eles começaram a fazer muita pressão. Depois quando ia lá, lá não podia sair. Depois, outro problema que eu senti muito foi que as miúdas todas da minha geração foram-se todas embora e eu fui a única que fiquei. Tinha mais duas ou três com quem eu me dava bem, mais novas, mas que não era a mesma coisa. Então eu ia lá e era uma chatice, porque eu não conhecia ninguém das novas, quase.” (Ent.5, sexo feminino, 20 anos, solteira)

Este excerto é ilustrativo da necessidade de trabalho orientado para a individualidade de cada jovem. A independência construída na vivência autónoma durante a semana, fez com que as regras impostas ao fim de semana se tornaram angustiantes, uma vez que os seus projetos, forma de estar e vontade, eram naquela altura distintas. A sua realidade ao longo do percurso institucional alterou-se, sendo necessário um ajuste do diagnóstico e reavaliação das necessidades e aspirações da jovem.

A criação destas regras de forma partilhada com os jovens poderá ser o modo mais indicado para o fazer, uma vez que se sentirão incluídos e será fomentado o sentimento de pertença à instituição. Pretende-se que a implementação de regras e limites ocorra em constante articulação entre o adulto e jovem, com vista à melhor definição das mesmas (Reichert & Wagner, 2007).

A última dificuldade apresentada foi orientada para a os traços de personalidade pessoais, nomeadamente a dificuldade de estabelecimento de relações com os outros. De modo a compreender melhor, vejamos o excerto seguinte:

“Eu sempre fui um rapaz muito reservado, não era muito de falar, gostava de estar no meu canto, passar despercebido, assim como na escola. Só que isso por vezes era uma vantagem e por outras vezes era uma desvantagem, principalmente na escola e acho que foi isso. (...) Não partilhar as minhas dificuldades e isso tudo. Era muito difícil e acredito que há, eu era calado, e há outros que era com ações. O escudo deles é repelir as pessoas.” (Ent.9, sexo masculino, 28 anos, em união de facto)

Tendo consciência do número de jovens que as instituições abarcam (no caso do entrevistado 9 a instituição era composta por aproximadamente 100 crianças e jovens), percebe-se que o acompanhamento disponibilizado aos jovens pode ser distinto, uma vez que a atenção dos técnicos tem de ser repartida por um número vasto de crianças e jovens, podendo dificultar a personalização do mesmo.

O investimento em momentos de partilha e auscultação dos jovens é fundamental para que os profissionais possam ter consciência das necessidades, incapacidade e eventuais aspirações que tenham. Crianças e jovens que foram afastados das suas famílias, e alvo de situações traumáticas, podem criar barreiras ao estabelecimento de novas relações, com receio de uma nova situação traumática (Strecht, 2002). O trabalho dos profissionais passa por permitir a aproximação gradual, sem questionamento e com abertura para a escuta ativa. Só assim, através do diálogo, poderá ser efetuado um acompanhamento ajustado, com vista à realização dos objetivos propostos pela instituição, melhor integração do jovem na instituição e resultados positivos da intervenção. O investimento em equipas multidisciplinares e a avaliação das situações das crianças por diferentes técnicos é fundamental para o acompanhamento contínuo da situação, uma vez que se trata de um longo percurso com várias mutações, atendendo às características pessoais e individuais de cada criança/jovem (Strecht, 2002).

Os jovens que se encontraram integrados em acolhimento residencial foram expostos a múltiplos fatores problemáticos¹², que tiveram consequências diretas nos seus percursos de vida e na forma como interagem com aqueles que os rodeiam. Tome-se como exemplo a partilha do entrevistado 9 para podermos avaliar o comportamento de que alguns jovens adotam durante o período institucional:

“Há lá jovens que não se interessavam por nada, estavam sempre revoltados, e às vezes custou-me, pergunto-me o porquê, mas vai da experiência de vida de cada um, não queriam fazer nada, era tudo chato para eles, porque é que os outros tinham, porque é que eu não tenho(...) eu próprio admito que senti essa revolta, só que era mais calado, mas quando a gente começa a chegar a uma certa idade pensa “calma aí, aquela gente não tem culpa do que nos aconteceu ou do que deixa de acontecer”. Nem nós temos que nos deixar de sentir mais especiais por causa disso, que é assim mesmo. Não sou mais do que os outros nem menos do que os outros, nem quero que sintam pena de mim. Se não me tivessem dado ajuda nenhuma se calhar, mas estão-me a dar aqui as ferramentas todas, vamos lá trabalhar, que é assim mesmo, eles dão

¹² Ver ponto 3.1. do Capítulo 3.

as ferramentas todas, mas não levam ninguém ao colo. Embora que eu tenha a opinião de que eu tive uma geração, a primeira geração da instituição em que era mais... e nunca me fez mal.” (Ent.9, sexo masculino, 28 anos, em união de facto)

A falta de interesse, revolta e ausência de participação nas atividades propostas pela instituição, eram alguns dos comportamentos dos pares que causavam desconforto a este jovem, assumindo que numa determinada fase do seu período de institucionalização também teve estes sentimentos negativos e de confrontação com os técnicos.

“É através de uma visão atenta, interessada e disponível que se pode compreender melhor o funcionamento e sofrimento individual” (Vilariça & Prata, 2017, p. 252). A resistência aos profissionais, característica dos jovens que integram a instituição, o mau relacionamento com o grupo de pares e a constante postura de agressividade, poderá estar relacionada com a ausência de compreensão do motivo da sua institucionalização, com a culpabilização dos técnicos e dos sistemas de proteção de crianças e jovens ou até com a culpabilização dos adultos que deveriam de proporcionar uma relação de proteção e segurança.

O entrevistado 9, apesar de ter vivenciado os sentimentos descritos, viu-se orientado para a aquisição de conhecimentos, fruto também da orientação que teve durante o seu percurso institucional a partir dos seus 14 anos.

A ausência de orientação e propósito revela-se perigosa durante o percurso institucional, uma vez que impossibilita o jovem de adquirir competências que potenciem e redescubram as suas capacidades. A análise dos seus comportamentos e a minimização de danos é uma função importante dos profissionais, na medida em que possibilita uma intervenção ajustada e orientada. Sem a colaboração do jovem e a sua inclusão durante todo o processo, a mesma pode ser impossível e infrutífera.

3.2.6. Percurso institucional numa palavra

Um dos pressupostos subjacentes a esta pesquisa qualitativa, era o de dar voz aos entrevistados, neste caso, uma pequena amostra dos jovens integrados em Lares de Infância e Juventude. Nesse sentido, uma das perguntas que se considerou importante colocar foi: *“Se pudesses definir o teu percurso institucional numa palavra qual é que escolhias?”*

Analizadas as respostas dadas, conclui-se que a maioria dos jovens escolheu palavras positivas para descrever o período de institucionalização. Não obstante todas as

dificuldades em caracterizar o percurso institucional numa única palavra, com exceção de uma entrevistada, os restantes fizeram-no oscilando entre respostas mais imediatas e respostas mais demoradas e pensativas. Os resultados estão ilustrados na figura 2:

Figura 2. *Percurso institucional numa palavra*



Fonte: Construída a partir da informação obtida nas entrevistas

Como se pode verificar, a indicação de palavras com teor positivo é superior à indicação de palavras negativas, sendo que apenas dois entrevistados se enquadram nesta última situação.

O entrevistado que considera que a experiência de institucionalização foi cansativa/desgastante refere:

“Cansativa. Desgastante. Estar a viver sempre lá com as mesmas pessoas. Claro que vai mudando, mas caras novas sempre a entrar e sempre a sair é um desespero. “Porque vejo as pessoas a ir embora, e tu não vais. Estás com aquela esperança e não sei o quê. Mas eu mentalizei. E pronto é assim. E eu já assumi a culpa e não sei o quê. Não é que eu meta a culpa toda na minha mãe, mas até agora, eu falo com a minha mãe. Mas quando eu tenho que lhe falar as verdades eu falo. Eu não guardo nada.” (Ent.7, 21 anos, sexo feminino, em união de facto)

Das suas palavras destacam-se: por um lado a inexistência de uma estabilidade no que diz respeito aos jovens institucionalizados, não só impeditiva da construção de relações mais duradouras, mas também criadora de um certo mal-estar pessoal pelo confronto com a possibilidade de os outros saírem da instituição; por outro lado, e como

refere Strecht, “Muitas vezes movidos por uma culpabilidade que não merecem (estas crianças imaginam-se frequentemente culpadas de situações a que são de todo alheias)”, (2002, p. 74), ou seja, desenvolve-se um sentimento de culpa pela integração na estrutura. Esse sentimento deve ser trabalhado no sentido de os jovens compreenderem que a realidade é mais complexa e que a sua institucionalização decorre de fatores externos que não conseguem controlar. Quanto a essa culpabilização, saliente-se que a entrevistada acabou por alterar a sua perceção, passando a atribuir a responsabilidade da sua integração na instituição aos progenitores e às circunstâncias nas quais se encontrava a sua família.

Apesar de se verificar que muitos jovens têm os mesmos sentimentos em relação à ausência dos seus progenitores no quotidiano, para alguns as dificuldades vivenciadas são tidas como experiências desafiantes, uma vez que as adversidades os obrigam a desenvolver competências de gestão das situações pelas quais passam:

“Desafiante. São os obstáculos pelo que uma pessoa passa. A nível emocional, (...) não ter propriamente o apoio direto dos pais, estar ali com outra pessoa a fazer de pais, que é assim mesmo, chegar à instituição e “reunião de pais” e não vai o teu pai ou a tua mãe. (...) O saber lidar com esse tipo de coisas. (...) Ter aquela vergonha, coisas de crianças, é normal, pelo menos estou a falar na minha situação, eu mentia. Depois uma pessoa vai amadurecendo, “o meu pai faz isto ou faz aquilo”, também compreender que ou é desempregado ou trabalha nas obras.” (Ent.9, sexo masculino, 28 anos, em união de facto)

O contacto com pessoas externas à instituição é fundamental para o processo de crescimento e desenvolvimento dos jovens, nomeadamente pela possibilidade que lhes dá de se confrontarem com outros percursos de vida, com outras experiências e, deste modo, poder criar outras expectativas relativamente à sua vida. Ao mesmo tempo, porém, o confronto com jovens de outros meios sociais mais favorecidos, é igualmente gerador de desconforto e vergonha por estar institucionalizado. Estando numa fase crucial da afirmação da identidade, os jovens podem sentir-se numa posição de inferioridade, considerando que o seu estatuto e as características que os definem estão aquém das que definem os que os rodeiam (Dubar, 2006). A própria identidade e a realidade objetiva da socialização primária são postas em causa pelo indivíduo, que se depara com uma nova realidade, fruto da socialização secundária. Esta fase de transição é crucial e penosa. A estrutura de plausibilidade e o auxílio desta na reconstrução de um novo “eu” é fundamental (Berger & Luckmann, 1996). O indivíduo sentir-se-á capaz, posteriormente,

de compreender a realidade inicial, a realidade presente e a realidade futura, conseguindo conviver com ambas de forma harmoniosa, como aponta o entrevistado 9.

Como foi evidenciado antes, apenas uma entrevistada não conseguiu definir o seu percurso institucional numa palavra, sendo que deixa transparecer no seu discurso alguma ambivalência: se por um lado estar na instituição era entendido como uma contrariedade, por outro lado reconhece-a como uma segunda família:

“É complicado Cátia, não sei. Posso-te dizer que quando estive lá, apesar de estar distanciada e de estar um bocado contrariada nos primeiros tempos, senti que estava em família. Porque eles para mim foram uma segunda família. Sempre.” [referindo-se à 3ª instituição] (Ent.6, sexo feminino, 25 anos, em união de facto)

Esta ambivalência poderá estar relacionada com a sua proteção efetiva, uma vez que foi retirada de um contexto maltratante, e com a consciência de que dois dos seus irmãos continuam, na sua opinião, expostos a situações de perigo. A entrevistada demonstra paternalismo e preocupação em relação aos seus irmãos ao longo da entrevista, revelando a necessidade de sejam protegidos. O facto de ter estado integrada em três instituições distintas também a coloca numa situação de dúvida em relação à palavra escolhida para a definição do seu percurso, espelhando assim a complexidade da sua vivência institucional.

3.2.7. Avaliação do percurso institucional

É interessante perceber a diversidade de sentimentos e emoções apresentadas pelos jovens quando lhes é solicitada a avaliação do percurso institucional. Como referido anteriormente, a classificação de algo que é íntimo e pessoal não é fácil. A avaliação crítica de um determinado período de tempo da vida conduz ao equacionamento dos aspetos positivos e dos negativos, bem como do modo como estes se articulam e contribuem para o caminho seguido e para aquilo que se é na atualidade.

Os aspetos negativos levam a conclusões finais positivas e os aspetos positivos podem surgir, na nossa avaliação, apenas passados vários anos, quando, olhando para trás, se consegue avaliar de forma diferente.

Apesar de no ponto anterior termos vislumbrado a nomeação de palavras de teor positivo, quando solicitámos aos jovens que avaliem o seu período na instituição também

foram enunciados alguns aspetos negativos que retratamos na tabela 3. Contudo, os aspetos positivos são predominantes.

Tabela 3. *Avaliação do percurso de institucionalização: aspetos positivos e negativos*

Aspetos Positivos	Aspetos Negativos
Crescimento e desenvolvimento pessoal <ul style="list-style-type: none"> - Amadurecimento; - Melhoria das características pessoais; - Crescimento pessoal; - Responsabilidade; - Independência. Proteção <ul style="list-style-type: none"> - Sentimento de pertença; - Sentimento de apoio; - Proteção. Enriquecimento psicossocial <ul style="list-style-type: none"> - Educação; - Hábitos de estudo; - Construção de objetivos; - Aquisição de competências; - Conhecimento de novas realidades. 	Desenvolvimento pessoal <ul style="list-style-type: none"> - Insuficiência de transmissão de conhecimentos de gestão económica; - Ausência de investimento na responsabilidade individual. Estrutura organizacional <ul style="list-style-type: none"> - Rotina; - “As saudades de seres uma pessoa normal”; - Privação de uma vivência normativa da adolescência. Dimensão emocional <ul style="list-style-type: none"> - Eventos traumáticos; - Desconfiança.

Fonte: Construída a partir da informação obtida nas entrevistas

Os aspetos positivos dividem-se em fatores associados ao *crescimento e desenvolvimentos pessoal, proteção e enriquecimento psicossocial*. Os jovens compreendem que a integração na instituição lhes permitiu a promoção das suas características individuais de um modo transversal, abarcando diversas dimensões da pessoa, fruto dos diversos contributos disponibilizados ora na instituição, ora fora dela, com recurso a atividades complementares. O sentimento de proteção é referido na medida em que se sentem parte de algo, estando, assim, amparados e seguros. Os aspetos positivos apresentados passaram também pelo enriquecimento psicossocial dos jovens, através da exposição a experiências associadas à melhoria das competências ao nível da educação, aspirações e projetos futuros, assim como exposição a diferentes realidades, até ao momento desconhecidas.

Quanto aos aspetos negativos, estes podem ser agrupados em três áreas: o *desenvolvimento pessoal*, a *estrutura organizacional* da instituição e a *dimensão emocional*. No primeiro caso, os entrevistados apontam a ausência de investimento na promoção do desenvolvimento pessoal: a título de exemplo, a ausência de investimento

na responsabilidade individual e a insuficiência de transmissão de conhecimentos de gestão económica. Do ponto de vista emocional, a exposição a eventos traumáticos e a desconfiança aparecem como principais motivos. Finalmente, são também de destacar algumas das características da organização, nomeadamente as que se prendem com a dificuldade de ser jovem, de viver esta fase da vida com mais liberdade.

A LPCJP refere no seu artigo 49.º n.º 2 que “o acolhimento residencial tem como finalidade contribuir para a criação de condições que garantam a adequada satisfação de necessidades físicas, psíquicas, emocionais e sociais das crianças e jovens e o efetivo exercício dos seus direitos (...)”, sendo que através dos aspetos positivos apresentados pelos jovens, percebe-se que as instituições que estes integraram tiveram em consideração estes pontos, e ajustaram a intervenção para uma efetiva satisfação das necessidades e aquisição de competências. Contudo, não se pode concluir que os jovens que apresentaram os aspetos negativos tenham vivenciado apenas experiências negativas.

3.2.8. Autonomização: acompanhamento prestado pelos profissionais

“Os comportamentos dos profissionais devem pautar-se pelo bom senso, experiência, sabedoria e técnica, mas também por políticas e procedimentos escritos que se designam por boas práticas. Estas pretendem apoiá-lo na prossecução do objetivo de desenvolver nas crianças e jovens comportamentos refletidos, ajustados e assertivos, no quadro de uma cidadania responsável e madura”. (Manual de Boas Práticas, 2005, p. 139)

Os profissionais que integram o quadro de colaboradores de um lar de infância e juventude constituem, durante o período de institucionalização, as figuras de referência para as crianças e os jovens que integram esta medida de promoção e proteção. Nesse sentido, todo o acompanhamento e atenção dispensada a estas crianças e jovens terá repercussões, positivas e negativas, diretamente relacionadas com o desempenho das funções pelos diversos profissionais.

Tendo em conta a importância dos profissionais, bem como o papel por eles desempenhado quer no momento do acolhimento residencial, quer durante todo o processo de institucionalização, questionaram-se os jovens acerca do acompanhamento de que beneficiaram. Procurou-se, igualmente, compreender a perceção que têm acerca da importância e do papel dos profissionais, bem como da influência que tiveram no seu percurso durante esta fase específica das suas vidas.

Não pode deixar de se ter em consideração que para uma parte dos entrevistados o percurso dentro da instituição foi longo e depararam-se com diferentes direções e

equipas de profissionais que, não obstante ocuparem as mesmas funções, as desempenham de forma diferenciada. Essa especificidade faz com que os jovens vivenciem o seu percurso de maneiras distintas, adequando-se mais a umas práticas do que outras. Nesse sentido, também as respostas a esta questão são reflexo desses percursos e vivências singulares dentro da instituição.

Há entrevistados que salientam precisamente a importância dos profissionais enquanto figuras de referência, enquanto educadores e preparadores para a vida. Salienta-se o papel desempenhado na transmissão de valores e na promoção da aquisição de competências para a vida:

“Eu vejo agora pelos meus sobrinhos. Aquilo que eu aprendi eu tento sempre demonstrar-lhes. Por exemplo a arranjar o quarto, não ter nada desarrumado, ajudar as pessoas. Exatamente o que me transmitiam lá eu tento-lhes transmitir aqui.” (Ent.2, sexo feminino, 27 anos, solteira)

“Nossa, de longe. Foi... eu não sei como é que era. Se nós tivéssemos noutra vida, nós sabíamos a comparação, não é? Mas do exemplo que eu tive lá dentro com as meninas e as dras. foi um excelente caminho. Foi excelente. O que eu falo de mal da instituição, para mim, foi mais o tempo de demora, sabes? Que eu fiquei lá anos e tudo mais. E foi mais a convivência de parte das meninas e isso tudo. Não foi o que eu aprendi, o que eu passei, o que eu me diverti lá dentro. São coisas diferentes o que eu estou a falar. (...) O que eu gostei foi essas coisas todas que eu não sabia. E eu aproveitei, aproveitei... não entrou num ouvido e saiu. Ficou, ficou, ficou. E é o que eu sou agora. Porque eu acho que nem era assim se ficasse com a minha mãe. Eu não seria esta pessoa, com esta mentalidade nem nada. E a maturidade Deus me livre. Eu era uma pobrezinha se ficasse com ela. Mas eu tenho consciência disso. O colégio ajudou-me bastante para que eu crescesse e tudo mais. (...) Se calhar devia de ter, claro, aproveitado mais, para não ser assim como sou hoje [risos]. Para ser mais alto, para estar num nível mais alto. Mas isso sou eu mesmo, porque eu é que não aproveitei mais. Mas elas davam tudo. Tudo para nós aprendermos, e isso tudo.” (Ent.7, sexo feminino, 21 anos, união de facto)

“Apoio suficiente... eu acho que isso é um bocado impossível. Porque só quando nós estamos na realidade é que percebemos tudo aquilo que é preciso fazer. Nós podemos treinar muito a cozinhar, mas quando estamos sozinhos a cozinhar é que é diferente. Podemos estar a treinar fazer tudo, mas não é a mesma coisa. Mas acho que tive muito apoio em questões de autonomização. Mas nunca é suficiente. É impossível. Só na realidade é que se vê. (...) Eu acho que a instituição onde eu estava promove muito isso.” (Ent.5, sexo feminino, 20 anos, solteira)

Os excertos anteriores são exemplificativos da importância do trabalho desenvolvido pelos profissionais em matéria de socialização dos jovens. Como se pode constatar, a replicação das aprendizagens junto das novas gerações é salientada pela entrevistada 2. Por seu turno, a entrevistada 7 revela estar consciente de que o seu percurso de vida não teria sido o que foi se tivesse permanecido no seio da família e de que as competências adquiridas na instituição são efetivamente fundamentais e que poderia ter beneficiado ainda mais do trabalho desenvolvido pelos profissionais se se tivesse envolvido mais intensamente na vida institucional. Porém, e como salienta a entrevistada 5, há sempre um confronto com a realidade que obriga a ajustamentos, por muito bem preparados que os jovens tenham sido na instituição.

Alguns dos entrevistados, por outro lado, embora considerem ter sido alvo de um acompanhamento ajustado, este aconteceu tardiamente e não se traduziu necessariamente numa total preparação para a vida, ficando aquém do que consideram ser necessário:

“Lá está, até aos meus 14/15 anos nunca tive grande acompanhamento, nunca senti, tanto que não tinha muito à vontade de falar com ninguém. Para mim era uma alegria ir para a Psicóloga, estar ali a falar aquela horita ou assim por semana, a gente às vezes até andava às turras uns com os outros para ir para lá, ter assim alguém mais próximo que falasse connosco, porque eu era um miúdo muito reservado, pouco falava, mas às vezes a pessoa sentia a necessidade.

Só a partir dessa idade é que começamos a ter esse acompanhamento e foi sempre gradual. Como lhe disse o apartamento de autonomia, o programa escolhas ajudou-se muito, também com intercâmbios, ir para fora.

Sim, as ferramentas sempre lá estiveram, agora também vai de cada um ir buscá-las. Na altura o que eu acho que faltou mais na instituição foi o pessoal a ajudar. O pessoal ter iniciativa de pegar nessas ferramentas.” (Ent.9, sexo masculino, 28 anos, em união de facto)

“Acho que eles deviam de estar mais presentes nessa parte. E principalmente quando vêm que falta, por exemplo, um ano para nós saímos do colégio, estarem ali connosco e explicar tudo. Porque depois nós vimos para aqui e estamos um bocado perdidos.” (Ent.3, sexo feminino, 29 anos, solteira)

Dos dois excertos anteriores salienta-se que o início do trabalho de acompanhamento e preparação em matéria de competências ocorreu sobretudo numa idade já mais adiantada dos jovens.

A fase da adolescência, é por si só uma fase de grandes alterações. Trata-se de uma fase em que o jovem procura a sua autonomização, prepara-se para assumir novos papéis na esfera social e depara-se com a necessidade de futuramente se integrar no mercado de trabalho, com todos os desafios que isso acarreta. Quanto mais precocemente os jovens tomarem conhecimento destas alterações e dos papéis que irão desempenhar enquanto jovens adultos, assim como as tarefas associadas a esta nova experiência, mais tempo terão para interiorizar as aprendizagens. Quando Erikson (1968) apresenta a fase da moratória, associada ao período de adolescência, descreve-a como uma fase de aprendizagem, por forma a preparar a vida adulta. É aqui que o jovem se vê livre para aprender e errar, para que posteriormente possa demonstrar o que aprendeu de forma adequada. Quando os jovens são expostos à aprendizagem de competências numa fase tardia, a sua adaptação às mesmas terá de ser efetuada de uma forma mais rápida, podendo potenciar um confronto mais abrupto com o exterior no momento da saída da instituição. Assim, quando mais precoce foi a introdução às responsabilidades da vida adulta, mais facilmente poderão encará-las.

A entrevistada 4, no excerto que se apresenta de seguida, de acordo com o que experimentou na medida de acolhimento residencial, apresenta críticas no que toda à diferente postura apresentada por diversos técnicos de acompanhamento, e à sua maior ou menor implicação do acompanhamento disponibilizado aos jovens na fase de saída da instituição. Orienta-se para as competências que cada jovem adquire autonomamente, considerando que o apoio familiar é algo que poderá ser fundamental nesta fase, uma vez verificada a ausência de acompanhamento suficiente.

“Eu acho que eles ajudam no sentido de: é preciso ter sorte com a técnica que te calha, para começar. Porque há aquelas que realmente até que preocupam contigo e há aquelas que se estão “a cagar” para isso. E ó pá, tens sorte porque te ajudam a arranjar um sítio. E pronto, dão-te um apoiozito por mês que dá para pagares um quarto numa casa, entendes? Mas de resto... Eu sou-te sincera, se tu não fores desenrascada por ti e se não tiveres mais apoio tu estás lixada neste mundo. E estás... e estás... Porque ó pá, eu vi casos que... realmente vi que ajudou, que se safou, mas que a nível de competências daqui está quieto. Considero um bocadinho insuficiente. Sim, exatamente. Eu acho que se tu não tiveres o mínimo de competências e não tiveres até um apoio familiar, vamos chamar-lhe assim, teres ali outra coisa para além das instituições, eu acho que vais-te safando na mesma. Mas não vais, como é

que se diz, não vais ser grande coisa, entendes? Não vais ser grande pessoa. É por aí.” (Ent.4, sexo feminino, 24 anos, em união de facto)

Contudo, especificamente no caso desta entrevistada, trata-se de uma jovem que não viu a sua integração num lar de infância e juventude por problemáticas associadas os seus progenitores ou adultos responsáveis pela sua guarda, mas sim a problemáticas pessoas, pelo que a alusão ao apoio familiar se mostra válido.

A LPCJP (artigo 54.º) define que os recursos humanos que integram as casas de acolhimento devem incluir: (a) a equipa técnica, a ser composta por uma equipa pluridisciplinar, com, no mínimo, o grau académico de licenciatura, das áreas da psicologia e do trabalho social; (b) uma equipa educativa com formação orientada para o trabalho com crianças e jovens, nomeadamente auxiliares de ação educativa e de cuidados a crianças, de modo a efetuar um acompanhamento socioeducativo; e (c) colaboradores dos serviços gerais. O respeito pela estrutura apresentada permitirá às crianças e jovens a possibilidade de beneficiarem de um acompanhamento pluridisciplinar, com contributos de diferentes formações, com vista à satisfação de todas as suas necessidades.

Para além da entrevistada 4, existem outros entrevistados que focam a diversidade de formas de atuação dos profissionais e de como isso se pode traduzir num maior ou menos apoio e acompanhamento.

“Depende dos técnicos. (...) Para fazer o trabalho que tu estás a fazer ou que ela estava a fazer, no caso, é preciso gostar e há pessoas que estão nesse trabalho por estar. Que não gostam. E então acabam por tentar fazer o melhor, mas não conseguem fazer.” (Ent.6, sexo feminino, 25 anos, em união de facto)

“Não, eles é que não tinham maneira de resolver conflitos e tudo na instituição.” (Ent.8, sexo masculino, 26 anos, solteiro)

“Apoio nós tínhamos basicamente. Mas agora sentir, sentir mesmo que estava preparado para sair eu acho que isso nunca se sente. Porque estávamos habituados a uma rotina completamente diferente. No que toca ao apoio é aquela situação que contei há pouco. Sou... podem-me dizer que sou um bocado nariz empinado e que sou muito orgulhoso, mas é o feito que eu tenho e é o feitio que me levou até onde eu estou agora e basicamente mesmo quando me perguntavam se estava tudo bem, mesmo que eu estivesse mesmo em baixo eu dizia que estava sempre tudo bem.” (Ent.10, sexo masculino, 29 anos, solteiro)

Nestes excertos é evidenciada a incapacidade dos técnicos em fazer um trabalho de maior acompanhamento ou mais ajustado às expectativas dos jovens. Pese embora o empenho demonstrado e a disponibilidade para efetuar um acompanhamento, de acordo com estas perspetivas este mostrou-se insuficiente.

Os jovens consideram que as aprendizagens adquiridas durante o período de integração nas instituições se enquadravam naquilo que os profissionais consideravam ser a intervenção mais adequadas. Porém, fosse pela elevada pressão de trabalho em virtude da dimensão da instituição, fosse pela falta de formação e até de motivação para o exercício das funções, nem sempre os técnicos tinham capacidade para efetuar o seu trabalho de forma adequada.

Assim, os entrevistados observam a vida institucional como uma etapa na preparação para a vida, mas sentem que, por muito que sejam apoiados, no momento da saída deparam-se sempre com o isolamento, na medida em que têm que fazer sozinhos as tarefas que lhes foram ensinadas, tornando-se esse um momento de tensão, de ansiedade e até de alguma desorientação.

3.2.9. Figuras de referência dentro da instituição

Segundo Vilariça & Prata (2017), as instituições de acolhimento residencial são a resposta em larga escala utilizada quando se trata de proteger crianças e jovens em risco. Contudo, estas instituições podem ter um conjunto necessidades não satisfeitas e diversas problemáticas que afetem o seu funcionamento. No que toca aos profissionais, as autoras apontam a permanente rotatividade, a prevalência de colaboradores apenas do sexo feminino e o variado número de pessoas com quem as crianças são forçadas a conviver como um problema à criação de relações afetivas.

Estas autoras afirmam que “na maioria dos casos, os prestadores de cuidados têm pouca formação e interagem com as crianças e adolescentes apenas para realizar o seu trabalho, ou seja, de uma forma funcional, centrada apenas nas tarefas de nutrição, higiene e cuidados de saúde”. (Vilariça & Prata, 2017, p. 246)

“Sabes que, honestamente eu acho que quem cuida de processos, assim de miúdas e miúdos, eu acho que tens que tirar qualquer coisa relacionada à Psicologia. Porque é muito difícil tu perceberes alguém. E muito mais perceberes alguém tão novo, entendes? E que tudo é uma confusão e tu não consegues identificar bem. E então, é

preciso realmente ter o apoio de alguém nesse aspeto. Eu acho que deviam ser todas licenciadas em algo do género. Sem dúvida.

Metem pessoas a fazer de monitoras, por exemplo dentro dos colégios, que não percebem nada do que estão a fazer. E tu vês realmente que é um esforço. Está bem, que é um trabalho, mas são miúdos, percebes? A tua perceção do teu trabalho tem que ser completamente diferente. Tem que ser muito mais dedicado. “(Ent.4, sexo feminino, 24 anos, em união de facto)

“Se a criança receber cuidados de qualidade, que promovam a vinculação segura, ela vai internalizar um modelo de si própria como alguém merecedor de ser amado e um modelo dos outros como estanto atentos e sensíveis às suas necessidades na maior parte do tempo” (Vilariça & Prata, 2017, p. 246), pelo que a ausência de um vínculo com figuras de referência pode acarretar repercussões negativa na vidas das crianças e jovens integrados no acolhimento residencial. Neste sentido, o estabelecimento de laços afetivos é uma das tarefas mais importantes no contexto institucional, mas talvez também a mais difícil de concretizar de forma eficaz.

Ao longo da nossa vida cruzamo-nos com pessoas que para nós são uma referência, seja pelas conquistas que alcançam ou pela relação de proximidade e afeto que estabelecemos com elas. A integração dos jovens no meio institucional leva-os, na maioria dos casos, ao distanciamento dos familiares e das pessoas com quem mantêm uma relação de proximidade e confiança. O estabelecimento de ligações de afeto durante a sua integração no lar de infância e juventude é, por isso, um passo importante para que consigam ultrapassar esta fase do seu percurso de vida de forma estável e ajustada.

Os excertos que se seguem traduzem as experiências positivas de construção de uma relação de proximidade com um ou mais profissionais em quem os jovens viam figuras de referência:

“É minha madrinha do coração. Eu era pequenina. Depois a [nome da auxiliar] deu-nos banho, e eu acho que foi a partir daí que depois eu andava sempre atrás dela. Nós também aprendemos muito com as funcionárias, como lavar a roupa. Eu ajudava a [nome da auxiliar] em muitas coisas. E depois perguntei-lhe uma vez. A minha madrinha abandonou-me e eu disse “queres ser minha madrinha?”. Depois fiz uma cartinha e ela disse que sim.” (Ent. 1, sexo feminino, 20 anos, solteira)

“...a Tia era aquela que nos educava, criava e ensinava. Por exemplo, a minha Tia, ela deixou os filhos que já estavam grandinhos e largou tudo só para ficar ali. Muitas nem tinham formação. Queriam ir para lá e ficavam. Iam a uma entrevista e ficavam.

E há lá tias que estão lá há muito tempo. Ainda agora, eu saí há uns anos e elas ainda continuaram... aquilo é mesmo 24 sobre 24 horas. Eles dormem connosco, fazem tudo connosco. Se tiverem que ir ao médico são elas que vão connosco. Para a escola elas só indicam os caminhos. E é assim. Ensinavam-nos tudo.” (Ent.3, sexo feminino, 29 anos, solteira)

“(…) estava comigo, a falar comigo, a perguntar-me o que é que se tinha passado. (...) E em certos pontos sou o que sou hoje, e se fiz o que fiz hoje, foi graças à Dra. e eu falo muito com ela sempre que posso, pelo Facebook. Ela, a Dra. [nome], mesmo saindo do colégio continuamos sempre a ter relação. Pronto, não é a mesma coisa porque não estamos juntas nem nada. Mas temos ligação na mesma.” (Ent.6, sexo feminino, 25 anos, em união de facto)

“Eu gostava muito da [nome da técnica]. Eu via a [nome da técnica] como minha mãe. Eu qualquer dúvida que tinha em relação ao meu corpo, em relação a, sei lá, menos da escola. Porque da escola é assim assim, não é? Eu perguntava a ela. E se a [nome da técnica] não estivesse lá eu não perguntava a mais ninguém. Foi com a [nome da técnica] que eu falei de tudo, sobre a minha transformação de adolescência para mulher.” (Ent.7, sexo feminino, 21 anos, em união de facto)

“Esta competência reflexiva para pensar as relações de vinculação no abstrato, permite um duplo movimento no jovem: reconhecer que os pais poderão não ter sido perfeitos, tendo tido dificuldades em satisfazer as necessidades de vinculação e que tais necessidades poderão ser mais bem satisfeitas por outras relações” (Soares, 2009, p. 102)

As lógicas subjacentes ao funcionamento das instituições implicam que os colaboradores não se encontrem na instituição 24h por dia, pelo que os contactos com os jovens podem ter um carácter mais passageiro (eventualmente reforçado nas situações em que a rotatividade de pessoal é mais elevada). Esta condição acaba por se refletir de forma menos positiva na construção da relação e no desenvolvimento de experiências positivas. Como se pode verificar nos excertos das entrevistas, a existência de laços mais próximos com técnicos e funcionários das instituições permitiram aos jovens sentir-se acolhidos e amparados. Descrevem os profissionais como pessoas integrantes de uma família, à qual consideram também pertencer. “Este adulto escolhido terá um efeito reparador no «eu» da criança se, de modo contínuo, ele lhe der também um espaço para a poder ouvir dizer o que sente e o que pensa” (Strecht, 2002, p. 89), verificando-se assim a necessidade de os profissionais terem tempo para o contacto de proximidade com as crianças e a criação de relações sólidas e vantajosas para o seu desenvolvimento

3.2.10. Breve análise da relação existente entre o acompanhamento realizado junto dos jovens e das suas famílias: que contributos para a autonomização e supressão de problemas diagnosticados no seio familiar

Os processos de institucionalização são sempre entendidos como processos provisórios, ou seja, pretende-se que as crianças e os jovens retornem ao seu ambiente familiar, se isso for possível ou desejável, ou encetem um caminho de autonomização. Importa por isso entender como se processou a comunicação entre os jovens e a família e entre a família e as instituições durante o processo de institucionalização. Deste modo, quando se fala da necessidade de trabalhar competências com os jovens é importante referir que tipo de competências estarão a ser trabalhadas também com as suas famílias de origem, uma vez que estas podem ser o destino dos jovens após a saída do meio institucional.

Tabela 4. *Contactos estabelecidos entre instituição/família e jovem/família*

	Contactos entre a instituição e a família	Contactos entre o jovem e a família	Agregado familiar à data de saída da instituição
Ent.2	<i>“Na primeira instituição tiveram muitos, porque quando o meu pai vinha eram elas que iam abrir a porta, falavam com ele. Quando era necessária alguma coisa eles ligavam sempre para o meu pai. O meu pai andava sempre informado. Na segunda já foi um bocadinho mais difícil. Porque eu na segunda já comecei a ganhar autonomia. Ou seja, eu na segunda já ia sozinha para casa do meu pai, e coisas assim. Não era o meu pai que me vinha buscar.”</i>	<i>“Na primeira instituição eu conseguia falar com a minha família. Tinha o meu pai que vinha nos fins de semana que devia de vir, ele vinha sempre. Ia passar os fins de semana e as férias com ele. Durante a semana ele ligava sempre. Da parte da minha mãe já foi diferente, porque a minha mãe tem problemas mentais e então por vezes ela dizia que vinha e depois não vinha. Depois passados oito meses ou um ano ela é que dava notícias depois.”</i>	Sozinha (atualmente reside com familiares – pai)
Ent.3	<i>“Aquilo era basicamente assim: nós estávamos ali, eles eram os nossos responsáveis e não tinham que dar informações aos pais. A não ser que fosse uma situação grave e nós tivéssemos que ficar internados, como aquelas doenças dos miúdos e que os pais têm que estar presentes. Isso era diferente. Mas como não era o caso, eles não sabiam nada de nós.”</i>	<i>“Nós não tínhamos contacto com a família, a não ser um domingo de cada mês que eles nos iam lá visitar, da parte da tarde (...) Uma vez que nós estávamos na instituição, quem era responsável era a instituição e não os nossos pais. Só sabiam que nós estávamos no colégio e que estávamos bem e pronto. E nós nem nos interessávamos sequer. Nós tínhamos ali uma vida, uma rotina. Sabíamos que tínhamos pais e que eles estavam na vida deles.”</i>	Família de origem

Fonte: Construída a partir da informação obtida nas entrevistas

É, portanto, interessante compreender as dinâmicas realizadas e os contactos estabelecidos entre estes três elementos, selecionando para isso alguns exemplos dos contactos estabelecidos entre o jovem e a família, a família e a instituição e o agregado familiar com quem o jovem vive no momento.

Tomemos atenção às duas entrevistadas que se encontram retratadas na tabela 4. À data da realização da entrevista, estas encontravam-se a residir em casa dos progenitores. Após leitura dos excertos presentes na tabela verifica-se que o contacto estabelecido entre as diferentes partes é variável. Assim, enquanto no caso da entrevistada 2 se processava quer o contacto permanente entre a jovem e a família, quer o contacto entre a instituição e a família, no caso da entrevistada 3 verificamos a existência de contacto pontuais entre a própria e os familiares, nomeadamente através de visitas mensais, e a inexistência de contacto entre a família e a instituição.

Tem sido referida, ao longo do presente trabalho, a importância da elaboração do projeto de vida dos jovens, da sua implicação do processo e a necessidade de aquisição de competências para a reintegração na vida fora da instituição de forma ajustada. Contudo, e como se evidenciou, é complexo o processo de autonomização e a elaboração de um projeto de vida tem as suas especificidades, o que torna o trabalho desempenhado pelos técnicos de grande importância.

Retomando a análise dos dois casos anteriores, as jovens encontravam-se a residir, à data da realização da entrevista, com os seus progenitores, mas, segundo os seus relatos, não existiu qualquer tipo de trabalho com a família que potenciasse o regresso protegido ao agregado familiar, colmatando as necessidades existentes à data da sua integração. À semelhança destas duas entrevistadas também os entrevistados 4 (sexo feminino, 24 anos, em união de facto), 6 (sexo feminino, 25 anos, em união de facto) e 9 (sexo masculino, 28 anos, em união de facto) voltaram para as suas famílias de origem, à data de saída das instituições. Ao longo das entrevistas não referiram qualquer trabalho que tivesse sido desenvolvido com os seus familiares para a menorização dos problemas e retorno ao meio familiar.

O acolhimento residencial, se perspectivado como uma medida passageira, pretende que paralelamente à integração do jovem na instituição seja efetuado um trabalho de reeducação e capacitações dos elementos de referência da criança ou jovem, com vista à reintegração do seio familiar. A intervenção deve abranger todas as dimensões familiares, nomeadamente um acompanhamento intensivo aos adultos responsáveis, capacitando-os de competências parentais (caso se verifiquem parcas), acompanhamento de situação de saúde e emprego, assim como acompanhamento das crianças no que toca

à situação educacional e também de saúde. Também as condições materiais de vida das famílias, caso estas registem privações e carência económica, podem e devem ser trabalhadas.

Como refere Shirley, “O desenvolvimento infantil está intimamente relacionado com o contexto familiar. Deste modo, as competências parentais e o apoio nas funções parentais são eixos primordiais para o sucesso da dinâmica relacional. Estes podem ocorrer em contexto institucional, no domicílio, na escola, entre outros” (2015, pp. 38-39). Neste sentido, o acompanhamento às famílias é fundamental, embora não tenha de ser realizado necessariamente pela instituição de acolhimento onde se encontram integradas as crianças e jovens. Existem na comunidade equipas com competência para o trabalho destas dimensões, como é o caso dos Centros de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental, com as quais se pode realizar um trabalho de parceria.

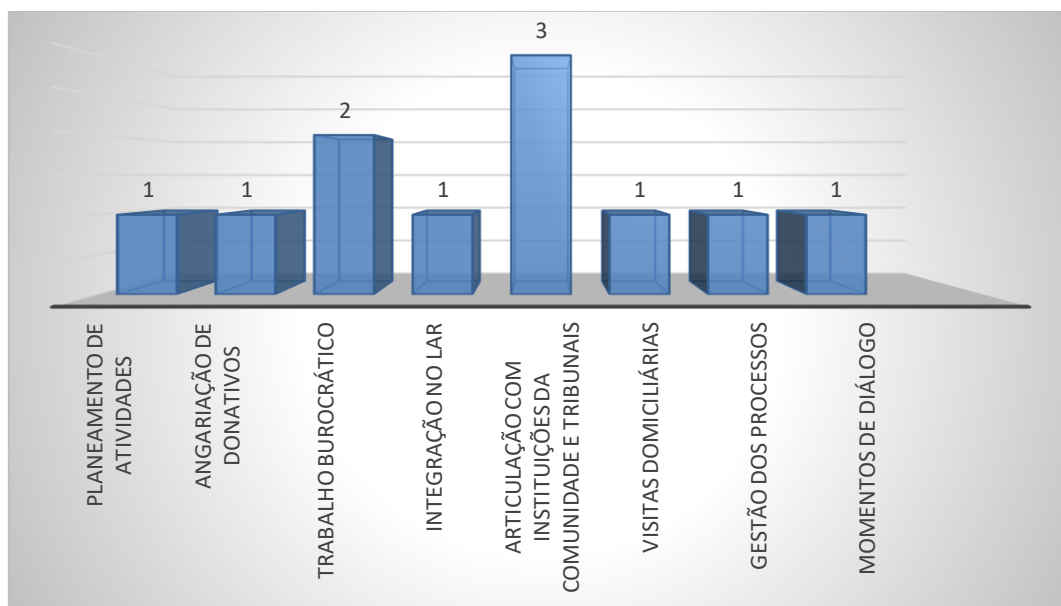
Já as entrevistadas 2 e 3, que saíram da instituição com 16 e 18 anos respetivamente, descrevem o contacto entre os seus familiares e a instituição como precário, pelo que a probabilidade de encontrarem um ambiente familiar inalterado era relativamente acentuada.

3.2.11. O papel do Assistente Social num Lar de Infância e Juventude na visão dos jovens

Este ponto é concluído com a análise da perceção dos jovens entrevistados quanto ao papel desempenhado pelos Assistentes Sociais num Lar de Infância e Juventude. Assim, e quando questionados sobre as atividades desenvolvidas por estes profissionais, as respostas obtidas encontram-se plasmadas na figura 3.

Saliente-se que 4 entrevistados referem desconhecer o que fazem os assistentes sociais numa instituição daquele género. Relativamente aos que responderam, saliente-se que, de um modo geral, os jovens têm pouco conhecimento sobre a formação profissional dos técnicos que se encontram a desempenhar funções nas instituições, fazendo alguma confusão entre o Assistente Social e o Psicólogo. Esse desconhecimento é bem evidenciado pelas respostas dadas: 3 referem o “trabalho de articulação com outras instituições” e 2 o “trabalho burocrático”. As restantes respostas foram apenas dadas por um entrevistado.

Figura 3. Atividades Desenvolvidas pelo Assistente Social no Lar de Infância e Juventude



Fonte: Construída a partir da informação obtida nas entrevistas

A ausência de definições claras acerca do papel do Assistente Social da instituição prende-se com o parco contacto que dizem ter existido com esta classe profissional. Descrevem o Assistente Social como um profissional que passava a maior parte do dia no seu gabinete, desempenhando funções associadas à elaboração de relatórios e ao “preenchimento de papéis”: trabalho orientado para a burocracia, no entendimento dos entrevistados. Esta descrição do trabalho de gabinete, associados à grande percentagem do tempo dispensada para a composição de relatórios para os tribunais e à articulação com outras entidades, exteriores à instituição, faz com que os entrevistados refiram que o Assistente Social dispõe de pouco tempo para o trabalho de proximidade com os jovens.

Note-se que as instituições estão dotadas de vários técnicos e que a presença destes na vida dos jovens é também variável. O facto dos horários de trabalho de alguns profissionais coincidir com os horários de aulas dos jovens é um dos motivos pelo qual estes tinham um parco contacto com o Assistente Social:

“Havia, durante o dia. Saíam a partir das 17 horas, que é quando saem todos da hora de trabalho. À noite é que a gente está no colégio, não é durante o dia. Durante o dia estamos na escola. E de manhã. (...) O contacto que a gente tinha com os técnicos eram quando roubávamos o dinheiro.” (Ent. 8, sexo masculino, 26 anos, solteiro)

O excerto anterior destaca precisamente esta descoincidência de horários, levando a que os jovens acabem por passar muito mais tempo com os auxiliares e monitores e,

consequentemente, sejam estes que constituem as figuras de referência. Para além disso, aponta como razão mais frequente de contacto com o assistente social o incumprimento das normas estabelecidas. No entanto, esta ausência de contacto não foi um fator apresentado pelos jovens de forma transversal.

Note-se que para os jovens uma das tarefas mais recorrentes do Assistente Social é a de efetuar constantes informações sociais acerca da situação em que a criança/jovem se encontra com vista à partilha de informação com órgãos competentes exteriores à instituição:

“A Assistente Social tratava mais dos documentos de família, visitas, fazia o intercambio com o tribunal e com a CPCJ. Então estava mais no gabinete. Nós só íamos lá para fazer chamadas para os pais ou assim. Depois às vezes saiam uma vez por semana para fazerem visitas às casas, mas a maioria das vezes estavam no gabinete.” (Ent.5, sexo feminino, 20 anos, solteira)

A burocratização do trabalho pode estar ligada com a necessidade de cumprimento de modos de agir padronizados e orientados para a concretização de objetivos, acabando por ser atribuída a outros profissionais a responsabilidade de dinamização de atividades.

“Elas planeavam atividades, tentavam arranjar donativos para a instituição e colónias e isso, para passarmos o tempo e irmos passear um pouquinho.” (Ent.1, sexo feminino, 20 anos, solteira)

A profissão de Assistente Social tem sido alvo ao longo dos anos de diversas alterações, sendo que a profissão na atualidade se encontra distante dos procedimentos assistencialista da génese do apoio social. “Os assistentes sociais estão hoje debaixo de tensões identitárias diversas: processos de formação inicial e contínua em mudança e muito diversificados; divisão social do trabalho incoerente e com sobreposição de fronteiras; (des) regulação e instabilidade dos sistemas sociais com que interagem; mudança acelerada dos problemas e das tecnologias profissionais; crescente incerteza nas trajetórias individuais e coletivas dos profissionais dos grupos populacionais com quem trabalham.” (Granja, 2008, p. 106).

Os diversos constrangimentos existentes no dia a dia dos profissionais refletem-se no seu desempenho profissional, na perceção dos próprios acerca do trabalho que realizam e na perceção do público alvo sobre o trabalho realizado pelos profissionais.

Note-se que se pretende a existência de interdisciplinaridade em instituições de apoio à infância e juventude, pressupondo-se a existência de um trabalho em equipa vasto e complementar, sendo o Assistente Social uma das peças que completam o puzzle.

3.3. O desafio da saída: que receios?

Neste ponto pretende-se compreender que desafios foram colocados aos jovens entrevistados após o momento de saída da instituição.

A vida na instituição, apesar de se tratar de uma estrutura aberta à comunidade e com contacto permanente com o exterior, está organizada em função de normas e regras, formas de fazer e de estar distintas das que predominam nos contextos familiares das crianças e dos jovens aí institucionalizados. Pretende-se, nesta fase, avaliar o caminho realizado pelos jovens após o período de integração em lares de infância e juventude e compreender os percursos de vida desde o momento da saída.

3.3.1. Receio quanto ao momento de saída

Ao longo do percurso de vida os indivíduos deparam-se com diversas mudanças, seja a integração na escola, a integração num novo emprego, a mudança de casa, a saída do contexto familiar, a constituição de família própria, entre várias outras situações.

Apesar de na maioria dos casos haver consciência da mudança que irá ocorrer, todas as alterações, sejam elas positivas ou negativas, confrontam os indivíduos com a necessidade de reflexão, quer sobre o que passou, mas também acerca do que poderá vir a ocorrer no futuro. Neste sentido, pretendeu-se compreender, junto dos entrevistados, os sentimentos subjacentes a essa situação de mudança, mais especificamente que receios foram sentidos no momento de saída da instituição.

“No início só. Porque nós ainda não tínhamos recebido da Segurança Social. Só tínhamos o nosso dinheiro. E depois quando esse dinheiro acabou...” (Ent. 1, sexo feminino, 20 anos, solteira)

“Claro, de ficar pobre. De ficar na rua. Quando nós fomos mesmo para o apartamento de autonomia foi esse o meu pensamento. Se eu não conseguir aqui, imagino que na minha própria casa eu não vou conseguir. Então esse tempo foi muito bom, no apartamento de autonomia.” (Ent.7, sexo feminino, 21 anos, em união de facto)

No ano de 2019, em Portugal, segundo o Instituto Nacional de Estatística, 21,6% da população residente encontrava-se em risco de pobreza ou exclusão social, valor elevado, mas, apesar de tudo, menor do que o registado em 2016 (25,1%) (Instituto Nacional de Estatística, 2019). O risco de pobreza é, por isso, uma situação mais ou menos estrutural e particularmente importante para os grupos sociais mais desfavorecidos. Duas das jovens referem que o receio que sentiram foi a possibilidade de se encontrarem numa situação de instabilidade e/ou carência económica, ou seja, o medo de cair numa situação de pobreza. Apesar de terem sido orientadas em matéria de gestão económica, as entrevistadas tinham consciência de que o ambiente em que foram educadas para essa gestão era um ambiente protegido, pelo que o receio de não conseguirem efetuar, de forma autónoma, uma gestão eficaz dos seus recursos ou de não conseguirem aceder a recursos, foi por elas destacado. Percebe-se, por isso, que a consciência da necessidade de poder económico para a aquisição de bens era uma consciência revelada pelas jovens e que a possibilidade de ausência do mesmo as deixava numa situação de stress.

Sentimentos associados à inexistência de perspetiva de futuro, na medida em que não sabem o que irão encontrar fora da instituição ou a ausência de interesse no retorno à família de origem foram, também, receios apresentados pelos entrevistados.

“Tive um bocadinho de medo. Foi assim, eles decidiram que eu ia sair, arranjaram um apartamento, e foi um pouco “agora desenrasca-te”. Algo assim. Não foram muito “deves fazer isto, isto e isto”. Eu tinha reuniões marcadas com o Assistente Social, mas nunca tive nada atrás que me motivasse mais ou que me ajudasse mesmo a fazer as coisas.” (Ent.2, sexo feminino, 27 anos, solteira)

“Não. Não senti receio pela saída da instituição. Senti receio pela casa para onde eu fui. Eu disse à Dra. [nome] que eu não queria ir para o meu pai. (...) Então o meu pai como tinha mais capacidade, era mais novo e tudo, o tribunal escolheu-o. Apesar de eu ter dito que não queria ir para o meu pai. (...) Até porque basicamente eu estava a dar problemas (...) por causa de fugir e dessas coisas todas.” (Ent.6, sexo feminino, 25 anos, em união de facto)

Se ao longo do percurso em que os jovens se encontram integrados na instituição é necessário que estes sejam auscultados acerca das suas vontades, e seja efetivado o projeto de vida com o seu consentimento e de acordo com os seus interesses e necessidades, essa necessidade de escuta ativa intensifica-se no momento de preparação da saída da instituição. No caso das entrevistadas 2 e 6, os sentimentos de abandono

sentidos foram fruto de uma ausência de afunilamento entre o que é esperado pelas jovens e o que é planeado pela instituição ou pelos órgãos judiciais. A ausência de auscultação é geradora de revolta e de encaminhamentos que são tidos como desajustados pelas jovens.

O medo de não conseguir ter uma vida distinta daquela que vivenciam os progenitores foi outro receio evidenciado por uma das entrevistadas. Há um claro desejo de fazer diferente, nomeadamente em matéria de parentalidade:

“Senti. O meu maior receio foi se... como é que eu hei-de explicar... se a minha vida ia ser diferente daquela que um dia eu pensei/imaginei que ia ser. Imagine, eu na altura tinha uma perspetiva de vida, mas quando saí era outra. É totalmente diferente. E um dos meus medos foi se um dia tiver filhos se serei capaz de ser uma melhor mãe do que foram comigo.” (Ent.3, sexo feminino, 29 anos, solteira)

A consciência das situações de desajuste e a necessidade de assumir comportamentos diferenciados, distintos do que eram apresentados pelos progenitores, demonstra conhecimento, ou pelo menos reflexão, acerca de práticas parentais que considera desajustadas. A entrevistada 3 idealiza apenas fazer algo diferente, sem grande elaboração de pensamento ou reflexão sobre o que isso significa concretamente. Compreende-se que existe a vontade de criar novas dinâmicas, quebrando com práticas desajustadas, e que simultaneamente, tem presente o receio de não conseguir assumir uma postura distinta daquela que conhece e que experienciou.

Para além dos excertos anteriores, há um último que merece destaque e que se prende com o receio de se sentir só aquando do momento da saída:

“Senti medo. Porque é diferente uma pessoa estar habituado com tanta gente e de um momento para o outro chegar a casa e não ter ninguém. Torna-se um bocado diferente, um bocado estranho, um bocado complicado. Mas senti medo na altura. Mas como morada na zona do Porto tentava ir ter com o pessoal, para estar com eles. Porque na altura em que eu saí já trabalhava e é mais a dificuldade de chegar a casa e uma pessoa estar habituada a chegar a casa e ter uma, duas, três pessoas para falar e chegar a casa e não ter ninguém. É um bocado complicado. (...) É mais o receio de chegar a casa e não ter ninguém lá dentro até para desabafar do dia, para tirar opiniões, como fazia várias vezes. Basicamente foi esse o receio que qualquer um deve sentir, digo eu.” (Ent.10, sexo masculino, 29 anos, solteiro)

O receio da solidão no momento da saída prende-se com a ausência de contacto diário com o grupo de pares que detém. O medo de se sentir sozinho foi o sentimento experimentado pelo entrevistado 10. Verifica-se uma disparidade entre o que se conhece e já é considerado normativo na vida quotidiana da instituição, marcada pela convivência diária com muitos jovens e técnicos, e a vida fora da instituição, sendo que o jovem constrói mentalmente a ideia de uma eventual solidão após mudança de residência.

Na fase de saída da instituição é importante a articulação direta entre as casas de acolhimento e as estruturas da comunidade – sejam estas o Instituto da Segurança Social, Instituições Privadas de Solidariedade Social ou Associações que possam apoiar os jovens – com vista ao auxílio durante os primeiros passos na vida autónoma. Assim, o jovem saberá onde se dirigir e poderá beneficiar de um encaminhamento e acompanhamento ajustado às suas necessidades, evitando situações futuras de pobreza e exclusão social.

3.3.2. Principais dificuldades que sentiu depois de ter saído da instituição

Verificamos que alguns dos receios sentidos pelos jovens no momento de saída da instituição se transformaram em efetivas dificuldades vivenciadas, nomeadamente no que toca à ausência da presença de vários indivíduos na vida quotidiana:

“Foi não ouvir barulho. [ri-se] Tanto que eu ia ter uma depressão. Estava mesmo habituada com as pessoas. Chegar, poder contar como é que correu o meu dia. E de um momento para o outro desapareceu tudo. Não tinha ninguém com quem falar. Na altura deixei de falar com a minha família. Foi um bocadinho difícil. Era só o teu cheque que chega ao final do mês e tudo bem. Eu estudava ainda. Na altura das reuniões eu não tinha ninguém para ir. Ela até dizia “não é preciso tu vires à reunião porque não tens ninguém”. ” (Ent.2, sexo feminino, 27 anos, solteira)

O receio exposto pelo entrevistado 10 (sexo masculino, 29 anos, solteiro) no ponto anterior é igual à principal dificuldade que o próprio sentiu após a saída da instituição. À sua semelhança, a entrevistada 2 assume como a sua principal dificuldade a ausência de contacto diário com terceiros e o silêncio que envolvia a habitação para a qual foi residir após sair da instituição.

A necessidade de adaptação a um contexto diferente foi experimentada pelos jovens no momento de integração na instituição, uma vez que tiveram de que habituar à

convivência com um número elevado de pessoas. Esta necessidade volta a refletir-se após a saída, mas no sentido inverso, uma vez que implicou adaptar-se à “solidão”.

A capacidade do ser humano em se adaptar a diferentes contextos é notória, sendo que na saída do contexto institucional esta mudança pode ser facilitada caso se dê lugar à continuidade de vínculo com a instituição, pelo menos numa fase inicial e no tempo imediatamente após a saída.

“Eu quando saí do colégio eu fiquei um bocadinho “à nora”. Porque eu nem tinha noção de muita coisa cá fora. Eu quando vim, não sabia que tinha que pagar água, luz e renda. Porque nós não tínhamos acesso a essas coisas. Lá era o colégio que tratava disso. Ou o Estado. Nós não tínhamos acesso a isso. Então eu estou numa casa e pago renda? Eu não sabia. É um bocado... é diferente. (...) Vim logo para a minha mãe. Foi muito diferente, foi muito estranho. (...) Depois, ter que acordar todos os dias, ter que lidar com a minha mãe, que não é fácil, e o meu padrasto. Ao princípio eram fixes e tudo, explicaram as coisas, mas a rotina era totalmente diferente. Eu acordava à hora que eu quisesse, comia aquilo que eu quisesse, depois a minha mãe “vamos almoçar...anda jantar...” essas coisas. E lá na aldeia era diferente. Lá na aldeia nós tínhamos horas para tudo. Para comer, para dormir, para ver televisão. Aqui já não. Aqui nós tínhamos muito mais à vontade. Eram diferentes as coisas.”

(Ent.3, sexo feminino, 29 anos, solteira)

O excerto anterior revela o alheamento da entrevistada quanto à realidade fora de uma instituição. Percebe-se, pelas suas palavras, que existiu uma parca preparação da jovem no que toca à aquisição de competências de gestão económica, sendo clara a ausência de conhecimentos acerca da gestão do dia a dia que a maior parte dos adultos inseridos numa sociedade tem de fazer. São exemplos claros as suas referências ao desconhecimento do pagamento de renda de casa, de água ou luz. Esta falta de preparação é preocupante, uma vez que se trata de conhecimentos fundamentais, associados à vivência em sociedade e à satisfação das necessidades básicas. Esta ausência de conhecimento acabou por ser colmatada pela família, que transmitiu este tipo de competências à jovem em causa. Pese embora o apoio disponibilizado, será relevante referir que se trata da mesma jovem que no ponto 3.2.11. afirmou não ter mantido qualquer tipo de contacto com os familiares durante o tempo de institucionalização ou conhecimento de trabalho realizado com estes por parte da instituição. Assim, coloca-se a questão se os familiares desta jovem seriam as pessoas adequadas para a transmissão destas competências e se as próprias lacunas encontradas na família há data da retirada foram de algum modo supridas. Percebe-se que a realidade subjetiva da jovem se

encontrava distanciada da realidade da sociedade em que vive (Berger & Luckmann, 1996). O desconforto existente no contraste entre as duas realidades foi atenuado pela sua família de origem, que a orientou na aquisição de competências que precisavam de investimento e que não foram satisfeitas no meio institucional. Assim, e apesar da ausência de contacto durante o acolhimento, a família acabou por se apresentar como retaguarda e por ser a transmissora da realidade fora da instituição.

As dificuldades apresentadas por cada jovem, sendo que nem todos apresentaram dificuldades, são bastante distintas. Vejamos agora alguns excertos associados com a adaptação ao retorno à família, estando estes relacionados, também, com parte do excerto anterior.

“É assim, repara, eu sempre tive uma relação muito complicada com o meu padrasto. E o meu padrasto está com a minha mãe há muitos anos. E então eu sabia que ia ter de enfrentar isso. E eu aprendi a enfrentar isso de uma maneira muito minha, que foi “ok, se tu não falares para mim eu não falo para ti e nós respeitamo-nos mutuamente”. E foi aí que eu comecei a agir dessa maneira. De resto, com os meus irmãos super bem. E a minha mãe, a minha mãe nunca me prendeu as pernas, percebes? Como eu já trabalhava ao mesmo tempo e já tinha acabado o 9º ano (estava a acabar aliás), fazia aquilo que queria, percebes? Sempre fiz aquilo que eu queria.”
(Ent.4, sexo feminino, 24 anos, em união de facto)

“Sempre tive um à vontade com a minha mãe e com o meu tal padrasto, não tive problema nenhum. Claro que há sempre aqueles choques, mas eu já estou numa certa idade e quero a minha privacidade, e há sempre aqueles problemas, uma pessoa discute, mas depois as coisas resolvem-se no dia a dia, tanto na casa dos meus pais como os outros jovens que sempre estiveram com os pais.” (Ent.9, sexo masculino, 28 anos, em união de facto)

“As principais dificuldades foi adaptar-me à casa do meu pai, porque eu não queria ir para lá. E porque não tinha a dra. [nome] comigo para o que eu precisasse, não é? Portanto, basicamente, eu saindo do colégio meteram-me num sítio que eu não queria. Fui para um sítio contrariada e perdi a minha psicóloga, digamos assim. Custou-me muito. Queria sair do colégio, sim. Sempre quis sair do colégio, mas não para ali.” (Ent.6, sexo feminino, 25 anos, em união de facto)

Os sentimentos associados ao retorno à família de origem no caso dos três entrevistados anteriores são distintos. Dois deles conseguiram facilmente adaptar-se à vida familiar, considerando-se que foi um retorno consentido, existindo vontade dos

jovens para se adaptarem às regras e reconciliarem-se com os restantes residentes. Pelo contrário, uma das entrevistadas (6) partilha-nos os sentimentos depreciativos no que toca à necessidade de integrar o agregado familiar do seu progenitor, situação essa que receava no momento anterior à saída da instituição, e que se veio a verificar.

“Ainda é muito recente, por isso ainda não tenho muita. Mas principalmente a parte de tratar de papeladas, porque eu detesto. E isso eu refugiava-me muitas vezes na minha Assistente Social, porque ela é que me dizia “olha, tens que ir fazer aquilo, tratar daquilo para a bolsa, tens que ir tratar daquele papel”. E disso tenho muito receio. Ainda não me correu nada mal, mas tenho muito receio de não estar a par das coisas e de não saber. Mas para já, pronto. De resto, acho que não tenho assim grande dificuldade para já, mas tenho receio de pessoas lá da instituição, algumas técnicas, não terem percebido o porquê de eu ter saído ou terem ficado chateadas por eu ter saído. Porque às vezes sinto, quando vou lá visitar ou fazer alguma coisa, sinto que algumas não estão da mesma forma comigo. E isso às vezes incomoda-me um bocado.” (Ent.5, sexo feminino, 20 anos, solteira)

A entrevistada 5, recentemente desvinculada da instituição e numa fase de adaptação à saída, e encontrando-se a fazer o “desmame” total da resposta social, fala-nos acerca da ausência do acompanhamento permanente dos técnicos da instituição. A esta ausência acresce o receio de que a relação com os técnicos seja afetada dada a sua vontade em abandonar a instituição. Note-se que as relações de proximidade estabelecidas, por muito ténues que se encontrem a dada altura, são relações de grande importância para os jovens, uma vez que os profissionais foram as figuras que os acompanharam ao longo de vários anos. Este sentimento é positivo e reforçado, quanto mais o jovem assuma que o período institucional e o trabalho dos técnicos foram relevantes e positivos no seu percurso de vida.

Por último partilhamos os problemas judiciais como um dos principais problemas apresentado por um dos entrevistados:

“Foi quando começaram a chover processos. (...) fui para uma manifestação e na manifestação havia pessoal (...) Eles estavam lá em cima e nós estávamos cá em baixo a lançar calhaus, pedras, a chamar nomes, mas eu estava tranquilo, já estavas mais para sair do que para estar ali. Eles começaram à carga, apanharam-me lá no meio e pronto, fiquei com um processo. (...) Desamparado eu não me senti, porque eu trazia a conta cheia de dinheiro. Trazia dois mil e tal euros na conta quando saí.” (Ent.8, sexo masculino, 26 anos, solteiro)

O entrevistado 8 durante a sua entrevista partilhou a existência de comportamento desviante do meio institucional, nomeadamente roubos e violência entre os jovens, assim como alguma incapacidade por parte dos profissionais para conseguirem gerir e anular estes comportamentos disruptivos.

Estes comportamentos desviantes transpuseram-se para a vida fora da instituição, assumindo o jovem que o principal problema que sentiu após a saída da instituição foi o contacto com o sistema de justiça e os processos que daí advieram.

3.3.3. Planos para o futuro

Quando questionados acerca de planos para o futuro todos os jovens responderam de forma clara, fosse para dar uma resposta acerca dos planos idealizados ou para informarem que não os possuem.

Os planos apresentados foram variados, mas perspetivam sempre estabilidade e aspirações concretas.

“Quero estar sozinha numa casa, nem que sejam num T0 e quero tirar a carta. Se não tirar a carta vou mais para a casa. A casa tem que ser. Eu no inverno nem que tenha que voltar a ter dois empregos. O meu primeiro foco é a casa. Quero sair do apartamento. Depois eu organizo-me.” (Ent.1, sexo feminino, 20 anos, solteira)

A entrevistada 1 ainda se encontra integrada num apartamento de autonomia, sendo que se pode verificar que tem idealizados os passos que pretende dar para se desvincular definitivamente da instituição. A obtenção de rendimentos e poder económico é um dos focos principais, uma vez que é o meio que lhe irá permitir atingir o objetivo final.

Os próximos excertos referem o investimento pessoal e profissional, nomeadamente na aquisição de competências:

“Neste momento eu estou a trabalhar, recebi agora a resposta que vou entrar numa escola de Polícia, e estou com a minha irmã, com o meu pai, com a minha família... Agora é passar isso e criar a minha família quando tiver tempo. Mas acima de tudo fazer isso.” (Ent.2, sexo feminino, 27 anos, solteira)

“Neste momento não são muitos, porque o meu plano é acabar a faculdade e depois então é que posso pensar noutras coisas. Trabalhar, arranjar outra casa, o que para

já não é possível. Tenho que estar numa casa alugada, embora adore estar aqui. De resto, ainda não consigo ter grandes planos.” (Ent.5, sexo feminino, 20 anos, solteira)

“Estou a pensar abrir um negócio meu, com esta coisa que eu tenho de Design já estive a pensar fazer uma marca de camisolas, uma marca que motive o pessoal a treinar... só que pela minha experiência de vida já reparei que às vezes não é assim tão linear. Eu queria ter tirado a licenciatura, se calhar se eu estiver nesse negócio e tudo correr bem vou tirar a licenciatura... porque nunca é tarde para estudar e hei de ter a minha oportunidade para voltar a estudar e acredito nisso.” (Ent.9, sexo masculino, 28 anos, em união de facto)

Percebemos que os jovens têm consciência de que só com trabalho, seja ele no âmbito da educação ou da criação do próprio emprego, poderão atingir os seus objetivos. O percurso de vida que apresentam, marcado pela confrontação com momentos de grande instabilidade, deixa-os alerta para as dificuldades que poderão surgir. Verifica-se que os jovens almejam ter uma vida diferente daquela que conhecem e tornarem-se adultos autónomos e independentes.

“Eu quero abrir um negócio meu. Abrir um negócio meu, ter um ou dois filhos no máximo. E pronto, uma coisa assim muito... ser uma pessoa normal, percebes? Quando tu passas uma adolescência a ser vista como alguém diferente depois a coisa que tu se calhar mais queres sentir é que és alguém normal. E tentas lutar um bocadinho contra isso, percebes? Contra o facto de seres sempre alguém diferente. Porque quer tu queiras quer não vais ser sempre alguém com uma perspetiva diferente das coisas. Vais ser sempre alguém que quando vê uma notícia no telejornal com a instituição A ou B a pedir donativos, tu vais saber que não vais dar nada. Porque sei para onde é que vai. Sei para quem vai. Sei como é que funciona a gestão disso. E vais ser sempre alguém que percebe um bocadinho mais da área. E então isso torna-te alguém mais frio. Sou fria quando vejo situações que deitam abaixo alguém só porque sim. E a pessoa não quer sair dessas situações. Sou humana porque me preocupo. Por exemplo, se vir alguém realmente mal, que não tem mais nada, que não tem onde ir, sou a primeira a estender a mão. Mas de resto é isso. São as minhas perspetivas para o futuro. É ser alguém normal. Sou uma pessoa com sonhos banais. Não tenho assim nada por aí além.” (Ent.4, sexo feminino, 24 anos, em união de facto)

A construção de sonhos e de objetivos de vida, assim como a construção da personalidade de cada jovem adulto é moldada durante o tempo que integra a instituição. Analisando o excerto da entrevista 4 percebemos que a entrevistada refere diversas vezes que se quer sentir uma pessoa normal. O ser normal numa sociedade pressupõe o

cumprimento de um determinado conjunto de comportamentos tipo. Assim, esta ideia de normalidade “apresenta-se como uma realidade interpretada pelos homens e subjetivamente dotada de sentido para eles na medida em que forma um mundo coerente” (Berger & Luckmann, 1996, p. 35), algo que a jovem almeja atingir, baseado nos padrões normativos previamente existentes e definidos.

Pois bem, a ideia da normalidade, do passar despercebido e ter uma vida de casa-trabalho, trabalho-casa, com filhos, companheiro ou cônjuge, é algo que para muitos indivíduos na nossa sociedade é um dado adquirido e o que se espera que aconteça. A entrevistada 4, partilhou-nos que nunca se conformou com a sua integração “no sistema”, e que considera que não deveria ter vivenciado o acolhimento residencial e ter tido contacto com as jovens com quem partilhou as várias instituições onde esteve inserida.

Apesar de se considerar uma pessoa “mais rica”, fruto do conhecimento das diferentes realidades das jovens integradas em Lares de Infância e Juventude, a entrevistada pede apenas uma vida “normal” onde possa vivenciar aquilo que pessoas que não foram alvo de situações de perigo e risco vivenciam diariamente.

“Ir buscar o meu filho. Continuar a trabalhar a arranjar mais horas, seja ali ou noutra sítio, porque eu neste momento só estou a trabalhar a part-time. (...) E arranjar condições para ir buscar o meu filho. Para ter o meu filho à minha beira.”
(Ent.6, sexo feminino, 25 anos, em união de facto)

“Não sei. Eu queria casar-me. Agora nós estamos a pensar no casamento. Eu já era para me casar antes, mas claro... tinha que ter emprego e tudo mais e nós fomos adiando. Mas basicamente já estou noiva. Então, eu pretendo casar-me, pretendo ter filhos. Pretendo estar mais uns aninhos aqui neste trabalho, só para não sair já. E depois procurar um trabalho onde eu possa ficar efetiva. Só que eu ainda não decidi o que quero fazer realmente.” (Ent.7, sexo feminino, 21 anos, em união de facto)

“Está complicado isso... sinceramente eu só penso no presente. Neste momento só penso no presente. Poder proporcionar tudo à minha filha. Tudo aquilo que eu nunca tive e principalmente nunca lhe falhar com nada. É o que me interessa.” (Ent.3, sexo feminino, 29 anos, solteira)

A importância atribuída à família, à sua construção e manutenção da existente é bem patente no discurso dos entrevistados. As entrevistadas realçam a necessidade de proporcionar boas experiências aos seus descendentes e mantê-los próximo de si. Esta preocupação reflete o trauma pelo qual passaram quando foram retirados à família.

É realçada a importância de construir uma realidade diferenciada composta por estabilidade, fruto de uma integração no mercado de trabalho segura, que se traduza na obtenção de recursos económicos.

Por fim, verificamos duas situações em que os jovens não apresentam planos para o futuro, considerando tal idealização impossível.

“Não se pode falar no futuro, porque a gente não sabe o dia de amanhã. É, a gente não sabe o dia de amanhã. Olhe eu trabalhei durante um mês e ao final de um mês fiquei assim, fiquei sem o osso do rádio. A gente não sabe o dia de amanhã.” (Ent.8, sexo masculino, 26 anos, solteiro)

“Planos... isso planos é relativo. Uma pessoa tem que dar um passinho de cada vez. Sonhos nós temos muitos, mas nós não podemos viver de sonhos. Temos que viver com os pés bem assentes na terra.” (Ent.10, sexo masculino, 29 anos, solteiro)

Esta ausência de perspetivas futuras é justificada com as eventuais surpresas da vida quotidiana, seja por um acidente profissional ou pela necessidade de construir o caminho diário passo a passo. Para Erikson (1968), a dificuldade do indivíduo em comprometer-se com projetos futuros, como por exemplo no estabelecimento de relações de proximidade mais duradouras com os outros, pode estar relacionada com os conflitos existentes durante a construção de identidade. Podemos, por outro lado, deduzir que estes jovens não tiveram um acompanhamento que os capacitasse a planear o futuro a médio/longo prazo, ou que as condições de vida atuais não lhes permitiram aplicar esses conhecimentos e capacidade de organização.

Sabemos que existem eventos de vida que podem alterar por completo o modo de vida pré-estabelecido e definido e quebrar planos anteriormente idealizados. Não é possível afirmar com toda a certeza que estes jovens não tenham construído em determinada altura dos seus percursos de vida um plano do que queriam fazer nos anos seguintes. Contudo sabe-se que no momento da entrevista demonstraram dificuldade em expressar-se sobre as vantagens de planear o futuro.

3.3.4. Contacto com a instituição após saída

Como se destacou anteriormente, o período de institucionalização foi, para muitos destes jovens longo, o que reforça a importância da existência de figuras de referência e do papel desempenhado pelos diversos profissionais neste domínio. Assim, considerou-

se importante perceber que relação foi mantida, após a saída da instituição, entre os jovens e os profissionais.

As experiências, na generalidade, apontam no sentido da inexistência de contacto. Percebemos que o contacto de proximidade com os profissionais que trabalham na instituição é cessado após a saída e que as relações que prevalecem são as estabelecidas com o grupo de pares. Seis dos entrevistados referem o término do contacto com os profissionais, sendo a única exceção o caso da entrevistada 1 (sexo feminino, 20 anos, solteira) que se encontra em apartamento de autonomia e, portanto, mantém o vínculo institucional, não podendo ser contabilizada para o tópico em causa. Dos entrevistados que referem o estabelecimento de contacto com a instituição destacam-se a entrevistada 5 (sexo feminino, 20 anos, solteira) que quebrou recentemente o vínculo com a instituição e recorre esporadicamente para o apoio no preenchimento de documentação; o entrevistado 9 (sexo masculino, 28 anos, em união de facto) tendo mantido até há relativamente pouco tempo relação com a instituição enquanto monitor e dinamizador; e o entrevistado 10 (sexo masculino, 29 anos, solteiro) que continua a estabelecer relações afetivas com os profissionais da instituição.

A não manutenção de contacto com a instituição e com aqueles que, durante um período importante do desenvolvimento das crianças e jovens, foram as figuras mais presentes pode gerar sentimentos de desamparo e até de um certo abandono. Veja-se a situação seguinte:

“Não. A partir do momento em que eu saí da instituição nunca mais falei com ninguém. E mesmo com a dra. [nome da técnica 1] estive muito tempo sem falar com ela. Não porque ela não quisesse, mas porque não tínhamos contacto por aí. Agora, a dra. [nome da técnica] nunca mais me ligou, nunca mais ninguém me ligou depois de eu sair do colégio. E eu sou sincera, fiquei um bocado magoada com isso, porque a dra. [nome da técnica 2] sabia que eu estava ali completamente contrariada.” (Ent.6, sexo feminino, 25 anos, em união de facto)

Talvez a mágoa sentida pelo retorno à família de origem tivesse sido dissipada, caso contasse com o apoio dos profissionais da instituição. Note-se que a quebra das relações com as figuras de referência da instituição é relevante, uma vez que estes adultos foram o centro das relações de vinculação estabelecidas. A criação de relações de afeto e de proximidade com os elementos adultos e a identificação dos mesmos como elementos de proteção é algo pelo qual a criança irá procurar durante o período de institucionalização

(Strecht, 2002). A quebra destas relações fará com que os jovens passem novamente pela perda, como aconteceu com as famílias de origem. Percebe-se que esta relação, eventualmente, poderá vir a terminar, ou pelo contrário, prolongar-se ao longo do tempo. Caso se verifique a primeira opção, a articulação com novas figuras de apoio para o jovem adulto será vantajosa, uma vez que poderá ser orientado nas dimensões da sua vida diária em que se encontre mais perdido e desorientado. Mais uma vez aqui se poderá dizer, que estas figuras de apoio podem ser encontradas junto das entidades de primeira linha de intervenção social, como já foram anteriormente aqui faladas. Encontra-se contemplada na LPCJP, no nº 3 do artigo 63º, que “aquando da cessação da medida aplicada, a comissão de proteção ou o tribunal efetuam as comunicações eventualmente necessárias junto das entidades referidas no artigo 7.º, tendo em vista o acompanhamento da criança, jovem e sua família, pelo período que se julgue adequado”, evitando assim a eventual desproteção do jovem (quando se verifica a sua residência isolada) ou a eventual necessidade de acompanhamento da família, caso considerem ajustado.

Para aqueles que mantiveram contacto, a proximidade com a instituição foi importante quer enquanto retaguarda nos momentos mais difíceis, quer por permitir um reforço da confiança nos outros e até em si próprio. Encontrar nos outros a disponibilidade para apoiar em situações mais complexas, ou até mesmo para a partilha dos bons momentos é fundamental:

“O Sr. [nome do funcionário] sempre nos disse que se tivéssemos alguma questão ou assim que nos ajudaria (...) Fazia parte da minha vida, eu expliquei-lhes a situação, foram super disponíveis comigo. Fizeram a coisa à maneira de dar e sempre me ajudaram nesse sentido. [fala de uma situação em que ajudaram o irmão].” (Ent.9, sexo masculino, 28 anos, em união de facto)

A existência de disponibilidade por parte dos profissionais é fundamental para contrariar o sentido de “abandono”. Por muito competente que seja o trabalho realizado pelos profissionais na instituição, todo o ser humano sente necessidade de recorrer, em dada altura do seu percurso de vida a terceiros. A natureza social do ser humano obriga a conviver diariamente com os seus semelhantes e essas interações colocam diversos desafios. A possibilidade de recurso às nossas redes relacionais, sejam elas institucionais ou não, é fundamental para o sentimento de segurança e proteção.

Pela natureza dos seus percursos de vida, muitos dos jovens que se encontraram institucionalizados não encontram nos seus familiares o apoio necessário para a partilha

dos seus sentimentos de incerteza, insegurança ou até mesmo de momentos de felicidade. Neste sentido, precisam de ter laços sociais alternativos/substitutos que possam ser colocados no lugar das famílias.

“Foi por ter uma relação com eles. Como disse há pouco sou muito nariz empinado. Sou muito dono de mim próprio basicamente, mas é mesmo por gostar das pessoas. Não é por mais nada [necessidade de apoio].” (Ent.10, sexo masculino, 29 anos, solteiro)

Destaca-se, do excerto anterior, a importância da manutenção de relações de proximidade baseadas no afeto com os profissionais. Alguns dos jovens entrevistados consideram a instituição onde estiveram integrados como a sua família, fazendo com que esses laços se prolonguem no tempo.

Assim, compreende-se que as relações que mais perduram após a saída das casas de acolhimentos se tratam das relações entre os jovens institucionalizados, sendo que a família a que muitos se referem, para além dos profissionais, são os jovens que vivenciaram as mesmas experiências, os mesmos desafios e as mesmas alegrias.

3.3.5. Contactos com os serviços de Ação Social após saída da instituição

Esta questão – contacto com serviços de ação social – surgiu da necessidade de compreender se, após a saída da instituição, os jovens recorreram a este tipo de serviços. Está-se aqui a considerar o atendimento técnico, realizado com um interventor social, com vista à avaliação de problemas, apresentados por quem a este recorre, e construção conjunta de soluções para os mesmos. Podem ocorrer no âmbito do acompanhamento disponibilizado pelo Instituto da Segurança Social ou pelos diferentes protocolos que abrangem este tipo de serviço na comunidade. Duas das entrevistadas tiveram contacto com os serviços de ação social, direcionado para a necessidade de apoio económico e necessidade de satisfação das necessidades básicas:

“A minha avó chegou a vir comigo aqui à Segurança Social para pedir uma coisa qualquer. Autonomia de vida ou lá o que é. Recebi uma vez um cheque e depois pirei-me. Disse “isto não é para mim”. Fiz as pazes com a minha mãe e voltei para casa. E foi basicamente isso. De resto nunca mais quis ter contacto...eu sempre trabalhei e sempre me esforcei para ter pouco ou muito, entendes? Eu sempre me esforcei para isso, e então era o que eu dizia... não quero estar a ter visitas controladas, estar a... entendes? Eu podia se calhar agora ser uma daquelas miúdas que vai buscar um

Rendimento Mínimo ou uma coisa assim do género. Porque eu trabalho, mas não faço descontos, entendes? Mas é o que eu digo... para quê? Percebes? Para quê? Eu estou-me a conseguir orientar. E no fundo é o teu orgulho. É tu dizeres assim: eu não preciso disto para nada. E não preciso.” (Ent.4, sexo feminino, 24 anos, em união de facto)

“E eu cheguei na altura, como estava também sem trabalho e assim, cheguei a ter apoios económicos, comida. Mandavam-me comida de vez em quando. Fiquei seguida na dra. porque mandaram para lá o meu processo e também no âmbito de uma me ajudar a candidatar ao IRHU¹³, a arranjar casa.” (Ent.6, sexo feminino, 25 anos, em união de facto))

O acompanhamento social exige uma relação de proximidade entre os dois ou mais intervenientes. Para que o mesmo se verifique de forma eficaz, pressupõe a realização de contactos permanentes, seja através de atendimentos presenciais, visitas domiciliárias ou atendimentos telefónicos. A duração do acompanhamento é variada, atendendo à especificidade do problema apresentado pelo indivíduo/família. O acompanhamento pode ocorrer num curto espaço de tempo ou estender-se por vários meses ou até anos.

A reaproximação à família foi a opção desejada pela jovem entrevistada n.º 4, suprimindo assim a carência económica que poderia estar a sentir. Mais, experienciou o acompanhamento social e verificou que não estava disponível a estabelecer novamente um contacto de grande proximidade com interventores sociais, optando pela retaguarda familiar. Verifica-se aqui que a jovem recusou o apoio social a que tinha direito após ter sido confrontada com o tipo de intervenção que seria realizada. Na linha da análise de Paugam (2003), acerca dos indivíduos que procuram apoio nos serviços de ação social, verificamos que a situação específica da entrevistada n.º 4 se assemelha em parte ao que o autor classifica como “fragilidade negociada”. Este tipo de beneficiários encara os apoios sociais como algo a que têm direito, recusando qualquer tipo de intervenção por parte dos técnicos que trabalham neste ramo. Não abandonam os seus objetivos futuros e encaram a fase em que encontram como passageira. A renúncia ao apoio social a que tinha direito poderá ser enquadrada nesta linha de avaliação.

No caso da entrevistada 6 verificamos que o acompanhamento disponibilizado se debruçou em colmatar as necessidades básicas da jovem, que se encontravam

¹³ IHRU: Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana. Trata-se de uma entidade que dispõe de habitações em regime de arrendamento apoiado, a baixo custo. Dispõe ainda de projetos para apoio ao arrendamento privado, entre outros.

insatisfeitas. O apoio de que precisou foi económico, alimentar e orientação para respostas de arrendamento apoiado. Este acompanhamento é necessário na medida em que muitas famílias não dispõem de poder económicos para satisfazer as suas necessidades. A precariedade económica pode surgir por diversos fatores e o apoio dos serviços de ação social pode ser crucial nestas situações. Até ao momento da realização da entrevista, verificou-se que o recurso aos serviços de ação social se manteve, encontrando-se a jovem ainda a ser apoiada no sentido de melhorar as suas condições de vida.

O entrevistado 10 também refere ter solicitado um apoio pontual, à semelhança da entrevistada 4:

“Sim, já recorri à Dra. [nome] porque sei que ela pertence à Segurança Social e foi mesmo só para tirar uma dúvida de como é que era para mudar de casa. E foi essa a situação basicamente. Independentemente de ser muito nariz empinado quando se chega a um ponto em que não se sabe como fazer as coisas pergunta-se. E foi aquilo que eu fiz. Como sei que ela está dentro disso perguntei-lhe. Volta e meia falo com ela.” (Ent.10, sexo masculino, 29 anos, solteiro)

Neste caso o jovem recorreu a uma profissional da instituição para esclarecer uma questão. Este contacto privilegiado fez com que não fosse necessário recorrer a um profissional que desconhecia, não obstante continua a tratar-se de uma interventora social, que, segundo o jovem, tem conhecimento de várias áreas de intervenção.

Aqui, podemos observar como a relação de proximidade é relevante durante todo o percurso dos jovens, na medida em que teve a possibilidade de recorrer a uma figura de referência da instituição. A quebra de relações de proximidade iria obrigar o jovem a recorrer aos serviços de ação social e apresentar-se perante um técnico que lhe seria desconhecido. Esta possibilidade de apoio não está disponível a todos os indivíduos, sendo que, por vezes, quem recorre aos serviços de ação social se vê forçado a contactar com diversos profissionais e é exposto à necessidade de partilhar a sua história de vida, de modo repetitivo e frequente. O recurso à técnica da instituição permite, assim, uma avaliação orientada, no sentido que conhece profundamente o jovem e detém um diagnóstico completo e uma visão geral da sua situação.

Para concluir este tópico, partilha-se que um dos jovens referiu não ter recorrido aos serviços de ação social, no entanto quem solicitou a sua colaboração para apoiar outros jovens institucionalizados foi a instituição onde se encontrou integrado:

“Não, pelo contrário, às vezes eles têm-me pedido muito o meu testemunho em encontros. Eu agora ajudo-os a ajudar os outros.” (Ent.9, sexo masculino, 28 anos, em união de facto)

Percebe-se que ao entrevistado n.º 9 foi proposta a possibilidade de este partilhar as suas experiências com outros jovens. A possibilidade de falar das suas vivências passadas em discurso direto e na presença de outros é uma forma enriquecedora de aprendizagem para os recetores das mesmas. Ao ouvirem determinados testemunhos, os jovens que se encontram em acolhimento residencial, podem interiorizar de outro modo os assuntos abordados. A aprendizagem através dos pares é importante e relevante, no sentido em que o discurso é mais próximo do seu próprio discurso e linguagem. Trata-se da transmissão de experiências reais, o que pode potenciar uma maior predisposição dos jovens para a participação e partilha das suas próprias vivências.

3.3.6. Sou economicamente independente e estável?

Gaulejac & Taboada-Léonetti (1994), apresentando as três dimensões da inserção social, denominam a inserção económica dos indivíduos como a capacidade de estes participarem na produção e no consumo na sociedade em que se encontram inseridos.

Este ponto é bastante importante, uma vez que reflete a situação económica em que os jovens se encontram. Esta é, sem dúvida, uma dimensão importante, já que a sua satisfação permite aos indivíduos a integração na vida em comunidade e por sua vez a aquisição de bens materiais que lhes permitam satisfazer as suas necessidades primárias e secundárias.

Como se observou anteriormente, todos os entrevistados estavam integrados no mercado de trabalho. Nesse sentido, a esmagadora maioria dos entrevistados diz estar estável economicamente, sendo que apenas três jovens aceitaram falar um pouco mais desenvolvidamente sobre a sua situação atual. Apenas uma entrevistada (a n.º 6) referiu encontrar-se em situação de precariedade habitacional, em casa de familiares e, daí, entender a sua situação como instável.

Tomemos agora o seguinte excerto:

“Com 22 tive apoio... o meu apoio foi o dinheiro que eu tinha junto. O meu namorado também tinha, e juntamo-nos e pronto. Demos os meses de adiantos para a renda. Nem fiadores tive, nunca tive ninguém para ficar como meu fiador, para teres uma noção. Não tive aquela coisa de “Olha vou-te dar a mão”. Porque a minha mãe também não

pode muito, percebes? E pronto, é complicado. E era o que eu dizia. Olha, orientei-me da melhor maneira, entendes? ”. (Ent.4, sexo feminino, 24 anos, em união de facto)

Apesar de a jovem partilhar ter retaguarda familiar e ter retornado à habitação da sua progenitora após sair da instituição, refere que a sua autonomização e posterior saída desse domicílio foi feita sem qualquer apoio adicional, para além do seu companheiro. A capacidade de poupança, e a consciência da sua importância, permitiram à entrevistada acumular recursos económicos fundamentais para o início da sua vida adulta e autónoma. Note-se que apesar de se verificar a existência de retaguarda a entrevistada não pôde contar com o apoio económico da família. No caso específico da jovem, podemos deduzir que a situação económica da sua progenitora poderia ser frágil, há data, ou simplesmente não atingir um patamar economicamente confortável para poder servir de amparo à sua filha. Esta situação é semelhante em muitas outras famílias que são diariamente afetadas pela pobreza e precariedade económica. Não obstante, através de economias e rendimentos de trabalho, a jovem em causa conseguiu autonomizar-se e atualmente considera-se economicamente estável e independente.

No contexto económico de cariz mais neoliberal em que o mundo se encontra atualmente, o alcance da estabilidade económica é um processo complexo, nada linear e marcado por muita incerteza, particularmente para os mais desfavorecidos. Essa avaliação também varia de indivíduo para indivíduo e dos objetivos de futuro que cada um apresenta. Vejamos o segundo exemplo:

“Estável financeiramente mais ou menos, porque ainda estou dependente da bolsa. Trabalho, mas é muito pouco, não chega ao ordenado mínimo, às vezes 200€ por mês, outras vezes nem isso. Mas tendo em conta que a bolsa é o máximo sobra-me sempre (...) dá para pagar a casa (...) Para já vai dando. (...) Primeiro tenho que acabar a faculdade e depois então aí é que posso dizer que posso ficar autónoma.” (Ent.5, sexo feminino, 20 anos, solteira)

A composição do agregado familiar, a existência ou ausência do apoio institucional e as mudanças constantes no dia a dia dos indivíduos integrados nas sociedades atuais, fazem com que a avaliação da sua condição económica seja também bastante distinta, resultando da consideração de diferentes critérios. No caso da entrevistada 5 esta considera-se de momento numa posição de transição. Isto acontece porque ainda se encontra a beneficiar de um apoio do estado, no caso associado à

educação e à sua situação de trabalhadora-estudante. O planeamento de objetivos é importante e a aquisição de competências escolares é algo que a jovem considera vantajoso e necessário para num futuro próximo poder avaliar se se encontra ou não efetivamente estável financeiramente.

Na atualidade a transição para a vida adulta observa-se mais complexa e com contornos menos lineares. Se no passado a transição para a vida adulta era marcada pela obtenção de um posto de trabalho e constituição de família própria, os jovens hoje enfrentam percursos menos lineares: formação prolongada, integração no mercado de trabalho, saída de casa dos pais, desemprego, retorno à casa dos pais, nova integração no mercado de trabalho, constituição mais tardia de família, etc. (Andrade, 2010). O incentivo à melhoria das qualificações e o acesso à formação superior, é tido em conta no caso da jovens entrevistada, percebendo-se que a própria refere esta dimensão da sua vida como algo que se encontra a decorrer e que influenciará a sua autonomia futura, sendo que apenas com o seu término poderá trabalhar na sua efetiva autonomização.

Note-se que a consciência da, cada vez mais, tardia autonomização dos jovens é tida em conta pelos sistemas de proteção de crianças e jovens, sendo que o alargamento do período de acompanhamento até aos 25 anos, caso seja pretendido ou considerado necessário, contempla estas alterações na sociedade.

Por último o entrevistado 9 partilha connosco o seguinte:

“Economicamente... no país em que estamos [risos]..., mas estou bem, dentro dos possíveis. Tenho a minha namorada, já vivemos juntos há 2 anos, namoramos pra lá há 4 anos, conhecia nos Açores e viemos para cá viver desde que fiquei aqui colocado. E pronto, estamos os dois a trabalhar, juntámos-mos um ao outro quando um precisa ou quando outro precisa. Sou dependente se calhar é dela e ela de mim.” (Ent.9, sexo masculino, 28 anos, em união de facto)

As crescentes dificuldades de acesso ao mercado de trabalho, seja pela precarização dos empregos, seja pelas exigências em matéria de qualificações, seja pela instabilidade dos mercados que gera ciclos de aumento do desemprego tornam mais difícil os processos de autonomização dos jovens que passaram por percursos de institucionalização e que não podem contar com o apoio familiar. Apesar das dificuldades, de um modo geral os entrevistados consideram-se numa situação de equilíbrio económico seja este proporcionado por rendimentos próprios, frutos da integração no mercado de trabalho, ou de apoios estatais pontuais.

3.3.7. Conselhos aos profissionais

Avaliadas as dimensões associadas ao período de integração na instituição e após saída, rumo à situação atual dos jovens, considerou-se pertinente colocar a seguinte questão: *que sugestões faria de modo a que o período de acolhimento residencial fosse de acordo com as necessidades dos jovens e as suas expectativas enquanto elementos integrantes de uma instituição?*

Procurou-se, deste modo, recolher contributos de melhoria dos modos de fazer nas instituições, partindo da experiência daqueles que nela viveram. As sugestões foram várias e vão desde a personalização da intervenção até ao ajuste das respostas sociais aos diferentes tipos de problemáticas apresentadas e motivos de encaminhamento para a institucionalização das crianças e jovens. Saliente-se que as experiências vivenciadas pelos entrevistados condicionaram as respostas dadas.

Há entrevistados que destacam a importância da existência de normas e regras, mas que, na sua perspetiva, devem ser estáveis e assumidas por todos os profissionais (a coerência entre profissionais é fundamental para que haja interiorização das regras). Esta estabilidade e trabalho no sentido da necessidade de cumprimento das normas é fundamental para o próprio processo de autonomização: aprender a conquistar aquilo que se deseja e não a tê-lo sem esforço; ser responsável pelas ações e pelas escolhas.

“Fazerem aquilo que faziam antigamente. Não mudarem os hábitos e as rotinas. Deixarem que os jovens conquistem as suas coisas. Acho que neste momento os jovens não estão a ser incentivados a atingirem as metas. Serem elas a conquistar o seu espaço.” (Ent.1, sexo feminino, 20 anos, solteira)

A segunda sugestão é a realização de um trabalho personalizado e orientado para a individualidade de cada jovem:

“Dar mais ajudas, dar mais atenção aos jovens, tentar dar todo o apoio necessário. Perceber se eles realmente têm alguma necessidade, porque nós às vezes não dizemos que temos e depois acabamos sempre por ter. Acho que devia de ser mais personalizado.” (Ent.2, sexo feminino, 27 anos, solteira)

“Deve realmente ver cada caso como um caso e não de uma forma geral. Eu acho que existe muito a globalização dos miúdos. E não deve ser assim. (...) E verem cada pessoa como uma pessoa.” (Ent.4, sexo feminino, 24 anos, em união de facto)

“Deixe que sejam eles a abrirem-se consigo. Se calhar você abre-se primeiro com eles e depois deixa que sejam eles. Nunca tente forçar nada com eles, porque são jovens revoltados. Há aqueles que vão para lá “não gosto de ti, não te quero ver à frente”. Têm que sentir que os técnicos estão ali para eles. E é importante ter essa força, às vezes não é fácil. Não é nada fácil a pessoa dar a sua parte mais íntima aos jovens.” (Ent.9, sexo masculino, 28 anos, em união de facto)

“Bastante diálogo, para tentar perceber como é que... eu falo por mim, o diálogo com rapazes ou com raparigas que estão numa instituição é fundamental porque uma pessoa estar isolada dos familiares e estar ali num sítio, como se chama “uma prisão”, que não é, o diálogo é bastante importante. Tentar perceber como é que vai a cabeça dos miúdos.” (Ent.10, sexo masculino, 29 anos, solteiro)

A personalização do trabalho é uma das recomendações expressas no Manual de Boas Práticas (2005), pelo que se espera que todos os profissionais se orientem desta forma. Verificou-se que os jovens valorizavam a capacidade de diálogo dos profissionais, bem como a capacidade de os auscultar e compreender as suas reais necessidades. Estes jovens consideram que é importante os profissionais conhecerem e ouvirem os jovens com quem trabalham, de modo a adotarem práticas que vão ao encontro das necessidades e expectativas dos mesmos.

Outra sugestão vai no sentido de uma melhor clarificação das diferenças entre a vida institucional e a vida fora da instituição, nomeadamente através da possibilidade de experimentação. Esta questão surge associada ao trabalho de desenvolvimento de competências para a vida, nomeadamente no campo da gestão da vida doméstica, mas não apenas neste domínio:

“Que dessem mais liberdade e autonomia, que é o que eles precisam. Eles precisam de ser responsáveis, precisam de ter autonomia, e precisam que alguém os ajude nisso. E que os façam ver que ali é uma coisa, mas que cá fora é outra coisa.” (Ent.3, sexo feminino, 29 anos, solteira)

Outro conselho dado aos profissionais incide nas diversas problemáticas que levam as crianças/jovens a integrarem a instituição e o modo que as mesmas afetam os diferentes residentes:

“Primeiro a diferenciação de casos (...) tu não podes meter um caso de uma miúda violada com o caso de uma miúda que não vai à escola. Não faz sentido, entendes?”

Não faz sentido. E as convivências podem até prejudicar, entendes? E lá está, é como eu te disse, a nível de trauma é complicado.” (Ent.4, sexo feminino, 24 anos, em união de facto)

Durante o período de permanência na instituição as crianças e jovens vivenciam momentos semelhantes aos que podem ocorrer no quadro do seio familiar: contactam entre si, partilham o dia a dia, dispõem de momentos de lazer, partilham problemas, alegrias, falam das suas ambições, entre outros aspetos. Mas, sendo jovens com percursos de vida mais ou menos traumáticos, a complexidade das situações familiares e as histórias de vida podem implicar momentos dolorosos de partilha e de confronto com a realidade (a própria e a dos outros). O conhecimento das diferentes problemáticas pode dar origem a situações traumáticas, passando os pares a tomar conhecimentos das situações de agonia de que são alvos os elementos que integram a mesma resposta. São assim confrontados com realidades cruéis que desconheciam. A entrevistada 4 foi alvo desta confrontação, vendo-se exposta a estes sentimentos de dor perante as situações de perigo a que foram expostos os seus pares. Mas, por outro lado, esta confrontação pode desenvolver sentimentos de empatia e preocupação com o outro, tornando os jovens mais alerta e mais preocupados com os outros, com os seus sentimentos e com as suas histórias de vida marcadas pela dor. Neste sentido, agrupar as crianças por problemáticas poderia contribuir para as restringir a um contexto de dor e reforçar uma visão do mundo centrada numa única realidade (a sua). Esta sugestão acaba por pretender a promoção da proteção da inocência das crianças e a não exposição aos problemas mais complexos que outras são forçadas a experimentar.

A criação de relações de afeto e de proximidade foi destacada por outros dois entrevistados:

“Porque acho que cada vez mais, e que agora mais no fim ainda se notava mais isso, eles querem tornar aquilo em robots. Que não têm ligação.” (Ent.5, sexo feminino, 20 anos, solteira)

“Havia pessoas que me tratavam como se eu fosse deles, uma criança deles. (...) isso é muito importante, especialmente quando há crianças como eu, na altura, que só faziam porcaria.” (Ent.6, sexo feminino, 25 anos, em união de facto)

A criação de laços sociais entre os indivíduos e a construção de relações afetivas é fundamental para o bem-estar de qualquer ser humano. A criação de laços horizontais

(Gaulejac & Taboada-Léonetti, 1994) permite aos indivíduos identificarem-se com algo, terem um lugar de pertença na sociedade que integram. A ausência destes sentimentos de pertença pode fazer com que o indivíduo se sinta perdido e fragilizado. Na ausência destes laços, a retaguarda e relações de confiança são inexistentes.

A existência de relações de afeto e de proximidade, e o sentimento de pertença vivenciado dentro da instituição, permitem que as crianças e jovens vivenciem sentimentos de proteção semelhantes aos que deveriam fazer-se sentir numa família. A ausência da construção destes sentimentos e o não investimento nas relações de proximidade com as crianças e jovens que se encontram na instituição, farão com que o seu percurso de acolhimento seja mais penoso. A qualidade da vinculação das crianças e jovens aos seus elementos adultos de referência permitirá que estas consigam superar mais facilmente esta fase da sua vida.

Numa visão mais crítica ao trabalho dos profissionais, o entrevistado 8 refere que o conselho que tem para os profissionais é o seguinte:

“Para fazerem o trabalho deles e não andarem a descascar batatas na cozinha. Podiam fazer tanta coisa, eles é que não fazem nada. Não gostam de trabalhar. Eles estão lá é para ganhar dinheiro. Euros, eles gostam é de euros. Dos euros eles gostam, de resto... ”. (Ent.8, sexo masculino, 26 anos, solteiro)

O entrevistado revela não acreditar no trabalho realizado pelos profissionais. Na realidade, o entrevistado demonstra ter tido pouco contacto com os técnicos e esta ausência de proximidade acaba por não lhe permitir ter uma ideia clara do que é o papel dos mesmos.

Melhorar o processo de integração das crianças e jovens nas instituições após retirada à família também foi alvo de sugestão. Sugere-se a alteração de procedimentos àqueles que estabelecem uma ponte entre a saída da família de origem e a integração na instituição:

“Sim, não aos técnicos da instituição, mas sim aos técnicos que vão levar os miúdos para as instituições. (...) Eu acho que essas técnicas deviam de se sentar com as crianças e explicar o porquê. Não deixar as crianças ir para um colégio e deixar que sejam os próprios a descobrir o motivo de terem ido para lá.” (Ent.7, sexo feminino, 21 anos, em união de facto)

O desconhecimento da situação em que se encontravam, do lugar para onde iriam viver temporariamente ou de um modo mais permanente, é o foco da jovem. Solicita que os profissionais prestem um apoio de maior acompanhamento na fase de integração das crianças e jovens e que sejam munidos de frontalidade no momento da integração. As crianças e jovens que são forçadas a abandonar as suas famílias e a integrarem casas de acolhimento deparam-se, com frequência, com sentimentos de culpa e de perda, sentindo-se desamparados e sem orientação (Strecht, 2002). A partilha dos motivos da integração e um tratamento transparente, ajustado à compreensão das crianças e no momento adequado, permitiriam que as crianças se libertassem de pensamentos irrealistas, que não vão ao encontro do motivo de institucionalização e que se afiguram perturbadores do seu bem-estar na fase de transição e adaptação à instituição.

Por último, apresenta-se a visão da entrevistada 4. Salienta que seria importante um trabalho mais cuidado no que se refere à alimentação:

“E depois lá está, a gestão de recursos se calhar também era algo a pensar (...) no primeiro principalmente, tu tens aquelas doações de alimentos e por aí, e marca-te um bocadinho tu veres, por exemplo, (...) a comerem muitas coisas boas, muitas marcas boas (porque um miúdo sabe o que é isso) e tu estás a comer pão congelado ou iogurtes quase a passar do prazo, entendes?”. (Ent.4, sexo feminino, 24 anos, em união de facto)

A jovem realça a necessidade de as instituições de acolhimento terem determinados padrões de referência no que toca à alimentação proporcionada aos jovens e realça a discrepância observada entre o que seria fornecido aos diferentes elementos que efetuavam refeições na instituição, contrastando o que era fornecido aos profissionais com o que era disponibilizado às crianças e jovens. A necessidade de pertença social por via do consumo é observada, uma vez que pela alimentação disponibilizada a jovem conseguia observar que diferentes tipos de alimentos eram disponibilizados, recorrendo a critérios de distribuição. Ora, a ausência de acesso a bens de consumo socialmente valorizados faz com que os jovens se sintam excluídos (Gaulejac & Taboada-Léonetti, 1994). A institucionalização já altera o seu estatuto para o de jovens acolhidos e, ao não terem acesso aos mesmos bens de consumo que outros jovens não institucionalizados têm, veem reforçado o seu sentimento de inferioridade. Se a rede de contacto que têm, no meio institucional, promove a sua desvalorização, a exclusão será não apenas económica, já que são desprovidos de capital para obter os bens desejados, mas também simbólica, pois

constroem de si uma imagem negativa, de fracasso e de inferioridade (Gaulejac & Taboada-Léonetti, 1994).

Conclusão

Os processos de retirada à família, integração no acolhimento residencial e posterior saída da instituição, são eventos marcantes na vida de qualquer criança ou jovem. O acompanhamento disponibilizado pelas equipas de trabalho de uma casa de acolhimento é fundamental para a construção de jovens adultos independentes e autónomos. Assim, propôs-se, neste trabalho, compreender os processos vivenciados por jovens que estiveram institucionalizados na sequência da sua retirada à família, sendo estes os protagonistas da transmissão dessas vivências. Tratou-se de um estudo que pretendeu analisar, em profundidade e amplitude, as perspetivas individuais de cada entrevistado.

O trabalho realizado constitui, em nosso entender, um contributo importante para o melhor conhecimento dos percursos de vida dos jovens que passaram por lares de infância e juventude, permitindo identificar, na perspetiva daqueles que aí vivem, os pontos fortes e fracos do funcionamento institucional e, nesse sentido, identificar algumas sugestões de melhoria. Para além disso, o trabalho pretendeu identificar as principais dificuldades encontradas por estes jovens após a saída da instituição. Ao contrário dos jovens de outros meios sociais, que, geralmente, podem contar com o apoio da família nos processos de transição para a vida adulta, estes jovens vêm-se confrontados com um mundo relativamente desconhecido após a saída da instituição e com poucos apoios. Mesmo retornando ao meio familiar poderão deparar-se com situações de fragilidade, sendo fundamental o trabalho desempenhado pelos profissionais no meio institucional, para que os jovens consigam lidar com as dificuldades com que se possam vir a deparar. A integração do acolhimento residencial é, para muitos, uma viragem no rumo das suas vidas, contribuindo para o fortalecimento das suas capacidades pessoais e para os dotar de ferramentas essenciais para a vida adulta e autónoma.

Apesar dos contributos, esta dissertação tem limitações, nomeadamente o tamanho reduzido da amostra, a sua feminização e concentração numa área geográfica particular. Aprofundar este conhecimento alargando o trabalho a mais jovens, de áreas geográficas mais diversas e mais equitativo do ponto de vista do género seria importante. Para além disso, o trabalho incide apenas sob um ponto de vista – o dos jovens acolhidos. Seria interessante cruzar perspetivas, incluindo a visão dos profissionais.

Relativamente aos objetivos *“compreender de que forma, no contexto institucional, os jovens foram orientados para a vida adulta após a saída da instituição”*

e “*perceber de que modo foram trabalhadas competências básicas durante o período de institucionalização*”, concluímos que globalmente as instituições, ainda que com intensidades diferentes, procuraram dinamizar atividades promotoras da aprendizagem de competências para a vida. O trabalho realizado permitiu concluir que, durante o tempo de vivência na instituição, os dez entrevistados foram incentivados à realização de tarefas que pretendiam a transmissão de conhecimentos. Esta exposição foi variável, sendo que se pôde observar o acompanhamento orientado para a aquisição de competências pessoais e sociais. A complexidade da transmissão dos conhecimentos variou, na medida em que se verifica que todas as instituições priorizavam a aquisição de conhecimentos associados à gestão da vida doméstica, (sobretudo a arrumação do espaço pessoal). Destaca-se, ainda, a realização de dinâmicas com vista à aprendizagem de competências pessoais e sociais, associadas às emoções, contacto com terceiros, aquisição de comportamentos responsáveis, gestão de conflitos, entre outros. Os jovens expostos a estas práticas apreciaram-nas de forma positiva, e consideraram que contribuíram para a aprendizagem e reflexão crítica acerca do mundo em que estão inseridos.

A importância das aprendizagens relacionadas com a aquisição e desenvolvimento de competências contrastam com aqueles que se viram privados das mesmas, sentindo-se numa posição de desvantagem que torna mais penosa a aprendizagem no contexto externo à instituição.

No que diz respeito ao objetivo “*avaliar as repercussões do acolhimento residencial no jovem acolhido, particularmente no que toca ao estabelecimento de relações afetivas no seio institucional*”, constatou-se que a criação de relações afetivas no seio institucional é referida como relevante, sendo o contacto com os profissionais importante para a adaptação à instituição. Estes adultos são vistos, de um modo geral, como figuras relevantes para a socialização. A aproximação aos pares é também relevante, sendo que as relações perduram após a saída da instituição. Alguns dos jovens entrevistados consideram que a instituição, composta por todos os elementos que a integram, é uma segunda família, e é observada com carinho e como elemento (r)estruturador do quotidiano.

Constatou-se que as relações estabelecidas entre os jovens e os seus progenitores, ou representantes legais, foram trabalhadas ao longo dos anos de institucionalização de forma distinta, marcadas por contactos telefónicos e visitas, sendo poucos os casos de ida aos domicílios de origem. Na perspetiva dos jovens, verificou-se que o contacto estabelecido entre os seus progenitores e a equipa técnica da instituição não teve na sua

base o objetivo de trabalhar a possibilidade do retorno saudável ao domicílio. Os contactos eram feitos apenas com o fim de agendar visitas ou informar os pais do dia a dia dos jovens, não tendo sido feita qualquer menção ao trabalho destinado à criação de competências e à melhoria das condições do domicílio, nos contactos realizados com os adultos e as respetivas instituições. Nesse sentido, e relativamente ao objetivo “*analisar a relação existente entre os jovens e os seus progenitores, e perceber de que forma a mesma foi parte integrante do seu processo de autonomização*”, pode concluir-se que as relações não tomaram, de um modo geral, um papel relevante no processo de autonomização. Os contactos estabelecidos eram motivados por outras dinâmicas que não a transmissão de conhecimentos e o papel dos progenitores e representantes legais foi, na perspetiva dos jovens, bastante limitado ou inexistente, afigurando-se apenas relevantes, em casos específicos, fora da instituição.

O trabalho visava igualmente “*compreender a visão dos jovens quanto ao papel do assistente social no processo de acolhimento*”. Mais particularmente, procurou-se compreender qual a visão dos jovens relativamente ao papel do Assistente Social na instituição. Verificou-se que o Assistente Social é visto pelos jovens como uma figura distante e pouco definida em termos de funções. Não existe uma ideia clara do papel do Assistente Social, sendo este confundido com outros profissionais que trabalham na instituição. Quando identificado, os jovens associam-no a funções orientadas para articulação com outras entidades, nomeadamente através da realização constante de relatórios e informações acerca das crianças e jovens inserido na instituição, contacto com os jovens, planeamento de atividades, diligências associadas à família (visitas ao domicílio) e atividades em prol da instituição. É pertinente a avaliação desta dimensão, uma vez que se trata de uma profissão com variadas funções e responsabilidades que, aliada à existência de sobrecarga e de um elevado volume de trabalho, poderá condicionar a possibilidade de interação com a população alvo da resposta social.

No que concerne o objetivo “*conhecer o modo como foram elaborados projetos de vida para cada jovem durante o período em que se encontraram institucionalizados e em que medida estes foram, ou não, ao encontro das motivações e expectativas do jovem*”, concluiu-se que os mesmos ficaram aquém das expectativas. Ficou claro que os jovens apenas compreendem vagamente o que é o projeto de vida. Alguns indicaram ter participado na elaboração do projeto de vida, outros sabiam da sua existência, mas sem qualquer envolvimento seu na construção do mesmo e outros desconheciam por completo a sua existência. A ausência da realização de projetos de vida com alguns jovens, fez com

que as suas saídas das instituições fossem abruptas e ausentes de sentido. Os rumos tomados pelos jovens não foram ao encontro das suas expectativas, e depararam-se com dificuldades no exterior. No caso daqueles com quem foi realizado o projeto de vida, este é observado como um passo fundamental na orientação do dia a dia e realização de objetivos pré-definidos que vão ao encontro das suas aspirações. Não foi possível apurar se os projetos de vida se encontram a ser realizados no momento, no caso dos jovens que beneficiaram desse acompanhamento. Não obstante, compreende-se que a grande generalidade dos jovens apresenta planos para o futuro e são capazes de partilhar quais as suas aspirações e desejos, assim como estipular e esquematizar de forma clara o que pretendem realizar num futuro próximo.

O trabalho realizado nos Lares de Infância e Juventude vê-se assim fundamental para que sejam formados jovens adultos capazes de estruturar uma vida segura, sendo a transmissão de competências a base fundamental para o sucesso dos mesmos. Contudo, percebeu-se que a saída da instituição acarreta receios e expectativas com os quais os jovens têm de lidar. Assim, e no que toca ao objetivo *“analisar os receios sentidos pelos jovens no que toca à saída do mundo institucional, e de que forma os mesmos conseguiram encontrar um suporte institucional (ou outro tipo de suporte) para os ultrapassar”*, conclui-se que a precariedade económica e a confrontação com situações de solidão foram os aspetos mais apresentados pelos jovens que, de resto, tinham consciência das dificuldades com que se poderiam deparar na vida autónoma. Verificou-se que metade dos entrevistados (r)integraram um meio familiar, tendo sido este o suporte para a gestão da vida quotidiana, sendo que alguns dos jovens que se viram desprovidos desse acompanhamento encontraram alguma retaguarda em profissionais das instituições. Contudo, notou-se que alguns jovens sentiram a ausência do acompanhamento por parte dos profissionais da instituição e um corte abrupto no acompanhamento.

A existência de implicações positivas e negativas na vida dos jovens fruto da sua integração no acolhimento residencial é algo que se pôde verificar, sendo também este fator influenciado pelas instituições e profissionais com quem os jovens contactaram. As experiências positivas foram marcadas pela aposta no crescimento, desenvolvimento pessoal, proteção e enriquecimento psicossocial dos jovens, com incidência na melhoria das suas condições de vida, aquisição de competências, sentimento de pertença e de estabilidade emocional, assim como acesso a educação e aquisição de conhecimentos. Contudo, tomou-se conhecimento que aspetos negativos também são tidos em consideração, como a exposição a realidades traumáticas, ausência de transmissão de

conhecimentos suficientes e investimento em competências pessoais (contrastando diretamente com alguns pontos positivos apresentados) e a necessidade de adaptação ao meio institucional, que por mais acolhedor que possa ser, engloba procedimentos rotineiros e pré-estabelecidos, a serem cumpridos para a garantia do bom funcionamento institucional.

Pode concluir-se que o alcance positivo dos processos de autonomia está diretamente relacionado com o investimento realizado pelos profissionais na transmissão de competências às crianças e jovens. Este procedimento será mais ou menos bem-sucedido quanto maior for o envolvimento do jovem no planeamento do seu futuro, estabelecendo um projeto de vida que vá ao encontro das suas aspirações e quanto melhor for a sua compreensão da situação em que se encontra. Por outro lado, verifica-se que o investimento em relações de proximidade por parte dos profissionais e a permanente capacidade de auscultar e dialogar com os jovens, é também fundamental para o sucesso da medida. Em jeito de conclusão, é importante ainda contemplar, no processo de saída, a existência de uma ponte segura com o exterior, de modo a que o jovem não se sinta desamparado e à mercê de si mesmo quando se deparar com as mudanças do seu dia a dia que se poderão adivinhar bastante distantes da, até então, sua normalidade.

Bibliografia

- (APSS), A. d. (2018). *Código Deontológico dos Assistentes Sociais em Portugal*. Lisboa: APSS.
- Abrantes, P. (2011). Para uma teoria da socialização. *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da universidade do Porto*, XXI, pp. 121-139.
- Abrantes, P. (2016). Socialização, Onde a sociologia e as neurociências se encontram. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 82, pp. 11-25.
- Alves, S. N. (2007). *Filhos da Madrugada - Percursos adolescentes em Lares de Infância e Juventude*. Mem Martins: Gráfica Europam, Lda.
- Andrade, C. (2010). Transição para a idade adulta: Das condições sociais às implicações psicológicas. *Análise Psicológica*, 2(XXVIII), pp. 255-267.
- Assembleia da República. (1 de setembro de 1999). Lei n.º 147/99 - Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo.
- Assembleia Geral das Nações Unidas. (20 de novembro de 1959). Declaração dos Direitos da Criança. (1386).
- Bandura, A. (1979). *Modificação do comportamento*. Rio de Janeiro: Interamericana Lda.
- Barbosa, P. V., & Wagner, A. (outubro/dezembro de 2013). A autonomia na adolescência: Revisando conceitos, modelos e variáveis. *Estudos de Psicologia*, 38(3), pp. 639-648.
- Bataller, J. C., Codina, J. M., & Coll, J. P. (1991). *La Insercion Social Y Profesional de Los Jovenes*. Madrid: Centro de Publicatciones del Ministerio de Educación y Ciencia.
- Berger, P. L., & Luckmann, T. (1996). *A Construção Social da Realidade*. Petrópolis: Vozes.
- Canhão, A. M. (2007). Modelo Ecológico de Avaliação e Intervenção nas Situações de Risco e de Perigo Para a Infância. *Pretextos - Revista do Instituto da Segurança Social, I.P.*, 28, pp. 10-12.
- Cansado, T. (02 de 2008). Institucionalização de crianças e jovens em Portugal Continental: O caso das Instituições Particulares de Solidariedade Social. e-cadernos CES [Online]. Obtido em 15 de 04 de 2020, de <https://www.ces.uc.pt/e-cadernos/media/documentos/ecadernos2/Teresa%20Cansado.pdf>
- Capucha, L. (2005). *Desafios da Pobreza*. Oeiras: Celta Editora.

- Carmo, H., Esgaio, A., & Pinto, C. (2014). *Intervenção Social com Grupos*. Lisboa: Instituto Superior de Ciência Sociais e Políticas.
- Carneiro, M. d. (1997). *Crianças de Risco*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- CNPDP CJ, C. N. (2019). *Relatório Anual de Avaliação da Atividade das CPCJ 2018*. Lisboa: CNPDPCJ.
- Dias, I., Gomes, A. R., Peixoto, A., Marques, B., & Ramalho, V. (2012). Treino de competências de vida: Conceptualização, intervenção e investigação. *II Seminário Internacional "Contributos da Psicologia em Contextos Educativos"*, pp. 35-45.
- Dubar, C. (2006). *A Crise das Identidades: a interpretação de uma mutação*. Porto: Edições Afrontamento.
- Erikson, E. H. (1968). *Identity, Youth and Crisis*. New York: W. W. Norton & Company, Inc.
- Estatística, I. N. (2 de março de 2019). Obtido de Instituto Nacional de Estatística: https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&userLoadSave=Load&userTableOrder=10771&tipoSelecao=0&contexto=pq&selTab=tab1&submitLoad=true
- Fortin, M.-F. (2003). *O processo de Investigação da concepção à realização*. Loures: Lusociência - Edições Técnicas e Científicas, Lda.
- Freire, P. (1987). *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Gaulejac, V., & Taboada-Léonetti, I. (1994). *La lutte des places. Insertion et désinsertion*. Paris: EPI, Hommes et Perspectives (traduzido e adaptado).
- Goffman, E. (1961). *Manicômios Prisões e Conventos*. São Paulo - Brasil: Editora Perspectiva S.A.
- Goffman, E. (1988). *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara.
- Granja, B. P. (2008). *Assistente Social - Identidade e Saber*. Dissertação de doutoramento em Ciências do Serviço Social , Porto.
- Grupo de Coordenação do Plano de Auditoria Social CID - Crianças, I. e.-C. (2005). *Manual de Boas Práticas*. Barcelos: CEM - Artes Gráficas.
- Kellerhals, J., Troutot, P.-Y., & Lazega, E. (1984). *Microsociologia da Família*. Mem Martins: Publicações Europa-América.
- Maslow, A. H. (1954). *Motivation and Personality*. Harper & Row, Publishers, Inc.
- Mead, M. (1928). *Coming of Age in Samoa*. New York: William Morrow & Company.

- Miles, A. (1982). *O Doente Mental na Sociedade Contemporânea*. Brasil: Zahar Editores.
- Moreira, C. D. (1994). *Planeamento e Estratégias da Investigação Social*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Mota, C. P., & Rocha, M. (2012). Adolescência e Jovem Adultícia: Crescimento Pessoal, Separação-Individuação e o Jogo das Relações. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 28(3), pp. 357-366.
- Papalia, D. E., & Olds, S. W. (1981). *O Mundo da Criança*. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, Ltda.
- Paugam, S. (2003). *A Desqualificação Social*. Porto: Porto Editora.
- Pinto, J. M., & Pereira, V. B. (2007). *Pierre Bourdieu, A teoria da prática e a construção da sociologia em Portugal*. Porto: Edições Afrontamento.
- Reichert, C. B., & Wagner, A. (set/dez de 2007). Autonomia na adolescência e sua relação. *PSICO*, 38(3), pp. 292-299.
- Rodrigues, E. V. (2010). *Escassos Caminhos - Os Processos de Imobilização Social dos Beneficiários do Rendimento Social de Inserção*. Porto: Edições Afrontamento.
- Shirley, A. O. (2015). Intervenção com Crianças e suas Famílias: Qual a Melhor Estratégia? Em M. I. Carvalho, *Serviço Social com Famílias* (pp. 25-42). Lisboa: Pactor.
- Soares, I. (2009). *Relações de Vinculação ao Longo do Desenvolvimento: Teoria e Avaliação*. Braga: Psiquilíbrios.
- Sousa, L. (2005). *Famílias Multiproblemáticas*. Coimbra: Quarteto.
- Strecht, P. (2002). *Crescer Vazio - Repercussões psíquicas do abandono, negligência e maus tratos em crianças e adolescentes*. Lisboa: Assírio & Alvim.
- Vilarica, P., & Prata, A. T. (2017). Impacto da Institucionalização em Crianças e Jovens. Em F. Xarepe, I. F. Costa, & M. R. Morgado, *O Risco e o Perigo na Criança e na Família* (pp. 245-258). Lisboa: Pactor.
- Vinuto, J. (2014). A Amostragem em Bola de Neve na Pesquisa Qualitativa: um Debate em Aberto. *Temáticas*, 22(44), pp. 201-218.

ANEXOS

Anexo 1. Guião de entrevista semiestruturada

GUIÃO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

- JOVENS -

I. Caracterização geral do entrevistado

- a) Idade
- b) Escolaridade
- c) Estado civil
- d) Tem filhos? Se sim, quantos?
- e) Ocupação
- f) Tem irmãos? Se sim, estiveram institucionalizados?

II. Período de Institucionalização

- a) No total, durante quanto tempo se encontrou institucionalizado?
- b) Com que idade é que foi institucionalizado (pela primeira vez) e porquê?
- c) O período de institucionalização teve lugar em mais do que uma instituição? Se sim, quanto tempo esteve em cada uma? Razões para a mudança de instituição(ões)?
- d) Aproximadamente quantas crianças/jovens estavam acolhidas na última instituição em que esteve integrado (mais ou menos de 25)?
- e) Aproximadamente quantos técnicos/auxiliares/funcionários trabalhavam no lar? Recorda-se qual era a formação desses profissionais (assistentes sociais, psicólogos, educadores sociais, animadores sociais....)?
- f) Qual a sua perceção acerca do trabalho do Assistente Social na instituição?
- g) Conseguia contactar os seus familiares durante o período em que se encontrou institucionalizado? Se sim, pode descrever-me como eram esses contactos (telefónicos, recebia visitas, etc)?
- h) Os técnicos que o acompanhavam, durante o período de institucionalização, estabeleciam contacto com os seus familiares? Se sim, pode descrever-me como

eram esses contactos (telefónicos, a família vinha à instituição, o técnico visitava a família, etc)?

- i) Foi elaborado um projeto de vida? Se sim, como é que procederam à sua elaboração? Quais os elementos que continha?
- j) Considera que durante o período de institucionalização foram trabalhadas competências pessoais (falar das emoções, capacidade de adaptação, capacidade de iniciativa, responsabilidade, etc.) e sociais (espírito de equipa, comunicação, criticar de forma construtiva, estabelecimento de uma rede de suporte, espírito de entreajuda e solidariedade, etc.) para uma futura saída e autonomização?
- k) Em termos de gestão financeira, eram desenvolvidas atividades que tivessem como objetivo a capacitação para a gestão?
- l) Recebia mesada? Se sim como funcionava? Como geria esse dinheiro (em que é que o gastava)?
- m) As tarefas domésticas (como lavar a roupa, fazer a cama, limpar a instituição, cozinhar) eram realizadas por quem? Caso fosse pelos profissionais existia lugar à participação dos jovens? Se os jovens não colaboravam, acha que isso teve implicações na sua vida futura?
- n) Quais foram as principais dificuldades sentidas durante o período em que esteve institucionalizado?
- o) Sentia receio quanto ao momento de saída da instituição? Porquê?
- p) No momento da saída da instituição, regressou à sua família de origem ou foi viver sozinho?
 - a. Se voltou para a família, que dificuldades sentiu? Como foi a sua vida depois de voltar para a família?
 - b. Se foi viver sozinho, como se sentiu nesse momento? Que dificuldades enfrentou? Teve apoio de quem para essa nova etapa?
- q) Foi disponibilizado acompanhamento por parte dos profissionais que integram a instituição para a procura de respostas ao nível do alojamento, emprego ou prestações sociais? Se sim, como teve lugar?
- r) Se pudesse definir o seu percurso institucional numa palavra qual seria?

III. Pós institucionalização

- a) Que idade tinha quando saiu da última instituição em que esteve acolhido?
- b) Existiu acompanhamento por parte de profissionais após a saída da instituição?
Se sim, como teve lugar?
- c) Quais foram as principais dificuldades que sentiu depois de ter saído da instituição (acesso à habitação, gestão das tarefas quotidianas, acesso ao mercado de trabalho, prosseguimento de estudos, gestão financeira, etc.)?
- d) Sentiu que estava devidamente orientado ou sentiu-se desamparado?
- e) Foram estabelecidos contactos com os familiares? Se sim, que tipo de apoio tem da parte desses familiares?
- f) Neste momento considera que necessita de apoio por parte de técnicos de ação social para solucionar os problemas que lhe vão surgindo? Se não, porquê?
- g) Considera que o apoio que teve até ao momento presente foi suficiente para promover a sua autonomia enquanto jovem adulto e promover uma vida estável?
- h) Quais são os seus planos para o futuro?
- i) Como é que avalia o seu percurso institucional? De que modo é que estar na instituição alterou a sua vida (quer no sentido positivo, quer no sentido menos positivo)?
- j) Considera que o acompanhamento efetuado pelos profissionais aos jovens, no que toca ao trabalho realizado para que os mesmos sejam autónomos, após saída da instituição, é suficiente? Justifique.
- k) De momento considera-se economicamente independente e estável?
- l) Que sugestões faria de modo a que o período de acolhimento residencial fosse de acordo com as necessidades dos jovens e as suas expectativas enquanto elemento integrante de uma instituição?

Anexo 2. Consentimento informado, livre e esclarecido

Consentimento Informado, Livre e Esclarecido

“Para lá da institucionalização: que desafios encaram os jovens no processo de autonomização.”

Estudo no âmbito da Dissertação do Mestrado de Infância e Juventude em Risco de Exclusão Social, do Instituto de Serviço Social do Porto

Cátia Daniela Sousa e Silva

Este documento, designado **Consentimento, Informado, Livre e Esclarecido**, contém informação importante em relação ao estudo para o qual foi abordado, bem como o que esperar se decidir participar no mesmo. Leia atentamente toda a informação aqui contida. Deve sentir-se inteiramente livre para colocar qualquer questão, assim como para discutir com terceiros (amigos, familiares) a decisão da sua participação neste estudo.

O presente projeto enquadra-se no âmbito da realização da dissertação de Mestrado em *Intervenção Social na Infância e Juventude em Risco de Exclusão Social*, no Instituto Superior de Serviço Social do Porto.

A investigação tem como objetivo geral identificar e explicar as perceções dos jovens que se encontraram em situação de acolhimento em Lares de Infância e Juventude no que toca à saída do meio institucional e regresso à vida em comunidade.

Pretendemos, assim, dar resposta aos seguintes objetivos específicos:

- Compreender de que forma, no contexto institucional, os jovens foram orientados para a vida adulta após a saída da instituição;
- Analisar a relação existente entre os jovens e os seus progenitores, e perceber de que forma a mesma foi parte integrante do seu processo de autonomização;
- Perceber de que modo foram trabalhadas competências básicas durante o período de institucionalização;
- Conhecer o modo como foram elaborados projetos de vida para cada jovem durante o período em que se encontraram institucionalizados e em que medida estes foram, ou não, ao encontro das motivações e expectativas do jovem;
- Analisar quais os receios sentidos pelos jovens no que toca à saída do mundo institucional, e de que forma os mesmos conseguiram encontrar um suporte institucional (ou outro tipo de suporte) para os ultrapassar;
- Em que medida o acolhimento residencial contribuiu ou não para os receios e as dificuldades experimentadas hoje e pelos jovens em situação de autonomia.
- Compreender a visão dos jovens quanto ao papel do assistente social no processo de acolhimento, analisando as suas funções enquanto regulador/supervisor da medida de promoção e proteção;

- Compreender em que medida os projetos de vida estão a ser concretizados, caso estes existam.

A pertinência de contactar jovens que se encontraram institucionalizados para a realização de uma entrevista prende-se com o facto de querermos conhecer as vivências que os mesmos experienciaram na vida institucional e a perceção que têm quanto ao trabalho realizado na instituição, com vista ao seu processo de autonomia e aquisição de competências. É esta perspetiva e experiências que pretendemos compreender e analisar.

A participação no estudo é livre e voluntária, podendo o/a entrevistado/a abandonar a entrevista a qualquer momento ou recusar responder a algumas das questões, se assim o entender. As respostas são anónimas e confidenciais e os dados recolhidos serão tratados e analisados de acordo com as regras de investigação científica e usados apenas para os fins académicos indicados.

De modo a garantir o rigor na recolha dos dados, a entrevista será gravada e, após a análise dos mesmos e apresentação do relatório final para efeitos da obtenção do grau de mestre, as gravações serão destruídas.

Para qualquer questão relacionada com a sua participação neste estudo, por favor, disponibilizo-me para prestar qualquer esclarecimento adicional, através do email 170123005@issp.pt.

DECLARAÇÃO DE CONSENTIMENTO

Eu, (nome) _____ declaro que conheço os objetivos do estudo “Para lá da institucionalização: que desafios encaram os jovens no processo de autonomização” e aceito colaborar com a investigadora Cátia Daniela Sousa e Silva. Sei também que está garantido o anonimato e que os meus dados pessoais não serão divulgados nem utilizados para outros fins que não os indicados. Autorizo, igualmente, que a entrevista seja gravada nas condições referidas.

Data _____/_____/_____

Assinatura do(a) entrevistado(a)

A investigadora

Anexo 3. Caracterização Sociodemográfica dos entrevistados

	Distrito da instituição	Sexo	Idade	Estado civil	Nº de filhos	Escolaridade	Condição perante a atividade económica	Profissão	Situação na Profissão	Tipologia do agregado familiar
Ent. 1	Porto	F	20	Solteira	0	12º ano	Empregado	Empregada de Balcão/ Lojista	TCO	Isolado
Ent. 2	Porto	F	27	Solteira	0	12º ano	Empregado	Restauração	TCO	Alargada
Ent. 3	Porto	F	29	Solteira	1	12º ano	Empregado	Operadora de Armazém	TCO	Alargada
Ent. 4	Porto	F	24	União de Facto	0	9º ano	Empregado	Organizadora de Eventos	TCO	Nuclear
Ent. 5	Porto	F	20	Solteira	0	12º ano	Trabalhador-Estudante	Babysitter	TCP	Isolada
Ent. 6	Porto/Braga	F	25	União de Facto	1	9º ano	Empregado	Operador de Loja	TCO	Nuclear
Ent. 7	Porto	F	21	União de Facto	0	12º ano	Empregado	Costureira	TCO	Alargada
Ent. 8	Coimbra	M	26	Solteiro	0	6º ano	Empregado	Soldador Metalomecânica	TCO	Isolado
Ent. 9	Porto	M	28	União de Facto	0	12º ano	Empregado	Cabo Adjunto na Polícia Aérea	TCO	Nuclear
Ent. 10	Porto	M	29	Solteiro	1	9º ano	Empregado	Mecânico	TCO	Isolado

